

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

CÉSAR ROBERTO MELO SILVA

A dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império
Romano: a *Cena Trimalchionis* como estudo de caso

Guarulhos
2016

CÉSAR ROBERTO MELO SILVA

A dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império
Romano: a *Cena Trimalchionis* como estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Escola De Filosofia, Letras E Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Glaydson José da Silva

Guarulhos
2016

Silva, César Roberto Melo

A dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império Romano: a *Cena Trimalchionis* como estudo de caso / César Roberto Melo Silva. – Guarulhos, 2016.
105f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Orientador: Glaydson José da Silva

Título em inglês: The socio-economic dynamics of freedmen in the context of the High Roman Empire: The *Cena Trimalchionis* as case study

1. Libertos. 2. Economia antiga. 3. Alto Império Romano.

CÉSAR ROBERTO MELO SILVA

A dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império
Romano: a *Cena Trimalchionis* como estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Escola De Filosofia, Letras E Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Glaydson José da Silva

Aprovado em: 23 de março de 2016.

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari
IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco
EFLCH/UNIFESP

**Guarulhos
2016**

Dedico este trabalho a minha amada esposa Cristiane Araújo Demenjon, e a minha amada filha Beatriz Melo Demenjon. Sou grato pelo incentivo e a compreensão de vocês em virtude dos inúmeros compromissos adiados em benefício desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu orientador, doutor Glaydson José da Silva por sua dedicação, seu incentivo, e principalmente pela contribuição intelectual dada a este trabalho. A você Caro Professor, Muito Obrigado.

Agradeço a todos os docentes pelo conhecimento cedido ao longo do meu mestrado. Aos Professores (as), Odair da Cruz Paiva; Rafael Ruiz; Ana Lúcia Lana Nemi; Maria Rita de Almeida Toledo; Marta Maria Chagas de Carvalho; Wilma Peres Costa; Marcos Martinho; Martin Tobias Dinter; Márcia D'Alessio. A vocês Obrigado.

Sou grato pelos comentários e sugestões dos Professores Alexandre Galvão Carvalho, e Renata Senna Garaffoni. Estendo esses agradecimentos a Sueli Vasconcelos, que fez a revisão deste trabalho. A vocês Obrigado.

Por fim, agradeço pelo apoio financeiro por meio de bolsa de estudo concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar e discutir a dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império Romano. A pesquisa será mediada a partir do escrutínio da obra de Petrônio, *Satyricon*, em particular no episódio *Cena Trimalchionis*. Esta fonte tem o mérito de apresentar características do cotidiano de uma parcela da sociedade romana que pouco aparece nas obras do período, aquela composta pelos pobres, pelos escravos e, em especial, pelos libertos. Pretende-se refletir sobre questões que possibilitem aferir o lugar desses alforriados na sociedade romana; a sua relevância econômica naquela conjuntura social; e as relações de poderes em que estavam inseridos.

Palavras chaves: Libertos. Alto Império Romano. Socioeconômico. Relações de poder. Ordem e *Status*.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze and discuss the socio-economic dynamics of freedmen in the context of the High Roman Empire. The research will be mediated from the scrutiny of Petronius's work, *Satyricon*, particularly in the episode *Cena Trimalchionis*. This source has the merit of presenting everyday features of a portion of the Roman society that does not appear in the works of the period very often, i.e., the one composed of the poor, the slaves, and, in particular, the freedmen. We aim to reflect on issues that make it possible to assess the place of those freed within the Roman society; their economic importance on that given social environment; and the relations of power in which they were inserted.

Keywords: Freedmen. High Roman Empire. Socioeconomic. Power relations. Order and *Status*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – DA ESCRAVIDÃO À LIBERDADE: A TRAJETÓRIA DOS LIBERTOS.....	15
1.1 – A constituição de um sistema escravista no Principado Romano.....	16
1.2 – Os antigos e os modernos: conceito de liberdade.....	28
1.3 – Os libertos do Alto Império Romano.....	30
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O <i>SATYRICON</i>	37
2.1 – Mentiras, trapaças, ostentação, a busca sem limites por riqueza: uma síntese do <i>Satyricon</i>	39
2.2 – As controvérsias e os entendimentos temporais do <i>Satyricon</i>	42
2.3 – Petrônio e sua época.....	49
2.4 – Petrônio no <i>Satyricon</i>	56
2.5 – As especificações estilísticas do <i>Satyricon</i>	58
2.6 – O <i>Satyricon</i> e sua relação com tempo.....	61
CAPÍTULO 3 – A CENA TRIMALCHIONIS COMO ESTUDO DE CASO.....	64
3.1 – <i>Ordo Libertinorum</i>	65
3.2 – O estatuto social da pobreza no Alto Império Romano.....	69
3.3 – A hierarquia de poder no mundo dos libertos.....	72
3.4 – Os estatutos laborais dos libertos.....	75
3.5 – Entre a ficção e a realidade: os libertos da vida real.....	76
3.6 – A lógica da economia da <i>domus</i>	78
3.7 – A liberdade cerceada.....	80
3.8 – O liberto independente.....	81
3.9 – A necessidade da manutenção da riqueza.....	82
3.10 – A falta de prestígio social dos libertos.....	84

3.11 – A vida privada dos libertos.....	85
3.12 – O caso <i>Fortvnata</i>	88
3.13 – <i>Trimalchio</i>	92
3.14 – Considerações finais do capítulo III.....	93
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	101

INTRODUÇÃO

A Antiguidade romana é marcada pela heterogeneidade de diversas características, em diferentes contextos históricos das sociedades ocidentais, entendida como legado cultural dos romanos. Como observa Richard Hingley:

Roma teve um lugar especial na definição da História e do pensamento europeu. Sua capacidade de prover imagens múltiplas, mutáveis e conflituosas foi quase ilimitada; isto a tornou uma fonte rica para dar sentido – e para desestabilizar – a História, a política, a identidade, a memória e o desejo. (2002, p. 29).

Exemplos da presença e do legado de Roma consideram, também o direito romano, a arquitetura, o governo republicano, e as línguas românicas. Esses apontamentos são apenas uma pequena parcela da influência romana no cotidiano ocidental ao longo dos séculos. Já na Antiguidade, um elemento significativo perpassa grande parte da História romana, no que tange ao modelo de produção – pelo menos desde o século III a.C. até o século II d.C.– e influencia modelos europeus e americanos posteriores, é a escravidão¹. Os desdobramentos desse sistema no campo social e econômico tiveram impactos significativos no contexto do Alto Império Romano. Desses efeitos, um nos interessa pelas particularidades de seu estatuto social, que repercutiu em vários aspectos da dinâmica socioeconômica daquele período – os libertos.

Nosso escopo de pesquisa é testar a hipótese de que os libertos formavam uma parcela da sociedade que podia transitar entre as camadas sociais da fase inicial – Principado Romano, em particular no período que corresponde à dinastia Júlio-claudiana (27 a.C. - 68 d.C.). Esse deslocamento era pautado por questões meramente financeira, não possível no campo hierárquico de poder.

A escolha deste tema e período se justifica, principalmente, pelas mudanças estruturais, políticas, sociais e econômicas, pois entendemos que a partir dos

¹ São inúmeros os trabalhos que tratam da escravidão entre os antigos; a título de explicação citaremos dois: uma abordagem interessante que busca historicizar o conceito de escravidão tanto em termos antigos como contemporâneos pode ser vista na obra de FINLEY, M.I. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1991. Já, sobre o modelo de produção escravista ver: ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo, Afrontamento, 1991, p. 17-29.

libertos podemos evidenciar esses pontos de rupturas do antigo para o novo regime por qual passava aquela sociedade.

Como objeto de análise, escolhemos uma obra literária, o *Satyricon*², particularmente pela descrição satírica, empregada no episódio *Cena Trimalchionis*, que retrata os modos e a vida de um riquíssimo liberto, *Trimalchio*³. Posto que buscamos entender as dinâmicas socioeconômicas dos libertos daquele período, a referida obra passa a ser a nossa fonte principal de análise, uma vez que aborda elementos tidos como reveladores sobre grupos “subalternos” da sociedade romana: os pobres, os escravos e os libertos e as relações entre eles. E assim, formulamos duas questões que serão norteadoras do nosso intento nesta pesquisa: Em que medida *Trimalchio* pode representar o seu referencial do mundo real? Teria o *Satyricon* elementos que demonstram a dinâmica dos libertos na hierarquia social?

Há que se considerar que o uso dessa fonte para estudos de ordem socioeconômica, somente pode ser realizado tendo em vista um modelo teórico de economia antiga que congrega a ideia que o social, entre outras instituições, estaria diretamente conectado à economia.

O historiador e antropólogo Húngaro Polanyi, baseado nos conceitos de Max Weber e de Johannes Hasebroeck⁴, porém tecendo críticas ao caráter *formalista*

² Optamos em trabalhar com duas a edições desta obra: uma produzida pela editora *Les Belle Lettres*, traduzida por Alfred Ernout por constar entre os estudiosos do assunto como uma das melhores compilações do romance, esta edição tem o mérito de ser bilíngue – francês e latim – possibilitando aos leitores um contato com texto disposto no idioma latino que constará a medida da necessidade em nota de rodapé. Contudo, para uma melhor fruição de leitura apresentaremos as citações deste romance em português a partir da tradução realizada por Cláudio Aquati, disponibilizada pela editora Cosac Naify. Desta forma, acreditamos atender a demanda especializada na leitura dos textos clássicos, como também o público menos familiarizado com o latim.

³ Os nomes das personagens presentes no *Satyricon* que citamos, seguem sua grafia conforme presente no *index personarum*, que consta em, PÉTRONE. **Le Satiricon**. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009. (Texte établi et traduit par Alfred Ernout). Já para o título da obra optamos citar como *Satyricon* visto ser este o nome apresentado em um dos códices mais antigos do romance, o *Scaligeranus*.

⁴ Tais pensadores juntamente com Karl Polanyi, e posteriormente Moses Finley, formaram a base do paradigma *primitivista-substantivista*. Esse modelo de análise da economia da Antiguidade objetiva discutir questões econômicas imbricadas com a política e cultura das sociedades antigas, a partir do pensamento de Karl Bücher, porém com considerações próprias desses pesquisadores. A esse respeito ver: CARVALHO, Alexandre, G. **Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga**. Rio de Janeiro. 2007. Tese (Doutorado em história social) - Universidade Federal Fluminense; e: PALMEIRAS, Miguel Soares. **Moses Finley e a “economia antiga”: A produção social de uma inovação historiográfica**. São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em história) - Universidade de São Paulo. Observamos que o citado paradigma é resultado da busca da superação de um debate historiográfico a respeito da economia antiga presente no final do século XIX e início do XX. Essa disputa fora intitulada posteriormente por seus analistas como a controvérsia

dessas análises, observa a importância de separar a compreensão que se tem do conceito de economia a partir do século XVIII, o qual opera conforme as suas próprias leis, e a ideia de economia para o mundo antigo. Ele destaca que na Antiguidade tal termo está diretamente ligado a outras instituições, logo, ausente de autonomia, sujeito a questões políticas, culturais, ou seja, imbricado com a sociedade, fortemente vinculado a critérios éticos e morais que determinam, a partir do ofício do sujeito, sua hierarquia no plano social (VIDAL-NAQUET; AUSTIN, 1972, p. 22). Polanyi constitui a partir de então os conceitos de *disembedded* e *embedded*: o primeiro denota que o mercado está dissociado das regras de outras instituições, enquanto o segundo destaca o contrário, ou seja, diretamente relacionado com outras instituições sociais, logo, mais próximo ao mundo antigo (CARVALHO, 2007, p. 251-252).

A interação desse conceito de economia antiga com na análise da nossa fonte está sintetizada nesta dissertação, em prol das resoluções dos nossos questionamentos. Para compreender essa interação dividimos os capítulos da seguinte forma:

O primeiro capítulo trata de apresentar a constituição dos libertos do primeiro século do Principado Romano. A expansão territorial do nascente Império promoveu mudanças significativas de ordem social. Muito em virtude do êxodo rural, motivado pelas guerras de conquistas que cooptava camponeses para atuarem como soldados nas frentes de batalha, como também pela evasão dos pequenos produtores rurais para os centros urbanos, devido não poderem competir com os grandes fazendeiros que passavam a dominar a produção agrícola no campo. Um resultado imediato dessa mudança estrutural foi a troca da mão de obra livre pela compulsória, a princípio no campo e depois nas cidades. Com o crescimento populacional e econômico dos centros urbanos, cada vez mais, eram requisitados cativos pra complementar a força de trabalho nas cidades e, conseqüentemente,

“*primitivista*” versus “*modernistas*”. A respeito do *primitivismo* e do *modernismo* na economia antiga ver respectivamente: BÜCHER, Karl. **Industrial Evolution**. 3th ed. New York, NY: Holt.1927; e MEYER, Eduard. **El historiador y la historia antigua**. Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955. Uma abordagem recente sobre o tema em que podemos observar algumas críticas às concepções de Finley, como também perspectivas sobre os estudos da economia antiga, é a obra organizada por Carvalho, **A Economia Antiga: Historia e Historiografia**. Vitória da Conquista: UESEB 2011.

começou a aumentar o número de libertos. Esse grupo, que aumentava radicalmente no seio do Império, teria impactos sociais e econômicos significativos na sociedade do Principado. Nossa investigação incide em destacar essa realidade; em discutir quais os direitos e deveres desses forros; de que forma eram aceitos nos quadros sociais, fossem eles da aristocracia como da plebe. Trilhado este caminho que busca conceitualizar o liberto, voltamos nossas atenções para análise de nossa fonte.

O *Satyricon* consiste em um romance que descreve as aventuras de desventuras de *Encolpius*, juntamente com seus companheiros, por diversas regiões do Principado Romano – uma espécie de epopeia que por meio da sátira, da ironia, da gozação, desvela inúmeros cenários e situações cotidianas daquela Roma. O segundo capítulo objetiva destacar as características deste conto: saber o gênero literário que a obra foi organizada; o público ao qual era destinado sua leitura; em que período ela foi elaborada, como também por quem foi seu autor. Essas informações, entre outras, conferem um itinerário necessário, visto que pretendemos trabalhar com este objeto na condição de fonte de uso para História. Entendemos que esta obra literária contém uma lógica própria, seja para simplesmente entreter ou criticar, a representação da verdade estará em plano secundário. Então, compreender este universo com a finalidade de dele extrair o que é verossímil, requer esse percurso metodológico.

Estabelecida essa exegese sobre nossa fonte, partimos para o terceiro e último capítulo debruçados novamente sobre o tema dos libertos, agora lançando luz no episódio *Cena Trimachionis*, que retrata parte do vivido de um riquíssimo liberto, *Trimalchio*, em meio a um extravagante banquete. A descrição deste evento nos possibilita investigar uma série de situações que dialogam com questões socioeconômicas: o conceito da *domus* como centro econômico; a relação de patronato e clientelismo; a ideia de ordem e *status* como condicionante para a taxonomia social; a relação entre ricos e pobres, ingênuos e libertos, libertos e escravos. Enfim, são múltiplas as abordagens que podemos conferir neste fragmento do *Satyricon*.

Finalizamos nosso trabalho com uma conclusão, que destaca os resultados fruto deste estudo, pontuando as informações mais relevantes que contribuem para resolução dos questionamentos iniciais.

Apresentado esta síntese do conteúdo desta dissertação, faz-se necessário destacar que este estudo, por mais distante que pareça da nossa realidade social, aqui no Brasil, dialoga diretamente como a constituição social do nosso país. Muitos dos dados que discutimos nesta pesquisa, que versam sobre escravidão e liberdade, foram utilizados muitos séculos depois para justificar a escravidão moderna. É evidente que o modelo escravagista antigo e o moderno guardam diferenças notórias: uma das mais explícitas é o caráter racial que a escravidão moderna confere. Todavia, devemos observar que os modernos europeus fizeram uso do passado para justificar e restabelecer um empreendimento abandonado há mais de um milênio. Vale lembrar que o imperador Justiniano, no século IV d.C, deixou como legado o *Corpus iuris civilis*, que confere em uma coletânea de leis, na qual podemos encontrar algumas direcionadas para a organização jurídica da escravidão. Isso ofereceu para a “[...] Europa cristã uma base legal pronta a utilizar para a escravidão do Novo Mundo mil anos mais tarde.” (FINLEY, 1980, p. 121). Sem esse documento, não seria fácil para aqueles europeus restituir um sistema tão opressor, contrário à lei da natureza de submeter um homem por meio único e exclusivo da violência (*Pol.*, I, 5)⁵.

Este estudo também pode ser inserido em uma série de outros trabalhos que discutem a ideia de economia antiga aqui no Brasil. Entendemos que oferecemos uma contribuição nesse sentido, com o fato de optarmos por trabalhar com os libertos, uma vez que podemos analisar as questões socioeconômicas sob a perspectiva de um grupo marginalizado pela elite, ou seja, é um estudo que incide luz sobre um todo econômico a partir de baixo. Por esse motivo o uso do *Satyricon* como fonte é muito pertinente, por agregar mais um documento para uso historiográfico, como também por mencionar uma parcela daquela sociedade que pouco nos transmitiu, por meio de fontes, sua história.

⁵ Este paradoxo posto à época do Aristóteles, sugeriria que toda estrutura social de seu contexto estava em desarmonia com os princípios da natureza, visto que a escravidão não encontra amparo sociológico aceito. É nessa convergência entre escravo e escravidão que reside o problema, a escravidão seria injusta ante os princípios da natureza. Como solução para a questão, Aristóteles propôs que a legitimidade dessa instituição somente encontraria respaldo nos princípios da lei (TOSI, 2003, p.71-100).

CAPÍTULO 1

DA ESCRAVIDÃO À LIBERDADE: A TRAJETÓRIA DOS LIBERTOS

A historiografia pertinente aos aspectos socioeconômicos – compreendidos entre as décadas finais da República e o primeiro século do Principado Romano –, ao tecer considerações sobre os libertos, invariavelmente apresenta como representante paradigmático desta categoria social, *Trimalchio*, uma personagem ficcional da obra *Satyricon*. Trata-se de um romance atribuído a Petrônio, membro consular no governo *neroniano*. Seja pela carência de fontes do período, ou pela riqueza de detalhes com a qual o autor clássico descreve o cotidiano dos menos afortunados – os pobres, escravos e libertos –, historiadores como Mikhail Rostovtzeff, Moses Finley, Paul Veyne, entre outros de *status* semelhante, usaram dessas descrições para subsidiar suas análises no tocante a esse grupo social – em especial os libertos. Todavia, mesmo com o reconhecimento dado pela historiografia à figura de *Trimalchio*, cabe-nos indagarmos: em que medida esse personagem pode representar o seu referencial do mundo real? Estabelecida esta relação, indagamos: teria o *Satyricon* elementos que demonstram a dinâmica dos libertos na hierarquia social? O nosso desafio neste trabalho é o de apresentar respostas que sejam satisfatórias a tais questões. Logo, tomamos como método de investigação a comparação entre o universo disposto por Petrônio e a conjuntura descrita pela historiografia a respeito do nosso objeto de estudo.

Este primeiro capítulo tem por objetivo nos subsidiar com dados oriundos da historiografia e do *Satyricon* a respeito dos libertos situados em nosso recorte temporal. Isso posto, iniciamos nossas análises a partir da estrutura escravista presente no final da República e do Alto Império Romano, destacando os aspectos sociais e econômicos que tal empreendimento cominava em sua área de abrangência. A relevância de voltarmos nossas atenções, *a priori*, para a escravidão, está no fato de que não existe liberto que não tenha sido escravo. A inexorabilidade desse processo – a escravidão – nos oferece informações pertinentes quanto a este sujeito: a sua origem, sua formação profissional, seus preceitos éticos e morais, estão associados à sua anterior condição social.

Em seguida, destacaremos a ideia de liberdade presente nessa conjuntura e a avaliaremos como este conceito se aplica aos libertos. Fontes desse período como os *Anais*, de Tácito, ou mesmo o *Digesto*, de Justiniano⁶ – que compreende um conjunto de leis da era clássica de Roma –, nos confere uma distinção não apenas social, mas também legal, entre o homem romano livre e o liberto. Este último disporia de uma liberdade peculiar sujeitada por restrições que o impedia de exercer a plena cidadania.

Esta análise que finalizará o capítulo terá como suporte algumas reflexões de âmbito historiográfico que discutem questões socioeconômicas sobre os libertos. O embate posto por Veyne em seu texto, *Vie de Trimalcion*, que contesta as considerações de Rostovtzeff no tocante a existência de uma classe burguesa – o que sugeriria uma atividade capitalista já naquela época –, nos oferece a dimensão que o tema pode suscitar. Assunto esse, que foi observado por Finley na dinâmica das relações de poder, abordado em sua obra, *A economia antiga*, e que confere destaque no texto de Jean Andreau, *O liberto*, presente, em capítulo do livro *O homem romano*, organizado por Andrea Giardina. Em âmbito nacional esse tópico foi abordado por Claudiomar dos Reis Gonçalves, no artigo *Classe e cultura no Alto Império Romano: os Libertos de Paul Veyne*; assim como por Fábio Joly em sua tese de doutoramento, *Libertate opus est Escravidão, Manumissão, e Cidadania à Época de Nero*, e posteriormente em seu livro, *Tácito e a Metáfora da Escravidão*. A historiografia nacional compreende outros trabalhos e pesquisadores que não destacamos neste enunciado, mas que serão apresentados observada sua pertinência à discussão estabelecida.

1.1 A constituição de um sistema escravista no Principado Romano

Recuemos dois séculos antes da constituição do Principado e encontramos Roma em franca expansão territorial, quando a aquisição de cada território acarretava em um aumento no efetivo para as guarnições militares, que passava a recrutar mais camponeses – em geral agricultores livres, porém pobres. Esse

⁶ O *Digesto* faz parte do *Corpus iuris civilis*, que compreende um conjunto de leis originárias de diferentes períodos da Roma Antiga.

contingente incorporava às fileiras do exército na esperança de adquirirem parte do espólio das guerras de conquistas. Nessa conjuntura, Roma passou de uma grande aldeia para se tornar, já no século I a.C., uma próspera cidade com aproximadamente um milhão de habitantes. A capital do nascente Império, dado seu crescimento, passou a requisitar mais alimentos e produtos oriundos do campo: vinho, azeite, trigo, vinham de toda região da Itália. As pequenas propriedades existentes, próprias para o cultivo, adquiriram maior valor, e os seus proprietários passaram a ser compelidos e a se desfazerem de suas posses por ricos latifundiários que almejavam ampliar suas fazendas, tendo em vista o próspero mercado da capital e das novas aquisições romanas em domínio estrangeiro (HOPKINS, 1981)⁷.

Essa situação fomentou uma nova ordem no sistema escravista de produção, com as pequenas famílias agrícolas cedendo lugar para grandes proprietários de terra; o cultivo dos campos foi passando gradativamente das mãos livres para a escrava. O camponês expulso de seu mundo tentava uma melhor sorte nas batalhas como soldado, pois caso optasse em ficar no campo teria que trabalhar nas mesmas condições de um escravo. Isso influenciava também na decisão desse homem livre em procurar melhores oportunidades de ganho nos centros urbanos, como em Roma. Esse êxodo rural forçava ainda mais a importação de mão obra cativa (HOPKINS, 1981)⁸.

Como pudemos observar, para Keith Hopkins esse aproveitamento da mão de obra escrava estava relacionado diretamente com a guerra contínua, a influência do botim, a passagem de pequenas propriedades rurais a extensos latifúndios, o empobrecimento do campesino, a imigração dos camponeses para as cidades e o crescimento do mercado urbano, que influenciaram decisivamente na instituição da escravidão em Roma. Esses eventos afetaram no número de escravos, que

⁷ Em paralelo a esse contexto se estabelecem as guerras civis entre pobres e ricos no último século do período republicano. Como alternativa para apaziguar esses conflitos, o governo distribuiu parte de suas terras (*ager publicus*) aos pobres. Embora, essa medida diminuísse o ímpeto beligerante no campesinato, os grandes latifundiários ainda controlavam a produção agrária. (HOPKINS, 1981).

⁸ Cabe observar que anterior a esse processo de inversão de uma agricultara familiar para uma produção extensiva dos gêneros agrícolas, não se encontrava maior rentabilidade na mão de obra escrava. Era comum um grande proprietário de terra arrendar parte de sua terra a pequenos proprietários, como também oferecer a esses camponeses empregos em seus domínios. Entretanto, essa divisão do trabalho operacionalizada entre livres e escravos, com o passar do tempo foi sendo suprimida e a parcela cativa passando a ser majoritária à medida que esse modelo de produção começa a ser mais rentável (HOPKINS, 1981).

aumentava em paralelo à expansão territorial do Império romano; estima-se que no século I a.C. 40% da população da Itália fosse escrava, em torno de três milhões de cativos (HOPKINS, 1981)⁹. Esses fatores, segundo o historiador, também proporcionaram demanda de mão de obra escrava nas cidades.

Entendemos que o contingente da mão obra cativa, em virtude da expansão do Império, seria caracterizada por uma multiplicidade étnica e cultural sem precedentes outrora vista em Roma, o que repercutia diretamente em questões de ordem social. Tácito assim observou essa situação:

Nossos antepassados não confiavam na lealdade dos escravos, ainda mesmo dos nascidos em suas propriedades e em suas casas, criados no afeto dos senhores. Hoje que temos em nossas famílias servis pessoas de nações diversas, de vários ritos, de religiões diferentes ou de nenhuma, só o medo pode ser a coerção para esse entulho. (*Ann.*, XIV, 44, 4 ss).

O *Satyricon* nos apresenta diversos exemplos dessa diversidade étnica e cultural. *Encolpius*, no banquete de *Trimalchio*, cita a presença de escravos oriundos da cidade de Alexandria (XXXI, 3), enquanto em outra passagem (CII, 13,14,15) *Encolpius* e *Giton* discutem com *Evmolpos* uma forma de se disfarçarem de escravos, mas também debatem a qual etnia deveriam tomar como referência – eles propõem como alternativas: etíopes, judeus, árabes e galeses.

Esses exemplos fornecidos por Tácito e Petrônio nos permitem aferir a dimensão que a expansão romana teve no mundo, já nos primeiros séculos da sua gestão imperial. Podemos verificar que sua área de abrangência correspondia de territórios da Europa setentrional ao Oriente próximo, adentrando na África subsaariana. Essas regiões distantes entre si marcavam a origem dos escravos, que tinham Roma como ponto de convergência no contexto do final da República e do Alto Império Romano, acrescentando assim, aspectos valorativos no caráter cosmopolita da capital. Vejamos esse mundo urbano a partir da escravidão.

⁹ Paul Veyne questiona esses números; segundo sua estimativa, a parte rural da Itália deveria possuir algo em torno de um quarto da população escrava, e pondera que a preponderância da mão de obra escrava fora somente em regiões ao sul da Itália e Sicília, e que em outras regiões o trabalho livre coexistiu em igual ou maior proporção que o escravo (1992, p. 62-63). Perry Anderson concorda, em parte, com esta consideração. Ao analisar o mundo antigo como um todo, o sistema escravagista não foi hegemônico, porém nos períodos clássicos que correspondem aos séculos V e IV a.C. para os gregos e entre os séculos II a.C e II d.C. entre os romanos, essa força produtiva foi a mais relevante (1991, p. 21-22).

O centro do Império exigia dessa mão de obra mais do que o esforço braçal requisitado pelo campo, ou minas; nesse contexto, certas especificidades, do ponto de vista profissional, deixava o escravo em plena igualdade com os cidadãos livres. Havia escravos atuando em praticamente todas as atividades produtivas da cidade, desde ferreiros a administradores. Atuaram como profissionais liberais em áreas da educação ou mesmo na medicina (VEYNE, 1992). *Epicteto*, filósofo estoico, parece-nos um perfeito representante dessa categoria. Enquanto escravo foi inserido no mundo das ideias a partir da iniciativa de seu senhor, *Epafrodito*¹⁰, que lhe enviou para ser discípulo de *Musônio Rufo*, vindo posteriormente a ser tutor de filhos da elite. A repercussão do pensamento de *Epicteto* pode ser observada na obra *Meditações*, de Marco Aurélio Antonino – imperador romano entre os anos 161 a 180 d.C. (JOLY, 2008). Não eram incomum escravos e libertos gerirem fazendas, bens, negócios, de seus senhores, até mesmo na esfera pública estavam inseridos, para Finley (1980, p. 102) “[...] a gestão ao longo do período clássico, romana ou grega, urbana ou rural, era domínio de escravos ou libertos, pelo menos em todos os grandes estabelecimentos [...]”. Esse autor acrescenta que os grandes latifundiários, administradores, ou, mesmo, políticos, tinham atribuições outras que não podiam depender de seu tempo com a gestão de seus negócios, sendo assim, terceirizá-los seria a melhor opção¹¹.

Nossas observações até o presente momento, nos permitiram compreender a dinâmica da escravidão do Alto Império Romano a partir da expansão imperial, adentrando nas questões referentes ao campo, e em seguida às da capital¹². Nesta análise inicial, foi possível observar as distinções entre a escravidão rural e a urbana: a primeira, voltada para uma presença massiva de escravos em detrimento da mão de obra livre, na qual a força física era o atributo mais exigido dos cativos; a segunda requeria dos escravos, além de força física para determinadas tarefas, como trabalho em portos, ou na construção civil, qualidades intelectuais distintas, para exercer funções, administrativas, educacionais, ou liberais, como a medicina.

¹⁰ Também fora escravo que na condição liberto – *libellis* – foi membro do séquito do imperador Nero. (JOLY, 2008)

¹¹ Manuais de gestão do período como, o *Oikonomikos* de Xenofontes, ou de Catão, como também nas cartas de Plínio, orientavam para essa situação e como proceder (FINLEY, 1980, 102).

¹² Não abordamos aqui neste trabalho a escravidão concernente às minas, porém cabe registrar que essa categoria de escravidão era similar à operacionalizada no campo, em virtude do maior aproveitamento da força física.

Mediante esta peculiaridade, era possível uma distribuição mais equilibrada do trabalho entre livres e escravos. No caso urbano, se excetuarmos a condição jurídica própria da escravidão, era muito provável que um escravo pudesse ser confundido com um cidadão comum.

Petrônio utilizou tal universo como pano de fundo para o desenvolvimento de sua narrativa, e, ao que parece, não fez essa escolha sem um propósito; dificilmente determinados trechos do *Satyricon* poderiam alcançar a conotação desejada caso o ambiente fosse outro que não a cidade. A *Cena Trimalchionis* nos apresenta uma situação bastante reveladora desta afirmação. Em determinado momento *Ascyltos*, um homem livre, porém pobre, debate com *Hermeros*, um liberto bem sucedido financeiramente. A querela entre ambos se desenvolveu pelo fato de *Ascyltos* menosprezar o banquete oferecido por *Trimalchio*. *Hermeros* interpela seu detrator exclamando que sua condição anterior de escravo era mais digna que a da estirpe de *Ascyltos*:

Que é que há para rir? Teu pai comprou o feto a peso de ouro? Você é um cavaleiro romano? E eu sou filho de um rei. “Por que então você virou escravo?”, você deve estar perguntando. Porque eu mesmo me entreguei à escravidão, e preferir ser cidadão romano a ser tributário. E agora eu espero viver assim: que eu não seja motivo de chacota para ninguém. Sou um homem entre os homens; ando de cabeça erguida; não devo nada, nada a ninguém; nunca levei um protesto, ninguém me falou em público: “Paga o que deve!”. (LVII, 4-5)¹³.

Podemos observar que o liberto enxergava na condição de escravo, não apenas uma forma de se libertar dos encargos financeiros, mas acima de tudo dos encargos morais que um homem livre teria caso não estivesse vinculado a uma casa senhorial¹⁴. Este aparente paradoxo – escravizar-se para liberta-se – pode ser explicado dentro da perspectiva que *Epicteto* tinha sobre a escravidão, que segundo suas observações tal situação era produto da imoralidade, logo a liberdade derivaria

¹³ “*Quid habet quod rideat? Numquid pater fetum emit lamma? Esques Romanus es? Et ego regis filius. Quare ergo seruiisti?*” *Quia ipse me dedi in seruitutem et malui ciuis uiuere, ut nemini iocus sim. Homo inter homines sum capite aperto ambulo; assem aerarium nemini debeo; constitutum habui nunquam; nemo mihi in foro dixit: ‘Redde quod debes’*”. Optamos por manter a tradução elaborada por Cláudio Aquati, disposta na edição do *Satíricon* (2008) disponibilizada pela editora Cosac Naify. Esta tradução é avaliada pelos estudiosos do tema como uma das melhores já realiza para o idioma português. Todavia, disponibilizaremos em nota de rodapé o texto em latim oriundo da edição francesa da *Les Belles Lettres* (2009) organizada por Alfred Ernout.

¹⁴ Paul Veyne corrobora com essa posição tomada por *Hermeros*, assim descreve tal decisão: “*Considerando-se tudo, as oportunidades de ascensão social eram muito menos ínfimas entre os escravos do que os homens livres porém pobres*” (1992, p. 94-95).

de uma vida virtuosa pautada em princípios éticos e morais. A escravidão não foi analisada por esse filósofo enquanto uma instituição, mas em um plano metafórico (JOLY, 2008, p. 15-16). *Hermeros* orgulhava-se de não ouvir: “– Pague o que tu deves!” (Tradução nossa). Seu discurso não é uma refutação sofisticada, mas uma resposta em acordo com a mentalidade da sua época, que valorizava o *status* social acima dos interesses materiais.

Há que se destacar o outro lado da escravidão, no qual se evidencia sua principal razão de existir, que seria a de submeter um homem ou um grupo à vontade alheia, nem que para isso seja necessário o uso da violência física, psicológica, ou mesmo recorrer para dispositivos jurídicos. A seguinte passagem do texto *petroniano* nos permite avaliar a dimensão desses artifícios de controle.

Encolpius e *Giton*, em algum momento da narrativa que não possuímos¹⁵, teriam ambos, juntamente com *Ascyrtos*, furtado *Lichas* – um rico negociante – e que por um capricho do destino a dupla tivera que se refugiar na embarcação de sua vítima. A fim de evitar um turbulento reencontro, eles se fazem passar por escravos de *Evmolpos*. Como artifício para evitar o reconhecimento, *Encolpius* e *Giton* raspam a cabeça e as sobrancelhas e *Evmolpos* simula uma marca em suas testas que representava uma punição (C–CIV).

A teatralidade que as personagens compõem a figura do escravo nos indica a dimensão da relação interpessoal deste para com seu amo. A finalidade de tal embuste era de que, na posição de servos, sua estada no navio fosse imperceptível aos olhos do comandante. Cabe observar que para dar credibilidade à encenação eles optam por evidenciar castigos físicos. Conforme Veyne, o senhor “[...] tem o direito de castigá-los à vontade, de decidir que ele merece o derradeiro suplício [...]” (1992, p. 68). A tática de representar possíveis castigos ou penalidades, como raspar os cabelos e marcar a testa, objetivava realçar a situação de cativos. Quem observasse esses indivíduos podiam tomá-los como servos que não foram fiéis ao seu senhor, por tal motivo sofreram tamanha punição. Uma possível conotação que a simulação podia oferecer, era que tais escravos eram negociantes, provavelmente

¹⁵ A obra *Satyricon* hoje conhecida é composta por uma série de códices que nos foram transmitidos de forma fragmentária a partir de localidades e épocas distintas, que remete ao período medieval. O começo e o final do conto estão ausentes nessa atual configuração, permitindo aos estudiosos do romance apenas especular sobre esses acontecimentos.

com pecúlio, que não honram com seu contrato, gastando o benefício com bebidas e prostitutas (CV, 3). A respeito do pecúlio retomaremos essa ideia de recurso mais adiante.

A farsa não logra êxito e ambos são descobertos, justamente em uma ação deliberada de castigo, visto que o ato de cortar os cabelos em alto mar atrairia, segundo a crença dos marinheiros, a ira dos deuses (CV, 1, 2). *Lichas*, diante de seus usurpadores, manifesta sua intenção de puni-los severamente, quando *Evmolpos* intervém alegando que ambos estavam arrependidos e que mereceriam, a exemplo de um escravo que foge e logo retorna por vontade própria, a piedade do seu senhor. A estratégia de *Evmolpos* baseia no fato de o escravo, apesar de ser considerado como inferior a um homem livre, em relação ao seu poder de decidir, é um ser humano que segundo os princípios da natureza deve estar imune à violência (*Pol.*, I, 5). A pretensão do defensor era de conferir aos réus o estatuto de ingênuos, aproximando-os dos escravos que eram tratados como tais por seus senhores. “Os romanos estavam tão seguros de sua superioridade que consideravam os escravos como crianças grandes; geralmente os chamavam de 'pequeno', 'menino' (*pais, puer*) [...]” (VEYNE, 1992, p. 70). *Lichas* não se deixa convencer por estes argumentos e atribui o crime de *Encolpius* e *Giton* uma ação semelhante a um parricídio, posto se tratar da quebra de uma relação baseada na confiança (CVII, 11). Visto que seus argumentos em aproximar os réus da condição de escravo não obteve o efeito desejado, o intercessor muda radicalmente sua defesa alegando que por se tratar de homens livres não admitia que estes fossem castigados, pois contrariava os princípios divino e o direito da lei (CVIII, 3).

A narrativa de Petrônio, mesmo se tratando de uma sátira, demonstra características da concepção que os homens de seu tempo tinham em relação à escravidão. O questionamento a respeito da fidelidade, como também da condição de inferioridade do escravo perante um homem livre, são exemplos desta mentalidade. Todavia, quando cotejamos a encenação de *Encolpius* e *Giton* de se transformar em cativos, com a posição de *Hermeros* de se tornar escravo para se livrar de certas sujeições que um homem livre sem lastro social teria, verificamos como pode ser paradoxal essa situação. O que podemos elencar dessas posições aparentemente antagônicas sobre a escravidão é que a fidelidade e o *status* social, elementos a princípio não econômicos, são fundamentais para compreendê-la.

Discutiremos o *status* mais detidamente no terceiro capítulo, entretanto faz-se necessário destacar que a sociedade romana da Antiguidade se segmentava conforme critérios éticos e morais que figuravam no entendimento de *status*. Posto isso, o ideal para um homem que desejasse obter prestígio, ou pelo menos evitar o contrário, era associar-se a um círculo de convivência em que figurasse uma pessoa de *status* relevante, em geral, um sujeito da elite, no qual podemos destacar a figura do

[...] *paterfamilias* não era o pai biológico mas a autoridade sobre a casa, uma autoridade que lei romana dividia em três elementos (a minha formulação é esquemática): *potestas* ou poder sobre os filhos (incluindo os adotados), os filhos dos filhos e os escravos, *manus* ou poder sobre a mulher e as mulheres dos seus filhos, e *dominium*, ou poder sobre os seus bens (FINLEY, 1980, 19).

Este homem tinha sob seu poder uma vasta área de abrangência conectada pelos atributos dispostos no excerto (*potestas, manus, dominium*), como também por uma rede de clientelismo, a qual faziam parte ex-escravos na condição de libertos. Nesse relacionamento configurava o poder político e econômico do senhor, dentro da lógica do *household* de Karl Rodbertus¹⁶, ou mesmo, na concepção mais contemporânea de *embedded* elaborada por Karl Polanyi¹⁷.

Retornando a exposição de *Hermeros* notamos ser plausível a sua decisão de deliberadamente colocar-se sob a tutela de outro homem na condição de escravo. Há que considerar que a escravidão na Antiguidade aparece de forma naturalizada, uma estrutura dentro de uma perspectiva *braudeliana*, de longa duração. Encontramos este pensamento presente em Aristóteles¹⁸, como em Tácito, até

¹⁶ Nesse modelo econômico vigoram os princípios do modelo *primitivista*, elaborado por Karl Bücher (1847-1930), no qual o *oikos* seria o centro da economia na Antiguidade. No caso romano, o *oikos* pode ser entendido como a *domus*, que não seria apenas a morada do senhor, ou, *paterfamilia*, mas como um ambiente complexo, que requer a administração das terras, da produção e consumo, como também dos membros familiares, e dos escravos, libertos e clientes (FINLEY, 1980, p. 19). O econômico circulava dentro dessas fronteiras. Cabe observar que essa teoria é tributária da estrutura econômica, *household*, que fora inicialmente apresentada por Karl Rodbertus (1805-1875) em 1860 (BÜCHER, 1927, p. 96-97).

¹⁷ Posteriormente, a teoria de Bücher foi revisada por Karl Polanyi (1886-1964), acrescentando ao seu caráter doméstico uma conexão direta com outros elementos presentes na sociedade, como a religião, a cultura, e os princípios éticos e morais; seria esta uma economia encravada nessas instituições, a qual ele qualificou de *embedded* (CARVALHO, 2007, p. 251).

¹⁸ As reflexões desse filósofo sobre o tema pode ser expressa mediante duas tônicas, o escravo e a escravidão. Pode parecer truísmo quando falamos que escravo e escravidão fazem parte de um todo, e que ambos se justifiquem por si mesmo. Entretanto, uma hermenêutica em torno das considerações desse pensador nos permite denominar que tal axioma é passível de ponderações. O escravo possui,

mesmo em *Epicteto*, que fora escravo. Segundo esses pensadores, o escravo podia ser entendido como um objeto que pode ser análogo a uma ferramenta, ou mesmo um animal. Esta conclusão atribui à parte dominante – o senhor – alguns direitos, assegurados por lei, em relação ao seu escravo: poder castigá-lo; decidir pela sua vida ou morte; como também sobre a sua mulher e filhos. Isto também implicava ao senhor algumas responsabilidades, “[...] se escravos e animais causavam danos à propriedade alheia, os seus donos eram responsáveis através daquilo a que a lei romana chamava <<ação noxal>>.” (FINLEY, 1980, p. 81). No tocante aos direitos do senhor um em especial nos é pertinente, o poder de conceder ao escravo a sua liberdade.

A manumissão era algo possível mediante algumas situações: o sujeito poderia ser libertado caso o seu dono estivesse prestes a morrer, e este, por gratidão ou mero ato de altruísmo, decretasse a libertação do indivíduo, poderia até ocorrer do senhor diante desta condição, libertar todos os seus escravos; também em casos em que o escravo estivesse moribundo, o senhor poderia conceder o benefício da alforria, para que este morresse como um ser livre; e por fim, a liberdade podia advir de um acordo entre senhor e o servo mediante um contrato – o pecúlio (*peculium*) – que o escravo administrava e com seus rendimentos ainda poderia comprar a sua alforria (VEYNE, 1992, p. 95). Há que ressaltar que a liberdade concedida a escravos de núcleos urbanos e domésticos não era recorrente, mas também não era incomum, residia neste ato de benevolência uma estratégia perversa de manter controlada a parcela da sociedade que continuava na servidão,

[...] cabe a um escravo servir bem e subir na ordem da escravaria. Essa pequena janela era capaz de impedir eventuais identidades horizontais entre os escravos. Cada escravo lutava, não contra a escravidão, mas contra sua própria situação como escravo. Havia várias estratégias possíveis (para alguns) e várias maneiras de um liberto posicionar-se frente ao mundo dos livres. (GUARINELLO, 2006, p. 242).

a partir de seu pensamento, um *status* ontológico, no qual representa uma condição imposta pela natureza de ser comandado. Suas interpretações se baseiam no fato de todos os seres estarem divididos segundo esse princípio, que estaria presente na alma do ser. “*La naturaleza ha creado en ella dos partes distintas: la una destinada a mandar, la otra a obedecer, siendo sus cualidades bien diversas, pues que la una está dotada de razón y privada de ella la otra.*” (Pol., I, 5). No que corresponde diretamente ao escravo, diferentemente dos outros seres, ou objetos que serviriam de instrumentos para as realizações do homem, este teria a virtude da razão, porém o que o diferenciaria do seu senhor seria a sua passividade, ou seja, estaria sua razão alijada de exercer a sua vontade.

Conforme observamos anteriormente em Tácito, o temor de uma insurreição estava presente nas classes superiores. A *fides* tão exigida pelo historiador era um fator preponderante para que o escravo almejasse a liberdade. E mesmo após liberto, a lealdade para com seu senhor não deveria ser abalada, os laços de reciprocidade deveriam ser mantidos (VEYNE, 1992, p. 97).

Entendemos que a manumissão, em virtude das fontes que possuímos, estava mais presente no mundo urbano e doméstico do que nas minas ou campos – estas últimas estavam submetidas a uma força coercitiva amparada pelo Estado, e em caso de insurreições de escravos os senhores requisitariam a intervenção militar. Há que considerar que os proprietários de escravos no campo, ou nas minas, em geral terceirizavam a gestão dos servos, seja a pequenos proprietários de terras ou, mesmo, a outros escravos (HOPKINS, 1981, p. 20), isto os deixavam distantes de uma possível revolta servil¹⁹.

A relação interpessoal era mais direta com os escravos da *domus* e *urbes*, portanto estes teriam privilégios²⁰ em virtude de sua lealdade e de sua competência em atividades profissionais singulares, como tutores ou negociantes. Um desses benefícios nos interessa, posto que atribuísse ao escravo certa autonomia, no que tangia a suas decisões ou possibilidade de liberdade, como também proporcionava ao seu senhor uma ampliação nas margens de ganhos, sem com isso arriscar seu *status* social. Tal benesse é entendida como *peculium*.

Na obra *Satyricon Lichas, homo uerecundissimus*, um negociante que representa esse grupo de homens que utilizava sua escravaria em suas atividades comerciais. É possível verificar que ele aproveitava parte de seus cativos na gestão de negócios (*familiae negotiantis*) (CI, 4). Podemos depreender que o *peculium* podia, neste caso, representar uma série de vantagens para o senhor, pois passa a ser uma forma de ampliar sua margem de ganhos, em empreendimentos o

¹⁹ Apesar do medo latente da elite em relação aos escravos, as fontes que dispomos da época revelem poucos conflitos dessa ordem. A mais relevante sublevação servil foi organizada pelo gladiador trácio, *Spartacus*, na década de setenta do século I a.C.. Os relatos desse conflito foram narrados por Plutarco em *Vidas Paralelas* (*Vida de Crasso*, III, VIII-XIX).

²⁰ Essa relação é pautada pela subordinação irrestrita do escravo para com seu senhor. Era comum o proprietário tratar seu servo como se fosse uma criança. Entretanto, se este servo fosse de extrema importância para seu senhor, seja devido a questões financeiras, ou afetivas, por exemplo, este não pouparia esforços para mantê-lo saudável e motivado com seus afazeres (VEYNE, 1992, p. 67-68).

qual não tivesse tempo para gerir, ou mesmo uma atividade que colocasse em dúvida seu prestígio moral, além de consolidar sua rede de relacionamentos.

O *peculium* corresponde a uma quantia em dinheiro que era destinada a um terceiro para negociar, e os lucros oriundos deste patrimônio eram divididos entre o sujeito negociador e a outra com quem disponibilizou o recurso. Este processo podia ser estabelecido entre homens livres, porém essa negociata não deixava livre de obrigações à parte quem recebera o benefício – instalava-se, nesse caso, uma espécie de obrigação moral e até jurídica com o fornecedor. Sendo assim, alguns homens livres evitavam negociar sob tais circunstâncias, era mais compreensível que essa relação se desenvolvesse entre amos e escravos (FINLEY, 1980, p. 103). Veyne (1992, p. 68) observa que essa atividade, quando organizada entre senhor e escravos, torna a negociação mais vantajosa para o senhor, pois enquanto escravo, o sujeito estava em plena subordinação podendo ser punido severamente até com castigos físicos se necessário, algo que um homem livre estaria imune. Por outro lado, caso esse escravo conseguisse sua liberdade, continuava o interesse de seu ex-senhor em manter o *peculium*, posto sua peculiar condição jurídica²¹.

Visualizamos na instituição do *peculium* uma forma de auxiliar na manutenção da estrutura de poder do Principado Romano. Como colocado anteriormente, essa estrutura está configurada segundo critérios mediados pela ideia de *status*. Cícero (*De officis* 1.150.1 apud FINLEY, 1980, p. 52) foi enfático quanto ao desprestígio que algumas atividades profissionais conferiam em sua constituição, uma delas era a de prestamista. Entretanto, esse serviço era de suma importância no que tangia ao desenvolvimento econômico do Império,

Os prestamistas eram tão indispensáveis ao seu mundo (e a ele pessoalmente) como os comerciantes, os artífices, os perfumistas e os médicos. A única questão com que ele se preocupava era a do *status* moral (e social) dos que praticavam essas profissões. Não havia contradição alguma entre pedir emprestado a *faeneratores* profissionais para comprar uma casa adequada ao seu *status* e denegrir estes mesmos *faeneratores* como pessoas (FINLEY, 1980, p. 71)²².

²¹ Um exemplo dessa relação umbilical pode ser vista na passagem do Digesto (38.1.27 apud FINLEY, 1980, p.75): “Se um liberto se dedica à pantomima deve pôr os seus serviços gratuitamente à disposição não só do seu patrono mas também dos amigos deste, sem cobrar honorários. Do mesmo modo, um liberto que pratica a medicina deve, a pedido do seu patrono, tratar gratuitamente os amigos deste”.

²² Há que se ressaltar que essa atividade, considerada indigna, somente o era quando operada por pessoas de classes entendidas inferiores, como escravos, libertos, ou homens pobres. Se praticada diretamente por membros da elite era tida como uma atividade normal, por exemplo, o próprio Cícero

Destinar essa atividade, como outras de menor significância moral aos escravos com *peculium* ou mesmo a libertos, era uma alternativa que os poderosos do Império tinham para manter ativos setores essenciais, mas que por questões morais não podiam gerir diretamente. Essa instituição promove uma série benefícios para a manutenção da estrutura de poder da elite.

Do ponto de vista social, os escravos domésticos e urbanos passam a ser divididos entre si, criam-se subcategorias de escravos, há os que se destacam em decorrência de suas habilidades profissionais dos demais, impossibilitando uma organização em que os escravos se entendessem como uma classe em si. Dessa forma, acarretaria em menos problemas de ordem de segurança. Essas circunstâncias nos ajudam a compreender o porquê das reivindicações servis não colocar em pauta o fim da escravidão.

Podemos observar que a escravidão antiga, quando analisada em seu contexto, tem importância não somente sob a perspectiva da produção, mas na manutenção das redes de solidariedade organizadas pelos grupos de poderosos do Principado Romano. A escravidão, nesse sentido, é analisada apenas sob uma perspectiva elitista – estão em pauta nessas análises interesses desse grupo, como produção, segurança e relação de poder. O *Satyricon*, fonte desse período, nos oferece a possibilidade de privilegiar a interação desse público – o escravo – em uma dinâmica socioeconômica e cultural, sob um ponto de vista deles próprios. Mesmo que mediada pelo autor, homem representante das classes superiores, a obra expõe informações que dificilmente encontraríamos em outra fonte. A *Cena Trimalchionis* nos permite vislumbrar uma fração deste universo.

Esse episódio será amplamente discutido no terceiro capítulo, entretanto cabe aqui, por se tratar da escravidão, expor que o anfitrião do suntuoso banquete em diversas passagens discorre sobre seu passado enquanto escravo. *Trimalchio* se orgulha em dizer que superou todas as dificuldades inerentes a essa condição, e não se envergonhava de evidenciar que fora tomado como escravo sexual por seus senhores. “É, mas no entanto fui as delícias do meu patrão durante quatorze anos. E não é nenhuma vergonha o que o patrão manda. Eu no entanto satisfazia minha

recorreu a empréstimos a juros de César, como também emprestou dinheiro a *Faberius*, secretário de César (FINLEY, 1980). Essa relação de empréstimo entre pessoas de franca estatura social tinha intenções claras de ampliar os poderes políticos de quem emprestava.

própria patroa também.” (LXXV, 11)²³. Julgava ser um exímio homem de negócios, o que chamou a atenção de seu senhor que o colocou para negociar por ele (LXXVI). Essas qualidades dentro do universo dos escravos o distinguiu dos demais, ao ponto de conferir sua liberdade.

Trimalchio representa, para seus pares (libertos) e para os seus escravos, o ápice da hierarquia por eles estabelecida, embora suas ações como escravo, sob o ponto de vista de Petrônio, sejam tidas como amorais. O autor eleva ao *reductio ad absurdum* toda ação do liberto, demonstrando que por mais que obtenha condições materiais suficientes para competir com a elite senatorial (GUARINELLO, 2006, p.238), jamais terá virtude para se colocar como igual.

Adentraremos a seguir nesse contexto turbulento do ponto de vista social em que os libertos do Alto Império Romano estavam.

1.2 Os antigos e os modernos: conceito de liberdade

A exemplo de outros conceitos como a pobreza, a escravidão, ou mesmo a economia, a liberdade quando inserida ao escrutínio do tempo, ou seja, em uma perspectiva histórica, apresenta diferenças substanciais no tocante à sua compreensão. Hannah Arendt (2014), em seu texto, *O que é liberdade?*, discute como e onde – este onde do ponto de vista histórico – a ideia de liberdade se desenvolveu. Suas argumentações incidem basicamente em dois contextos distintos: o primeiro situado na Antiguidade, e o segundo na Idade Moderna. Essa divisão conjuntural auxiliou a filósofa a distinguir duas circunstâncias inerentes à liberdade. Em seu contexto pré-moderno este conceito somente poderia ser compreendido na dinâmica da política, na interação dos indivíduos no espaço público, em benefício do legado oriundo dos fundadores de Roma, *res gestae*. Enquanto que na modernidade, tal ideia confere a questões idiossincráticas, ou seja, à esfera do privado.

²³ “*Tamen ad delicias [femina] ipsimi [domini] annos quattuordecim fui. Nec turpe est, quod dominus iubet. Ego tamen et ipsimae [dominae] satis faciebam.*” (grifos do autor).

Poderíamos, em virtude de nosso recorte temporal, voltar nossas atenções apenas para o quadro conceitual sobre a liberdade estabelecida pelos antigos, voltada para a ação da coisa pública, mas isso nos condicionaria a compreender apenas um espectro da ideia de liberdade que estaria no mundo coletivo. Todavia, apresentar algumas considerações, próprias dessa concepção, elaboradas pelos modernos, dadas as suas características de foro íntimo, nos permite produzir uma antítese na dialética do homem antigo e do moderno. Abarcar esta dicotomia subsidia nossos argumentos de que o econômico da era clássica estava alicerçado em uma estrutura sociocultural peculiar, caracterizando, por sua vez, uma economia singular, o que nos interessa à medida que queremos compreender a dinâmica socioeconômica dos libertos nesse contexto.

Para os modernos, a liberdade é algo que somente poderia ser alcançada segundo a vontade do indivíduo, “[...] ela não é experimentada em associação com outras pessoas, mas sim no relacionamento com o próprio eu [...]” (ARENDDT, 2014, p. 204). Esta ideia está diretamente conectada com os interesses, políticos e econômicos oriundos dos séculos XVIII e XIX, em contraposição ao modelo mercantilista vigente desde o séc. XV. No liberalismo, a ascensão dos interesses privados em voga, é a de que quanto menor a intervenção do Estado na economia melhor será para o desenvolvimento do mercado. A liberdade, nesse contexto, está emancipada das questões políticas²⁴, conseqüentemente do espaço público, contrastando com a perspectiva dos antigos.

Podemos averiguar que *Hermeros*, ao se voluntariar à escravidão em detrimento da condição de homem livre sujeito às implicações tributárias do Estado, demonstra que a liberdade individual, aquela almejada pelos modernos, nesse

²⁴ Henri-Benjamin Constant em discurso pronunciado no *Athénée royal* de Paris, em 1819, *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*, apresenta as diferenças entre a ideia de liberdade na antiguidade e na modernidade. Enquanto homem alinhado com seu tempo, Constant defendeu a livre iniciativa privada em detrimento da intervenção do Estado. Para tanto, expõem os problemas inerentes ao mundo clássico referentes à privação da liberdade individual dada pela constante vigilância do Estado nas questões do privado. “[...] as ações privadas estão sujeitas a severa vigilância. Nada é concedido à independência individual, nem mesmo no que se refere à religião. A faculdade de escolher seu culto, faculdade que consideramos como um de nossos mais preciosos direitos, teria parecido um crime e um sacrilégio para os antigos.” (CONSTANT, 1999, p 10-11). O político e escritor francês articula seu discurso na oposição antigos e modernos: os primeiros estariam em um estágio “pré-civilizatório” recorrendo às guerras para adquirir seus bens materiais, logo as questões políticas exigiam uma atenção maior por parte de seus cidadãos; os modernos haviam superado esse momento, ou seja, vivendo em época de paz o homem voltava-se para as questões do mundo privado, o comércio passava a ser a fonte de aquisição de bens e a liberdade para negociar deveria ser estimulada.

contexto estaria em um plano secundário, segundo os critérios de prioridades de um indivíduo. Essa maneira de considerarmos a ideia entorno da liberdade, fruto da vontade do sujeito, associada à maturação do cristianismo, foi atingida somente na Antiguidade tardia, quando as teorias sobre o livre arbítrio, *liberium arbitrium*, desde Paulo a Agostinho, já consolidam as bases para se pensar a liberdade como produto do homem em sua relação consigo próprio (ARENDT 2014, p. 191). Isso posto, o mundo em que *Hermeros* estabelece sua compreensão de liberdade é anterior a este pensamento, logo essa forma de pensar está ausente no período clássico de Roma. A vontade individual não sobrepõe os interesses coletivos, a verdadeira liberdade está na ação, *agere*, cívica, voltada para a condução da *res publica*.

Essa liberdade que Arendt convencionou para a Antiguidade, tem por fim o estabelecimento do Estado, a partir de ações políticas. Temos nesse cenário certo conflito epistemológico entre os termos – liberdade, livre, e liberto. Como visto, o primeiro caracteriza-se pela possibilidade de conduzir as questões políticas, já ser livre, no entanto, não condiciona o indivíduo a ser ativo na resolução dos problemas do Estado. Essa incompatibilidade requeria um estudo mais aprofundado que não faremos nesta pesquisa em virtude de que tal empreitada escaparia de nosso escopo. Entretanto, as problemáticas concernentes à categoria de liberto em sua relação com a liberdade para nossos objetivos são de suma importância. A seguir veremos a compreensão de liberto nesse contexto.

1.3 Os libertos do Alto Império Romano

Quando optamos em intitular esta seção, *Os libertos do Alto Império Romano*, não queremos declarar que os libertos naquele contexto eram diferentes, no que diz respeito ao seu estatuto, dos demais libertos presentes na Antiguidade. Ao contrário, queremos evidenciar que o Principado Romano detinha características próprias que singularizavam a questão dos libertos, como apresentado anteriormente com a escravidão – nesse caso, a condição de liberto nada mais seria que uma possível extensão deste sistema.

A manumissão, como pudemos avaliar, era um instrumento legal que o senhor, seja ele privado, ou o próprio Estado, detinha para promover o escravo à

condição de liberto. Porém, essa futura condição era caracterizada por uma série de restrições que os impediam de exercer plenamente a liberdade da mesma forma que um cidadão comum.

Tomemos como exemplo a questão familiar desse sujeito. A escravidão não impedia que os escravos constituíssem família. Cabe ressaltar que essa possibilidade era mais comum entre os escravos urbanos que atuavam em funções de negociantes, ou administradores, na *domus* ou em repartições públicas. Em uma situação na qual o casal conseguisse a sua alforria, havia limitações quanto ao resto da família. Veyne acrescenta que caso,

[...] esse casal teve filhos antes de ser liberto e tais filhos são ou bastardos, ou escravos do proprietário da mãe, mesmo que os dois libertos se casem em legítimas núpcias, o pai não poderá reconhecer seu filho natural; ainda que comprem o pequeno escravo, não poderão fazer dele seu filho, mas apenas seu liberto (1992, p. 93-94).

Esta situação peculiar ao liberto, o impede de conferir herdeiros de seu *status*. Neste caso, seu filho perde a condição dada por natureza, para se tornar liberto, um agente existente apenas nos princípios da lei. Os laços sanguíneos são rompidos e outros são estabelecidos, esses novos mediados pela legislação. O *Digesto*, de Justiniano, nos oferece outro caso paradigmático:

Ex hoc quaestium est, si ancilla praegnas manumissa sit, deinde ancilla postea facta aut expulsa civitate pepererit, liberum na servum pariat. Et tamen rectius probatum est liberum nasci et sufficere ei qui in ventre est liberam matrem vel medio tempore habuisse. (Digesto, 1.5.5.3)²⁵.

O referido acontecimento expressa uma situação distinta da anterior. O trecho do *Digesto* destaca para uma possível situação em que uma liberta grávida fosse escravizada ou expulsa da cidade. Logo, pergunta-se: qual estatuto deveria possuir o filho dessa mulher? Seria ele livre ou escravo? A resposta indica que, em virtude gravidez ter ocorrido enquanto ela fosse uma manumitida, a criança deveria nascer livre. O estatuto de cativa da mãe não altera a condição de liberdade do recém-nascido, visto que sua concepção ocorrera no estado de alforriada que a mãe

²⁵ “E perguntou-se: Se uma escrava grávida for manumitida, e depois destes fatos, feita escrava ou expulsa da cidade, der à luz, ela dá à luz um livre ou um escravo? Mas também com mais correção se deve reconhecer que nasce livre e que é suficiente àquele que está no ventre ter tido uma mãe livre ou livre no intervalo” (Tradução de Hélio Maciel França Madeira).

possuía. Há que destacar o fato de que a criança era considerada livre, não liberta. Nessa condição seu estatuto social é igual à de um cidadão livre.

Ambos os casos são elucidativos quanto à característica particular da condição do liberto: sua existência somente é devida ao direito, não existe liberto de nascimento. Essa condição não pode ser suprimida, conforme disposto no *Digesto*, “*Homo liber, qui se vendidit, manumissus non ad suum statum revertitur, quo se abdicavit, sed efficitur libertinae condicionis*” (1.5.2.1)²⁶. Essa especificidade promove no campo social um grupo de cidadãos sem lastro hereditário. Excetuado o fato da manumissão, esse sujeito não encontrava outros com quem pudesse se relacionar, ao ponto de formar um grupo homogêneo; não apenas no sentido estatutário, mas especificamente cultural. Observa-se, como expusemos anteriormente, que os escravos provinham de localidades e culturas distintas, alguns até eram romanos livres que se voluntariavam à escravidão, seja por dívida, ou pelos benefícios de se vincular a um *parterfamilia*. Essa origem distinta dos escravos resultava diretamente no grupo de libertos. Guarinello (2006, p. 233), assim sintetiza a existência desse sujeito:

[...] O Liberto situava-se numa zona de fronteira entre a escravidão e a liberdade, uma espécie de limbo, uma área da qual as classificações habituais não davam conta. O liberto era essencial para a normalidade romana, mas, em certo sentido, era também uma perturbação do normal.

Segundo Guarinello, na sociedade romana, a essencialidade do liberto estava diretamente conectada com os motivos que levavam um senhor a libertar seu escravo. Determinados setores da economia romana precisavam manter-se ativos, como os negócios. A exemplo dos escravos, os libertos eram agentes providenciais para manutenção desses empreendimentos. Veyne (1992, p. 92) declara que nem todos os negociantes eram libertos, mas todos os libertos eram negociantes. Obviamente essa impressão de Veyne confere certo exagero, visto que os libertos atuavam em outras áreas que não apenas o comércio, como no caso de *Epicteto*, que fora tutor, mas certamente destaca a atividade em que esse grupo mais atuava. Como negociantes, essa categoria de cidadãos conseguiu adquirir não apenas a liberdade, mas também bens materiais e fortunas, algumas comparadas às de

²⁶ “O homem livre que se vendeu, uma vez manumitido não é revertido ao seu status do qual se abdicara, mas se torna da condição de liberto” (Tradução de Hélio Maciel França Madeira).

senadores (GUARINELLO, 2006, p. 238). Entretanto, mesmo ricos, não conseguiam transpor a rígida barreira do *status* social. Nesse sentido, a prole que lhe fora negada seria a alternativa da inserção nas camadas mais abastadas da sociedade romana.

A dimensão que o Império tomou no início do Principado, ocasionou um aumento de escravos nos centros urbanos, conseqüentemente o número de libertos cresceu significativamente. Dados concretos sobre a dimensão do aumento desta população não são expressos pela historiografia, embora, podemos dela extrair que a quantidade de libertos inseridos nas camadas aristocráticas era relevante. Tácito “[...] argumentava-se na época de Nero que a maioria dos equestres e muitos senadores eram descendentes de escravos [...]” (*Anais*, 13.27 apud FINLEY, 1980, p. 104). A inserção destes libertos nessa camada social, não se dava de forma direta. Esses sujeitos jamais seriam tomados como um homem livre, rico, e poderoso, de *status* social ilibado; sua outrora condição de escravo seria a mácula que carregaria para o resto de sua vida – a liberdade, fruto da manumissão, não superava sua mentalidade servil (JOLY, 2004, 76-77). No entanto, há que ressaltar que os filhos dos libertos, como já apresentado, nasciam livres, na condição de homens livres, podendo gozar dos direitos de qualquer outro cidadão do Império. Essa era a única alternativa que os libertos tinham para irromper com essa segregação, não seriam eles a gozarem dos prazeres que uma sociedade hierarquizada pelo *status* concedia, mas seus filhos poderiam almejar tal condição.

Tácito, como outros de sua época, foi um crítico dessa investida nas classes superiores. Para ele, os libertos estavam mais preocupados com sua ascensão financeira e a multiplicação dos seus bens; não eram confiáveis para gerirem bens de seus ex-senhores, como também não estavam aptos a atuarem em altos cargos públicos. Esse historiador pautava o principal argumento na infidelidade destes sujeitos (JOLY, 2004, p.76-77).

A *fides* era um atributo que o liberto deveria sempre que possível exaltar. Veyne (1992, p. 92; 96) informa que o liberto assim que obtinha sua liberdade, podia escolher outro local para morar que não a casa do seu antigo senhor, entretanto devia periodicamente ir à morada do agora patrono prestar-lhe homenagens. Porém, essas atitudes de reverenciar seu patrono, não era apenas uma obrigação moral,

como também legal. Amparado pelo direito, o senhor que concedeu a manumissão podia exigir desse liberto o *obsequium*.

Esse dispositivo sujeitava o alforriado a manter uma relação com seu ex-senhor de respeito, semelhante ao que o filho tem com seu pai. Restringia também que o liberto em situação de litígio levasse seu ex-senhor ao tribunal. Já os libertos do Estado, estes deveriam render homenagens promovendo inscrições ao imperador pelo regresso após vitórias (ANDREAU, 1992, p. 153). *Encolpius* (XXX, 2) ao entrar na residência de *Trimalchio*, se depara com a seguinte inscrição, “*C. Pompeio Trimalchioni, seruiro Augustali Cinnamus dispensator*”²⁷, a referência a *seruio Augustali* denota que o liberto devia reverências formais ao imperador, além de ser responsável pelos cultos e organização de jogos em sua honra (AQUATI, In: PETRÔNIO, p. 45).

Outra forma de controle era evidenciada nos *operae*, um instrumento jurídico, no qual o patrono podia exigir de seu liberto que trabalhasse para ele uma determinada quantia de dias no ano (ANDREAU, 1992, p.153). Semelhante a essa regra no *Digesto* (38.1.27), outra obrigava o manumitido oferecer seus serviços gratuitamente ao seu patrono, como também aos amigos destes, caso comum aos libertos que exerciam a medicina (FINLEY, 1980, p. 75).

Em contrapartida, Veyne pondera que essas imposições não deveriam submeter o liberto a outro modelo de escravidão:

[...] um patrono não deve mais exigir um trabalho que não tenha combinado antes nem carregar a libertação de cláusulas tão pesadas que o ex-escravo só seria livre no nome; não pode fazer um liberto prometer não se casar ou não ter filhos a fim de conservar seus direitos sobre a sucessão de seus libertos; nem pode, ao menos como regra geral, proibi-lo de desempenhar o mesmo ofício que ele e tornar-se seu concorrente (1992, p. 97).

Embora houvesse essas restrições quanto ao uso abusivo do poder sobre o liberto, a liberdade a ele conferida somente podia ser exercida mediante sua fidelidade para com seu ex-senhor. Ao longo do Alto Império Romano foram registradas uma série de acontecimentos que colocavam em questão a ideia de revogação da liberdade dos libertos considerados ingratos. Um caso emblemático dessa inquietação pode ser observado a partir do evento do assassinato, por um

²⁷ “*C. Pompeu Trimalchio servo augustal, cinámo contador*” (Tradução nossa).

escravo, do prefeito de Roma, Pedânio Secundo, durante a gestão do imperador Nero (*Ann.*, XIV, 44-45). A repercussão do ocorrido colocava em evidência a fidelidade que um servo deveria ter com seu senhor. Na ocasião foi solicitado que toda a escravaria do prefeito fosse executada, segundo dispositivos existentes em lei (GUARINELLO, 2006), como também foi sugerido que até os libertos da vítima fossem punidos com a expulsão da cidade (JOLY, 2004, p. 79).

Mediante essas condições restritivas de exercício da liberdade, podemos nos questionar: por que os libertos não reivindicavam melhorias em seu modo de vida? A resposta a essa pergunta parece ser evidente à medida que destacamos que não havia um entendimento de classe por parte do liberto. Nossa posição representa uma visão historiográfica na qual o conceito de classe como proporia Karl Marx, uma classe consciente de si, que pudesse lutar por seus interesses, não está presente no mundo antigo. Somos, neste sentido, tributários da tese de Finley (1980) de que nesse cenário a divisão social estava sujeita aos conceitos de ordem e de *status*. Embora esta proposta não seja unânime mediante a historiografia pertinente ao tema, Rostovtzeff, por exemplo, fomenta suas análises sobre os libertos segundo os princípios classistas. Para esse historiador os libertos formavam uma classe burguesa (GONÇALVES, 1998, p. 236) que, a partir do seu poder financeiro, desenvolvia um mercado e uma indústria dentro dos preceitos capitalistas (ROSTOVITZEFF, 1937, p. 54-55)²⁸.

Entretanto, não consideramos pertinente a constituição de uma classe nesse contexto, as fontes do período – como o *Digesto*, ou os *Anais* – não dão indícios dessa existência, os libertos estão à margem da sociedade, mesmo quando eram ricos. Caso uma economia capitalista estivesse em voga naquele cenário, a situação dos libertos seria completamente distinta no que tange sua posição de prestígio enquanto homens de negócios, onde muitos eram bem sucedidos e teriam, certamente, melhor sorte junto às classes superiores. Nesse sentido a personagem *Trimalchio* seria incompreensível neste mundo capitalista (VEYNE, 1961, 247).

²⁸ Cabe observar que Rostovtzeff está alinhado com uma corrente historiográfica oriunda das considerações de Eduard Meyer, que no século XIX defendia a ideia da existência de um mercado e de uma industrialização segundo princípios capitalistas. Sobre a proposta de Meyer, ver: *Kleine Schriften: Zur Geschichtstheorie und Zur Wirtschaftlichen und Politischen Geschichte des Altertums*.1910.

A personagem criada por Petrônio representa esse sujeito que por mais rico que seja, por mais clientes que possua, por escravos que tenha, por mais terra que sustente – a terra era uma forma de expressar prestígio social –, nada pode fazer quanto à sua condição de liberto. A liberdade que Arendt descreve para o mundo antigo não atinge esse sujeito. Ele jamais fará parte ativa da vida política da *urbs*. A liberdade do homem romano é incompatível com a liberdade do liberto. Enquanto a liberdade dos antigos, dos homens verdadeiramente livres, é expressa no mundo coletivo, na questão política, a liberdade do liberto somente pode ser avaliada no mundo do privado, na esfera doméstica perante seus pares.

A *Cena Trimalchionis* ilustra esse exercício, e nessa conjuntura *Trimalchio* representa o mais alto nível hierárquico, não somente entre os escravos, e outros libertos, mas também para os homens livres, porém pobres, que vivem da generosidade de um patrono; assim podemos situar, *Encolpius*, *Giton*, *Ascylltos*, e *Agamemnon*. Discutiremos no capítulo final desta dissertação a dinâmica socioeconômica dos libertos a partir da *Cena Trimalchionis*. Entendemos que este primeiro capítulo nos subsidia com informações do universo dos libertos mediado pela historiografia. Todavia, antes de procedemos com tal intento devemos compreender o universo que circunscreve a nossa fonte – o *Satyricon*. Entendê-la mediante seus atributos, estilísticos, autoral, como também sobre sua circulação, e transmissão, aspectos que são de primordial interesse para os fins desta pesquisa. Isso posto, nosso próximo capítulo tem como escopo apresentar esses dados.

CAPÍTULO 2

CONSIDERAÇÕES SOBRE O *SATYRICON*

No capítulo anterior, apresentamos e refletimos sobre considerações do campo historiográfico que dialogavam com a escravidão e a liberdade do Alto Império Romano com o objetivo de evidenciar a situação socioeconômica dos libertos. Esta análise nos concedeu suporte para destacar dados pertinentes às estruturas jurídicas, econômicas e sociais daquele período. Já o *Satyricon*, uma obra literária, nos subsidiou com elementos que trazem o resultado do vivido desses libertos, aproximando nossas análises das questões cotidianas. Isso nos propiciou observar as possibilidades que a condição de liberto oferecia, tal como a obtenção de uma estabilidade financeira. A maior contribuição que a obra pode nos fornecer figura em demonstrar a falta de lastro que o liberto detinha na hierarquia social daquela conjuntura. Apesar do *Satyricon* em nosso primeiro capítulo ilustrar com propriedade essas e outras situações, entendemos que tais demonstrações não respondem nossos questionamentos iniciais referentes à sua veleidade para os usos da História. A constituição dessa obra enquanto fonte historiográfica requer do pesquisador uma abordagem mais elaborada sobre sua composição. Este segundo capítulo busca circunscrever os limites e as possibilidades que o *Satyricon* pode oferecer como documento para estudos dessa ordem. A delimitação de suas potencialidades como tal, passa por uma análise do seu estabelecimento literário. Nesse sentido, este trabalho necessita da contribuição oriunda de outras áreas do conhecimento que não a História, mas, da Literatura, da Gramática, da Filologia, enfim, diagnósticos de especialidades capazes de compreender o nexo de um produto ficcional.

O *Satyricon*, como obra literária, foi objeto de diversas críticas ao longo do tempo: para o pensador iluminista Voltaire (1746)²⁹, “[...] *n’est que le caprice d’un*

²⁹ Em 9 de maio de 1746 François Marie Arouet, comumente conhecido como Voltaire, assumiu como membro da Academia Francesa. Na ocasião, proferiu um discurso que em sua tônica buscava uma valorização da língua francesa, exaltando a poética em detrimento da sátira, “[...] *dans la morale et dans l’art poétique ; il donna les préceptes et les exemples ; il vit qu’à la longue l’art d’instruire, quand il est parfait, réussit mieux que l’art de médire, parce que la satire meurt avec ceux qui en sont les victimes, et que la raison et la vertu sont éternelles.*”. O texto na íntegra esta disponível no sítio eletrônico: <http://www.academie-francaise.fr/discours-de-reception-de-m-voltaire>. Acesso em 11 fev. 2015.

*jeune homme obscur, qui n'eut de frein ni dans ses mœurs, ni dans son style*³⁰. Em meios mais contemporâneos, o poeta e escritor Raymond Queneau assim descreve seu autor “[...] de todos os escritores da Antiguidade, não há nenhum mais ‘moderno’ que Petrônio. Ele poderia entrar, e com o pé direito, na literatura contemporânea, e seria tomado como um de nós” (QUENEAU, 1951, In: PETRÔNIO, 2008, p. 7)³¹. Em posição análoga a essa o ensaísta e crítico literário Fernando Azevedo destaca, “[...] pensamentos de um lúcido vigor e conceito imprevisos pela sua delicadeza requintada, que fazem de Petrônio 'um contemporâneo do futuro'” (1962, p. 34). Os excertos apresentados nos conferem as controvérsias entorno do autor e sua obra, as quais a História não teria condições de dirimir sem o suporte de outras disciplinas.

Posto isso, escutar a obra a partir de outras áreas do saber nos auxiliará em promovê-la à condição de fonte historiográfica, levando-nos a obtermos uma exegese pertinente para os fins últimos do nosso trabalho, uma vez que considerar questões – como a sua datação, autoria, estilo, circulação em seu meio histórico, sua preservação, entre outras –, irá nos permitir uma melhor compreensão de nosso objeto de análise, potencializando a obra como um documento significativo, indicador, ou, mesmo, revelador, do cotidiano, dos costumes, da cultura, ou seja, das múltiplas relações de uma sociedade complexa como a do alvorecer do Império Romano.

O escopo deste capítulo consiste em trilhar um percurso necessário para o estabelecimento de um entendimento do *Satyricon* como documento histórico e, por conseguinte, de nosso objeto de estudo na obra. A análise dos limites e da validade da utilização do texto como fonte de pesquisa para os historiadores envolve questões comuns ao estudo de diferentes objetos que tem o *Satyricon* como fonte. Logo, as análises a seguir, no tocante aos pontos anteriormente mencionados, acompanham o percurso de diversos estudiosos de diferentes áreas do conhecimento que se debruçaram sobre a obra. Entendemos que as discussões produzidas em outras searas, que não a da História, nos serão úteis nesta análise, mas não nos deteremos

³⁰ “é apenas o capricho de um jovem obscuro, que não tinha freio nem em boas maneiras, nem em seu estilo” (Tradução nossa).

³¹ Aquati observa que o texto original desta apresentação está disponível sob o título “*Pétrone, ?-65 d.C.*”, em *Les Écrivains Célèbr.* v. I, Paris: Mazenod, 1951.

nelas, buscamos somente extrair debates e informações pontuais que nos propiciem um melhor entendimento para fins historiográficos do documento.

Apresentadas as considerações preliminares, vejamos a seguir um resumo do que constitui o enredo do *Satyricon*. Entendemos que esta apresentação auxiliará em pelo menos duas dimensões do entendimento de nossa análise: primeiro, prover os leitores menos familiarizados com a obra com o seu tema; segundo, enfatizar as partes relevantes, conforme nosso ponto de vista referente às questões de âmbito social e econômico. Dado este passo inicial, seguiremos com detalhamentos no tocante ao gênero ao qual a obra pertence, contexto de composição da obra e o do enredo; e também não podemos deixar de averiguar, com acuidade, a figura do seu autor, sujeito esse cercado de inúmeras polêmicas históricas e literárias no que tange à sua origem. Os esclarecimentos destes pontos nos auxiliarão na identificação de questões não menos importantes para os nossos fins, como reconhecer o estilo (gênero do texto) e os contextos histórico, geográfico, social e político internos à obra. Alcançado tais intentos continuaremos com a verificação do itinerário temporal de preservação dos códices, suas publicações e interpretações.

2.1 Mentiras, trapaças, ostentação, a busca sem limites por riqueza: uma síntese do *Satyricon*

O texto hoje conhecido do *Satyricon* inicia-se com o *Encolpius*, o protagonista do enredo, proferindo um discurso em resposta ao seu mestre, *Agamemnon*, ao que parece ser um exercício de retórica. Em seguida, especula-se, pois tais partes do conto se perderam ao longo do tempo, que *Encolpius*, *Ascyltos* e *Giton*, um jovem por qual *Encolpius* demanda sentimentos amorosos, teriam tramado e concluído uma investida às posses de dois negociantes, *Lycvrgvs* e *Lichas*. O produto do furto foi acomodado no forro de um manto, que se perderá na fuga. Passado algum tempo, e discorrendo novamente sobre as partes existentes do romance, o trio reconhece o manto outrora perdido em um mercado que, no entanto, estava em poder de um casal com o qual o grupo tem um desentendimento; mas ao final da querela, a veste é recuperada.

O conto segue com os três alojados em uma hospedaria, onde recebem a visita de uma sacerdotisa do deus *Priapus*, *Quartilla*. Ela acusa *Encolpius* de profanar um culto ao deus da fertilidade. Diante de tamanho sacrilégio, *Encolpius* e seus companheiros sofrem, numa noite, torturas sexuais. No decorrer da epopeia do protagonista, ele será acometido de uma intermitente impotência sexual, situação essa que pode estar relacionada à sua profanação.

A sequência do conto se dará em um suntuoso banquete – *Cena Trimalchionis* – para o qual *Agamemnon* fora convidado, tendo ele, para a ocasião, levado consigo *Encolpius* e seus companheiros. O distinto evento foi organizado por um riquíssimo liberto chamado *Trimalchio*, homem que obtivera de seus antigos senhores uma considerável herança, mas que se orgulhava em dizer que sua imensa fortuna era resultado de sua astúcia como comerciante. Este soberbo jantar será o cenário de inúmeras manifestações, culturais, políticas, e sociais, evidenciando nas personagens participantes atributos psicológicos e sociológicos. Ao longo do festim, são apresentados aos convivas diversos números circenses, teatrais, aliados a um excêntrico repertório gastronômico, que em suas temáticas buscavam enaltecer a figura do anfitrião. Todavia, não era passiva a postura dos privilegiados comensais acomodados no triclínio. Em certo momento, há um debate posto por *Ascylltos* e *Hermeros*, um protegido de *Trimalchio*, a respeito da seriedade do evento; o assunto acaba por adentrar em questões sociais, presentes à época, sobre a relação turbulenta entre livres e libertos.

Após o intenso jantar, o trio retorna ao albergue para descansarem. Ao acordar, *Encolpius* encontra *Ascylltos* e *Giton* dormindo juntos. Sentindo-se traído, ele resolve expulsar *Ascylltos*, porém *Giton* opta em ficar ao lado de seu corruptor, e *Encolpius* continua sua saga sozinho: perambulando por diversos lugares, encontra em uma pinacoteca um velho poeta decadente chamado *Evmolpos*, que passa a acompanhá-lo em suas aventuras e desaventuras. Em seguida, *Encolpius* encontra *Giton* em uma casa de banho, ocasião em que o jovem explica sua atitude de preteri-lo em prol de *Ascylltos*, alegando que fizera aquela escolha motivado por medo de que *Ascylltos* matasse seu predileto. Assim, *Encolpius* acolhe seu amado e restabelece novamente um trio, porém com *Evmolpos*, em lugar de *Ascylltos*, que passa a persegui-los.

Na fuga, eles encontram refúgio em uma embarcação, que zarpa mar adentro. No entanto, para a surpresa de *Encolpius* e *Giton* a nau pertencia a *Lichas*.

Ambos tentam evitar, a qualquer custo, o reencontro com o homem que outrora tinham lesado. Porém, *Lichas* encontra-os. Enquanto ele decide o que fazer para se vingar dos dois usurpadores, uma tempestade coloca o navio a pique, e os nossos aventureiros vão parar em uma praia onde são resgatados por nativos. Nessa ocasião se deparam com o corpo morto de *Lichas* boiando na praia.

Os códices remanescentes terminam com o trio chegando a Crotona, onde *Evmolpos* elabora uma farsa em que se apresenta como um rico sem herdeiros – fato que desperta a ambição da população local, promovendo assim uma bajulação em torno dos aproveitadores, a fim de serem instituídos como beneficiários da fortuna do poeta. Paralelo a esse evento, *Encolpius* tem uma relação desastrosa com uma mulher chamada Circe que, devido à sua crônica doença erétil, o faz sofrer novamente com flagelos sexuais. O texto cessa com *Evmolpos* declarando em seu testamento que uma condição havia para aquele que quisesse, após sua morte, reivindicar sua herança, algo em torno de dez milhões de sestércios: teria este que comer seu cadáver!

Buscamos neste breve resumo apresentar situações presentes no romance que denotam a importância dos prazeres materiais, mais especificamente o dinheiro, na constituição do enredo. É fato, e cabe ressaltar, que o *Satyricon* é uma obra composta a partir de diversas temáticas, não menos importantes que as por nós escolhida: por exemplo, questões de sexualidade, de gênero, de amor, cômicas, de vida e morte etc³². Não temos por objetivo o aprofundamento de questões colocadas por estas temáticas que, todavia, serão evocadas em nossa análise à medida que nos auxiliem na compreensão de nosso objeto. Sugerimos um estudo focado em assuntos sociais e econômicos que, a nosso ver, constituem um todo que não pode ser analisado em separado quando tratamos da Antiguidade Clássica.

³² Apresentamos alguns estudos que se valeram das temáticas explicitadas e que tomaram a obra de Petrónio como fonte. Com relação a questões de gênero, em especial a representação feminina, ver: SILVA, G.J. **Aspectos da cultura de gênero na arte de amar de Ovídio e no Satyricon de Petrónio**: representações e relações. Dissertação (Mestrado em História) - UNICAMP. Campinas, 2001. Ainda a respeito de gênero ver, também: GARRAFFONI, R.S.; FUNARI, P. P. A. **Gênero e conflito no Satyricon: O caso da dama de Éfeso**. História: Questões & Debates, Curitiba: Ed. UFPR, 2008, n. 48/49, p. 101-117. Em, LEÃO, D. F. **Amor e amizade no Satyricon de Petrónio**, discute-se a temática do amor a partir da personagem *Fortvnata*, esposa de *Trimalchio*. Lisboa: Colibri, 1998. No tocante à vida e morte, ver, MARINELLI, R. E. **Representação da morte e suas expectativas na visão de Petrónio: uma leitura sobre o Satyricon**. Dissertação de Mestrado apresentada na UNESP/Franca, 2007.

Adentraremos a seguir em questões mais técnicas em relação ao texto, a começar pela periodização.

2.2 As controvérsias e os entendimentos temporais do *Satyricon*

Estabelecer uma data, ou até mesmo um período para a constituição do *Satyricon* é uma tarefa que requer certa cautela. Atualmente, é quase consenso para a maioria dos estudiosos dessa obra que sua procedência remete à era *neroniana*, porém é pertinente destacar que essa determinação passou por uma severa crítica nos meios acadêmicos, que ficou conhecida como a *Questão Petroniana*. Alguns especialistas indicaram outros momentos históricos para que a obra pudesse ser alocada. Entre esses momentos, o mais comumente aceito como alternativa ao século I d.C., é o que se estabelece ao longo, ou até mesmo após o Império Antonino³³. Apresentar essas posições conflitantes sobre o *Satyricon* será um dos nossos objetivos nesta parte do capítulo. Em seguida, observaremos a temporalidade concernente ao enredo do romance. A partir deste escrutínio poderemos avaliar a nossa fonte sob duas perspectivas: uma externa ao documento, e outra interna à obra.

As discussões mais sistemáticas, em contraponto à datação do *Satyricon* advinda do Alto Império Romano, iniciam-se no final do século XVIII. Jean Nicolas Marie De Guerle (1766-1824) escreveu o texto, *Recherches sceptiques, sur le Satyricon et son auteur*³⁴, em que apresenta a hipótese de que “*Le silence absolu des auteurs des deux premiers siècles semble prouver qu’il leur est postérieur*”³⁵ (DE GUERLE, In: PÉTRONE,

³³ Conforme Jean-Marie Engel e Jean-Rémy Palanque (1978), em, *O Império Romano*, este período compreende desde o governo de Trajano (98 a 117 d.C.) ao de Cômodo (180 à 192 d.C.). Porém, há historiadores como Rostovtzeff que apresentam como primeiro imperador desta dinastia Nerva (96 a 98 d.C.). Ver: ROSTOVITZEFF, M. **História de Roma**. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. p. 207-208. Todavia, o que nos interessa, é o fato de que pesquisadores renomados do *Satyricon*, tais como, Niebhur, Marmorale, J. N. M. De Guerle, apresentarem trabalhos que não enquadram a obra em questão como pertencente à época da dinastia Júlio-claudiana. As afirmações desses estudiosos, baseadas principalmente em estudos filológicos, outorgam como anacrônicas aqueles que defendem que o *Satyricon* é oriundo do século I d.C.

³⁴ Acreditamos que o conteúdo deste texto seja análogo a outro escrito deste mesmo pensador, intitulado *La Guerre civile. Traduction libre, suivie de Recherches sceptiques, tant sur la satire de Pétrone que sur son auteur*, datado de 1798, que esta inserido em uma edição do *Satyricon*.

³⁵ “O silêncio absoluto dos autores dos dois primeiros séculos parece provar que ele é posterior” (Tradução nossa).

1981, p. XVII). Já o historiador alemão Barthold Georg Niebhuhr (1776-1831) dispõe em sua obra, *Kleine historische und philologische schriften*, que o Romance pertence à era Antonina. Esta observação baseia-se em epigrafias desse período, que revelariam a existência de um *Encolpus*³⁶ – esposo de uma mulher chamada de Fortunata (1928, p. 339-343) –, e que teriam servido de inspiração para o autor. Todavia, essas posições primárias a respeito da datação do *Satyricon* não sugerem que havia um debate posto à época sobre a origem temporal da obra. A discussão ganharia tais contornos somente na primeira metade do século XX.

As posições adeptas da origem do *Satyricon* ser *a posteriori*, fundamentam seus argumentos, em sua maioria, em questões filológicas e linguísticas que remetem ao vocabulário utilizado pelo autor, e ao gênero, que segundo esses pesquisadores não poderiam ser anteriores a 180 d.C. (FARVESANI, 1999, p. 22). Na vanguarda dessas ideias encontramos Enzo Vincenzo Marmorale (1891-1966), crítico e filólogo, que em sua obra, *La Questione Petroniana* (1948), infere que o “[...] *Latin of the Satyricon is uniform and contains too “late” usages anomalies to be contemporary with Seneca Younger; it cannot have been written until Antonine times*”³⁷ (MARMORALE, 1948, apud ROSE, 1971, p. 10). O estudioso em literatura clássica Kenneth Frank Campbell Rose (1938-1967), conclui que esses argumentos encontram força quando confrontados com análises que apresentam dados duvidosos sobre a relação do *Satyricon* com a época de Nero:

*For example, the famous “satire on Nero” theory: Tacitus records that Petronius on his deathbed sent to Nero a catalogue of the emperor’s sexual practices, instead of the usual flattering codicilli in a will. In 1629 Gonzales de Salas argued that the Satyricon was this catalogue. This wild theory is still being argued at the present time. (1966, p. 280)*³⁸.

Em geral, as associações do *Satyricon* com eventos, ou pessoas, pertencentes ao primeiro século d.C. fomentam discursos antagônicos. A esse respeito De Guerle

³⁶ Niebuhr cita o nome *Encolpus* conforme aparece na inscrição, todavia ele não negligencia o fato do *Encolpius* do *Satyricon* apresentar outra grafia, (NIEBUHR, 1928, p. 342), “[...] *Ursachen unter den Freygelassenen gar nicht feltnen Namen Encolpus oder Encolpius auf den Taugenichts [...]*”(sic).

³⁷ “O latim do *Satyricon* é uniforme e contém também uso ‘tardio’ para ser contemporâneo ao jovem Sêneca; ele não poderia ser escrito antes da era Antonina” (Tradução nossa).

³⁸ “Por exemplo, a famosa teoria da “sátira sobre Nero”: Tácito registra que Petrônio em seu leito de morte enviou para Nero um catálogo com as práticas sexuais do imperador, ao invés do envio comum de um codicilo lisonjeiro. Em 1629 Gonzales de Salas argumentou que *Satyricon* fosse esse catálogo. Essa teoria primitiva ainda é discutida” (Tradução nossa).

acrescenta, “*J'ai refute, dans la première partie, ceux qui regardent l'ouvrage de Pétrone comme la satire de Néron; n'en parlons plus*”³⁹. (DE GUERLE, In: PÉTRONE, 1981, p. XVIII). Em seguida, elenca algumas personagens da obra, tais como, *Trimalchio, Fortvnata, Evmolpos, Agamemnon*, e os relacionam receptivamente com Cláudio, Agripina Menor, Lucano e Sêneca; essa associação, da qual ele não compartilha por não conferirem dados sustentáveis, sendo apenas especulações, atribui a outros pesquisadores como Tiraboski, Burmann e Dottiville.

Entretanto, os elementos que contribuem para a manutenção da datação *neroniana* do *Satyricon* são mais plausíveis atualmente. Isso ocorre, em geral, devido aos avanços ocorridos a partir do XIX em diversos campos de estudos, do ponto de vista metodológico, e até mesmo conceitual, em áreas como a Linguística, a Filologia, a História, a Arqueologia, entre outras ciências que, em alguma medida, se relacionam com o passado.

Algumas hipóteses postas pelos primeiros pesquisadores que indicavam que o texto tivera sua origem ao longo do governo de Nero, lograram êxito após cuidadosos exames realizados por pesquisadores contemporâneos. Já outras hipóteses, como a associação de personagens do *Satyricon* com pessoas do vivido, ainda carecem de maior comprovação.

Entre esses referenciais contemporâneos se inserem os trabalhos de Rose. Sobre *The Date and Author of the Satyricon*, J.P. Sullivan acrescenta que o

[...] *present work by late Professor Rose is therefore both opportune and necessary for a number of reasons. He has examined, with relentless patience and thoroughness, both the traditional and more recent arguments for and against the Neronian dating, and, in so doing, he has applied to the problem recent historical and archaeological research unavailable to Iannelli.* (In: ROSE, 1971: IX-X)⁴⁰.

Importante observar que Iannelli – associando os versos presentes no capítulo *A Guerra Civil* pronunciados por *Evmolpos* (CXIX-CXIV) com a *A Farsália*

³⁹ “*Eu já refutei, nas primeiras páginas, aqueles que enxergam o trabalho de Petronio como uma Sátira de Nero, não falarei mais*” (Tradução nossa)

⁴⁰ “*presente trabalho realizado pelo falecido Professor Rose é, portanto, tão oportuno e necessário por uma série de razões. Ele examinou, com paciência e implacável rigor, os argumentos tradicionais e mais recentes a favor e contra a datação Neroniana, e, ao fazê-lo, ele aplicou para o problema recente a pesquisa histórica e arqueológica indisponível para Iannelli.*” (Tradução nossa).

(*Belli ciuilibi libri*)⁴¹, de Lucano –, estabeleceu como marco aproximado do *Satyricon* o ano de 63 d.C. Argumentos dessa ordem, desenvolvidos entre o século XIX e início do XX, associam o *Satyricon* ao período *neroniano*, embora essas hipóteses fossem frágeis quando confrontadas mediante critérios técnicos, como os feitos por Marmorale (ROSE, 1971, p. 8-9). Vale ressaltar que os trabalhos baseados no *Satyricon*, desde o século XV⁴² até meados do século XVIII, além dos limites técnicos e hermenêuticos postos à época, foram muitíssimo afetados por uma atmosfera moral que se colocava entre os analistas e a obra, logo, estudiosos renomados não queriam que seus nomes estivessem associados a uma leitura considerada vulgar, “[...] *various times our author was considered unworthy of the scholar’s serious attention: students of the Satyricon might hesitate to publicize their findings if the moral climate was not favorable*” (ROSE, 1966, p. 276)⁴³. No entanto, havia aqueles como Robert Louis Stevenson, Samuel Taylor Coleridge e Lord Byron que encontravam nesta obra inspiração para suas produções, sem omitir tamanha influência (AQUATI, In: PETRÔNIO, 2008, p. 236).

Atualmente o *Satyricon* destaca-se como uma produção de rara sofisticação a nós transmitida da Antiguidade Clássica. Em particular para o campo historiográfico, a obra amplia o horizonte temático em relação àquela sociedade, outrora tão estudada sob a luz dos grupos sociais mais privilegiados, detentores do poder naquela época. Essa era uma situação que fora mantida pelas classes superiores de eras subsequentes, que visualizava em eventos da Antiguidade elementos que justificassem suas ações em prol da conquista, ou mesmo da manutenção do poder, em especial na esfera política⁴⁴, o que refletiu na busca de fontes que auxiliassem

⁴¹ O título *A guerra civil* em Latim compreende ao adotado por Lucano. A *Pharsalia* (Farsália) provém de uma interpretação equivocada de um verso (985 sq.) do livro IX, conforme M. A. Bourgery. BOURGERY, M.A. *Le poeme de Lucain*. In: LUCAIN, **La guerre civile: la Pharsale**. Livres I-V. 7. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. VIII.

⁴² Conforme Farvesani, a primeira edição que buscou sistematizar o *Satyricon* foi organizada em Milão, no ano de 1482, por Francisco Petaolanus (FARVESANI, 1999, p. 26).

⁴³ “*era comum o nosso autor ser considerado indigno da devida atenção dos estudiosos: pesquisadores do Satyricon hesitavam em divulgar os seus resultados, se o clima moral não fosse favorável.*” (Tradução nossa).

⁴⁴ Um texto interessante que aborda de forma simples, porém muita informativa, sobre o uso da Antiguidade pelos Modernos pode ser encontrado em: GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17-28. Para um estudo mais sistematizado acerca dos usos do passado clássico em contextos modernos e contemporâneos ver: SILVA, G. J. **História antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume, 2007.

nesse propósito – o que excluía o *Satyricon*. Essa atitude ajuda a compreender, mas não esgota a explicação, do porquê do *Satyricon* ter sido, em época anteriores, uma obra de pouco proveito para estudos do campo social de sua conjuntura.

A História dos menos favorecidos – uma parcela social tão importante quanto qualquer outra daquele período, e que por razões conhecidas pouco legaram de informações produzidas por eles mesmos, nos fornecem, a partir de sua descrição presente no *Satyricon*, elementos que possibilitam uma investida em assuntos econômicos postos à época, sob uma perspectiva de grupos compostos por mulheres, pobres, escravos e libertos, mesmo que essa descrição ainda seja um produto da mentalidade aristocrata.

Posicionar a obra nesse contexto estabelece um ganho para estudos deste gênero dadas as poucas fontes existentes⁴⁵. Nesse sentido, dirimir as dúvidas quanto à sua datação confere um empenho indispensável para sua edificação como documento pertinente ao uso da História. Assim, o próprio enredo da obra nos oferece uma oportunidade de reforçar a posição de que esta pertencente à era *neroniana*.

O texto conhecido do *Satyricon* é composto por uma pequena parcela do que deveria ser a sua totalidade – trataremos mais adiante deste tema –, todavia, o que nos interessa de imediato é saber que, dos poucos fragmentos sistematizados que compõem o “início” do livro, um deles trata de uma questão que nos auxilia na determinação do seu período de elaboração, que seria a questão da eloquência.

⁴⁵ Finley em sua obra de maior destaque, *A economia Antiga*, páginas 26 e 27 destaca a dificuldade de trabalhar com fontes primárias referentes à Antiguidade, visto a sua escassez. O historiador também aborda o assunto em seu livro, *História Antiga: testemunhos e modelos*. Nesta obra no capítulo III – Os Documentos - podemos encontrar críticas que Finley faz a respeito do uso estatístico para o mundo antigo. Para o autor, os números são geralmente utilizados para dar um caráter de cientificidade ao método, porém inútil ao mundo antigo devido à carência de fontes primárias. p. 37-62. Suas críticas às fontes da Antiguidade refletiram diretamente na arqueologia, que, apesar de ele não a negligenciar por completo, atribui-lhe um valor menor a esta em comparação com as fontes escritas; considerações a esse respeito podem ser vistas em seu livro, *Usos e Abusos da História*. Cabe observar que houve manifestações contrárias a tais pensamentos, destacando a importância da arqueologia nos estudos de História Antiga; a esse respeito ver: CANFORA, L. **Antiquisants et marxisme**. *Dialogues d'histoire ancienne*, v. 7, 1981, p. 429-436. Outros estudos interessantes sobre o assunto são: GUARINELLO, N. L. **A economia antiga e a arqueologia rural**. Clássica, São Paulo, v. 7/8, p. 271-283, 1995; e: FUNARI, P. P. A. **Linguística e Arqueologia**. Delta. Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada (PUCSP. Impresso), São Paulo, v. 15, n.1, p. 161-176, 1999. Parece-nos pertinente a crítica de Finley ao uso estatístico das fontes oriundas da Antiguidade, embora, entendemos que a arqueologia pode contribuir em muito para os avanços desta natureza. O professor Funari nos apresenta um bom exemplo, fruto da Arqueologia, do cotidiano citadino dos romanos, a partir de dados grafitados em muros de cidades Clássicas, como Pompéia, a esse respeito ver: *A vida Quotidiana na Roma Antiga*.

Por é por outro gênero de Fúrias que os declamadores se inquietam, eles que chamam: “Estas feridas eu as recebi pela liberdade do povo! Este olho foi por vós que perdi: dai-me um guia que me guie pra junto dos meus filhos, pois meus jarretes cortados não sustêm meus membros”?

Coisas como essas seriam toleráveis se mostrassem aos estudantes o caminho para a eloquência. Hoje, não só por causa do inchaço dos temas, como também da forma sem qualquer conteúdo dos discursos, ele se aproveitam exatamente desse fato para, ainda que estejam no fórum, pensar que estão num outro mundo. (I, 1-3)⁴⁶.

O referido trecho destaca que o protagonista exalta o desprestígio que a eloquência apresenta em seu contexto social – questão facilmente associável ao período histórico compreendido entre o final da República e o início do Principado Romano, particularmente ao período das Guerras Civis. Em *Evidência da história: o que os historiadores veem*, François Hartog aborda o assunto, destacando que a virtude da eloquência na Antiguidade estaria diretamente conectada a dois fatores: o *logoi* (discurso), e a *erga* (ação). Entretanto, o Alto Império Romano é caracterizado pelo relativo momento de paz social no centro do Império, em virtude do fim dos distúrbios civis, a *pax romana*. Nessa conjuntura, não haveria espaço para os grandes feitos, como os de outrora, o que acabaria por limitar a ação, *erga*, do discurso, *logoi* – esse descompasso entre estes dois conceitos impactou no declínio da eloquência (HARTOG, 2011, p. 41-44).

Observamos, constantemente, no *Satyricon, Evmolpos* – o poeta decadente – que quando declama seus poemas é apedrejado (LXXXIX–XC), representa essa peculiar situação própria do primeiro século d.C. “Somente a eloquência passa frio sob panos rotos/ e, com seu pobre discurso, invoca as artes abandonadas.” (LXXXIII, 10)⁴⁷. Além deste tema que nos ajuda a periodizar a obra, outros também podem ser arrolados.

Farvesani nos subsidia com duas observações que contribuem com a hipótese de que a origem do *Satyricon* pertence ao período *neroniano*. A primeira se refere à aquisição de um *hortis Pompeianis* por *Trimalchio* (LIII, 5, 6), à qual ele acrescenta, “[...] não faria qualquer sentido adquirir um *hortus pompeianus* após 24 de agosto de

⁴⁶ “Num alio genere Furiarum declamatores inquietantur, qui clamant: “Haec uulnera pro libertate publica excepi; hunc oculum pro uobis impendi: date mihi ducem, qui me ducat ad liberos meos, nam succisi poplite membra non sustinent”? Haec ipsa tolerabilia essent, si ad eloquentiam ituris uiam facerent. Nunc et rerum tumore et sententiarum uanissimo strepitu hoc tantum proficiunt ut, cum in forum uenerint, putent se in alium orbem terrarum delatos.”

⁴⁷ “Sola pruinosis horret facundia pannis, atque inopi lingua desertas inuocat artes.”

79 d.C., data do soterramento da cidade pela erupção do Vesúvio.” (FARVESANI, 1999, p. 22, grifo do autor). Já a segunda, consiste nas citações de nomes de pessoas que viveram no período do Alto Império Romano, como são os casos de *Menecates*, músico contemporâneo de Nero, e *Apelles*, ator trágico da era de Calígula (p. 22-23)⁴⁸. Corroborando com esta posição Luisa Campuzano observa:

[...] el descubrimiento de unos vasos de vidrio pertenecientes a la primeira mitad del reinado neroniano, en los que aparecen con sus nombres los gladiadores *Petraites* y *Hemeros*, muy admirados por *Trimalción* tanto como para tener en gran estima unos vasos de plata maciza en los que se representaban sus combates (52.3), y pretender que la efigie del primero fuera esculpida en su propio monumento funerario (71.6). A estos indicios históricos y arqueológicos se añaden, con sustancial, y podríamos decir, casi con definitivo peso, abundantes argumentos socioeconómicos. (1984, p. 29).

Diferentemente de Tiraboski, Burmann e Dottiville, que faziam alusão às personagens ficcionais do *Satyricon* como seres do mundo real – como Cláudio e Agripina Menor, destacou De Guerle –, os nomes de determinadas pessoas que realmente existiram são apresentados na obra como contemporâneos da trama; essas referências estão amparadas por outras fontes do período, como apresentadas por Campuzano.

Portanto, com relação às controvérsias sobre a datação do *Satyricon*, nossa posição para com esse debate está em sintonia com a observação de Ernout, “[...] *le Satiricon est un << romans des temps néroniens >>, écrit par un contemporain.*” (2009, p. X-XI)⁴⁹. Não tomamos essa decisão de forma arbitrária, mas baseadas nas evidências que os pesquisadores apresentaram. Os indícios de que a obra pertença ao século I d.C. são muito consistentes com os métodos empregados pela historiografia, baseada na pesquisa cooperativa com outras áreas do saber. Mesmo nos posicionado a favor da datação *neroniana*, temos que evidenciar que as informações apresentadas pelos pesquisadores contrários, em particular, Marmorale, foram de substancial importância à medida que verificamos que seus questionamentos em relação à tradicional datação do *Satyricon*, elaborada entre os

⁴⁸ Neste caso, podemos inferir que o autor do *Satyricon* poderia ser qualquer pessoa que vivera após a dinastia Júlio-claudiana. Posto isso, Faversani observa que não faria sentido algum citar esses personagens caso o autor fosse de origem posterior ao século I d.C.; assim, o possível leitor da obra teria que perder um certo tempo com pesquisa para saber quem era esse ou aquele fulano. A leitura do *Satyricon* infere que tais personagens seriam imediatamente captados pelo leitor ou espectador.

⁴⁹ “*O Satiricon é um romance << dos tempos neroniano >> escrito por um contemporâneo*” (Tradução nossa).

séculos XIX e início do XX, mostravam fragilidades epistemológicas, as quais comprometeriam uma análise historiográfica do documento. Marmorale ajudou, não no tocante à datação em específico, mas a partir de sua postura crítica perante as informações carentes de critérios científicos, o que influenciou outros pesquisadores a empregar métodos mais atualizados ao debate.

Isso posto, referente à datação do *Satyricon* podemos evidenciar que sua origem como pertencente à época *neroniana* se justifica do ponto de vista interno à obra que compreende seu enredo, o declínio da eloquência; as referências a pessoas do mundo real somente teriam o efeito desejado perante sua audiência, na condição de que a história contada no *Satyricon* fosse contemporânea do público que a apreciava. No tocante a questões externas à obra, que dialogam com o contexto do Principado Romano em sua fase inicial, como também à sua autoria, dados que também corroboram com sua datação, será nosso próximo passo de análise.

2.3 Petrônio e sua época

A dinastia Júlio-claudiana governou Roma nos primórdios do seu Império, sua ascensão ao poder também esta diretamente relacionada como o início do Principado Romano, que durou até o século III. Este governo começou com Augusto (27 a.C. - 14 d.C.), seguido por Tibério (14 - 37 d.C.), Calígula (37- 41 d.C.), Cláudio (41 - 54 d.C.), e, por fim, Nero (54 - 68 d.C.). Tal período é marcado por distintas formas de exercício de poder, operacionalizadas por seus respectivos imperadores, tendo como trajetória desde uma relação de poder mais sóbria, como foi o caso de Augusto, que procurou equilibrar as diferentes instâncias de poderes (senadores, exercito etc.) a fim de proporcionar uma estabilidade social e política, a uma caótica correlação de forças instaurada pela forma de governar, como a de Nero, que culminou na queda do poder da então casa Júlio-claudiana⁵⁰.

⁵⁰ Segundo Fernando Azevedo (1962, p. 25-26), “[...] numa sociedade ociosa, cuja única preocupação era viver e gozar, o valor dos cidadãos não se podia aquilatar senão pelo peso da fortuna. Assem habeas, assem valeas. Valia cada um quanto tinha. A Roma dos Césares, desde Tibério, já se havia dividido nessas duas classes dos ricos sibaritas e dos que traziam os olhos postos nas suas fortunas. Os próprios imperadores afixavam as unhas na rapinagem infrene dos bens dos particulares, para cujo confisco bastava o arremêdo aparatoso de uma conspiração.” O pesquisador em seu texto descreve um império corrompido, que se baseava nos valores materiais em detrimento dos valores morais

O período *neroniano*, posto sua dramaticidade, potencializada, ora por parte do temperamento instável do seu protagonista, Nero, ora pelas ações insurgentes do seu séquito, apresenta especificidades que auxiliam em análises que buscam confrontar a figura do imperador e seu Império. Estas particularidades traduzem um antagonismo polarizado em duas representações de poder: o Senado e o imperador; as consequências dessa dicotomia fizeram emergir documentos tanto “oficiais”, como os *Anais*, de Tácito, que expõem, em certa medida, as inconformidades do Principado, como também o *Satyricon* que a partir de seu enredo, burlesco, descreve uma sociedade corrompida de seus valores éticos e morais, aos olhos de seu autor.

Esse descompasso presente no campo social e político, também fora sentido no cultural. Anteriormente expusemos a problemática em torno da eloquência, na qual o *Satyricon* pôde servir de fonte profícua para estudiosos do assunto. Contudo, outras manifestações no tocante aos valores culturais são notórias. Tomemos novamente como fonte o *Satyricon*, podemos observar entre os capítulos LXXXIII e LXXXIX, o inconformismo das personagens *Encolpius* e *Evmolpos*, a respeito da depreciação das *artes ingenuae* (artes liberais), em especial as artes plásticas, “Portanto, não é de admirar que a pintura esteja em crise, quando todos, deuses e homens, julgam uma barra de ouro mais bela que qualquer obra de Apeles e Fídias, esses gregos fora do comum.” (LXXXVIII, 10)⁵¹. Porém, foi a partir do campo literário que a convergência entre a cultura, a política, e a sociedade, adquiriram contornos dramáticos.

Uma das características mais marcantes do então imperador Nero residia em sua paixão, um tanto quanto avassaladora, pelas artes. Seu período é marcado por incentivos nesse campo, como a construção de espaços culturais e patrocínio de eventos, como *quinquenales Neronia* (SUETONIO, *Nero*, XII), destinada à exaltação

outrora presentes no período republicano. Entretanto, para um estudo mais aprofundado a partir de uma metodologia histórica ver as seguintes indicações: - a respeito da constituição do Império Romano a partir de uma análise macro e com intuito de vulgarização deste conhecimento ver: GUARINELLO, N. **História Antiga**. São Paulo. Contexto, 2013. p. 127-160; - outra obra referencial é o clássico ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**, capítulos 14 e 16. Também podemos ampliar nossas informações em ANDERSON, P. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991. Todavia, para um estudo minucioso focado na figura do ultimo imperador da dinastia Júlio-Claudiana, ver GRIFFIN, M.T. **Nero. The end of a dynasty**. London: Bastford, 1984.

⁵¹ “Noli ergo mirari, si pictura defecit, cum ominibus dis hominibusque formosior uideatur massa auri, quam quicquid Apelles Phidiasque, Graeculi delirantes, fecerunt..”

da cultura helenística. Todavia, não era na sua condição de mecenas que o imperador queria figurar, mas como artista. Fora músico, ator e escritor, sem grande notoriedade nestes campos, porém, seja por respeito, ou medo, suas apresentações eram ovacionadas, como descreve Azevedo, “[...] Cláudio Nero, cuja voz, embora fraca e velada, o povo, ao ouvi-lo cantar em seus jardins, aclamava por divina, e cujos poemas a assistência, paga para leituras públicas, aplaudia embasbacada.” (1962, p. 26). Corroborando com essa ilustração, Tácito, descreve uma situação característica desse contexto, na qual Nero seria agraciado injustamente em uma competição teatral (*Ann.*, XIV, 21).

Entendemos que o príncipe via na expressão artística um *status* de superioridade, algo que o destacasse perante seus antecessores, e que fosse espelho para os sucessores, embora os fatos futuros comprovem o contrário, visto que a repercussão do seu governo não foi positiva perante seus sucessores imediatos⁵². Seu desleixo com determinadas funções imperiais aguçou algumas insurreições, em geral dentro do próprio do Estado, como fora a conspiração de Pisão (65 d.C.), que veremos mais adiante. Manteremos nosso itinerário, por hora, em análises dos meandros que tornaram o referido período em um fértil ambiente para novas concepções do ponto de vista artístico.

Podemos admitir que direta, ou indiretamente, o imperador ajudou a promover uma reforma no modelo de construção das narrativas, tendo contribuído, assim, para o surgimento de uma forma original de expressão artística. O classicista Martin T. Dinter, em seu texto *Introducion: The Neronian (Literary) “Renaissance”*, propõe a hipótese de que a formação intelectual do príncipe corroborou para a edificação de um renascimento literário, a qual protagonizou a tríade, Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.- 65

⁵² A respeito dessa conotação de péssimo gestor público, muito se deve ao que podemos denominar de segunda parte do governo de Nero, em que as tramas dedicadas à tomada do poder ficaram mais evidentes, e, conseqüentemente, as ações de retaliação por parte do governante ficaram mais cruéis, como a articulação da morte de seu irmão Britânico e a da própria mãe, Agripina. Relatos como estes, associados a catástrofes, como o incêndio da cidade de Roma, serviram de argumentos para a sua depreciação, seja como pessoa seja como gestor, por seus imediatos biógrafos e historiadores, como foram os casos de Suetônio e Tácito. Norberto Luiz Guarinello e Fábio Joly assinam o artigo, *Ética e ambigüidade no Principado de Nero*. In: FUNARI, P. P. A; HECTOR, B. (Orgs). *Ética e política no mundo antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP/FAPESP, 2002., no qual descrevem os valores morais do referido governo. Todavia, cabe observar que em um primeiro momento de sua administração, houve apoio em especial do Senado, que a principio passou a gozar novamente de maiores poderes e autonomia, como relata o próprio Tácito (*Ann.*, XIII, 4).

d.C.), Marco Aneu Lucano (39 - 65 d.C.) e Titus Petrônio (27 - 66 d.C.) (BUCKLEY; DINTER, 2013).

Estes três literatos atingiram postos importantes no governo de Nero como senadores, e até cônsul, como foi o caso de Petrônio, porém, estes homens tiveram destinos trágicos. Acusados de conspiração contra o imperador⁵³, foram obrigados a cometerem suicídio. No entanto, os escritos dessa tríade nos legaram informações preciosas, se analisadas com acuidade, sobre a o cotidiano romano. A obra *Thyestes*, de Sêneca⁵⁴, apesar de representar uma antiga tragédia grega, faz referências críticas ao seu presente romano. Enquanto Lucano, em a *Belli Civilis*, expressa um tom de censura à constituição do Principado que derivou de uma guerra fratricida entre os romanos⁵⁵.

Por fim, inserido nessa seara de intelectuais engajados em uma crítica política e social estava Petrônio e sua obra *Satyricon*, ambos revestidos de mistérios a respeito de suas origens. Não há qualquer documento que comprove de forma definitiva que o autor de *Satyricon* seja o então Petrônio *Arbiter elegantiae* (o árbitro da elegância), homem voltado, segundo o discurso das fontes, para os prazeres da vida, porém dotado de requinte e sutileza, além da vocação para os negócios, o que levou a ser admirado na corte do Principado. No entanto, Tácito em seus *Anais*, descreve o perfil de *Titus Gaius Petronius – arbiter elegantiae –*, que comumente se atribui à autoria de o *Satyricon*. Vejamos na integra o que o historiador romano nos relava sobre Petrônio:

Acerca de C. Petrônio é preciso retomar alguma detalhes. O fato é que passava o dia dormindo e a noite ele a destinava às atividades e aos deleites da vida; e se alguns a atividade os levou à fama, fora pela indolência que ele a ela chegara. Não tinha fama de depravado e perdulário, como a maior parte dos que dissipam seus bens, mas a de um requintado

⁵³ Em 65 d. C. um grupo de políticos liderados pelo senador Caio Calpúrnio Pisão articulou um plano para por fim à vida do imperador Nero, posto que, para estes, tal governo não mais representava os interesses romanos. Contudo, o plano não logrou êxito e seus articuladores foram sentenciados a morte. A esse respeito ver: TÁCITO, C. **Annales**. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 2010. (XV, 48-66)

⁵⁴ Cabe observar que Sêneca teve grande influência na formação intelectual de Nero, posto sua função de tutor na juventude do então Príncipe (DINTER, 2013).

⁵⁵ A esse respeito podemos verificar um contraponto ao épico de Virgílio, a *Eneida*, que buscava exaltar os feitos romanos. Para uma análise mais detida sobre a produção literária de Sêneca e Lucano, ver, BUCKLEY, E. DINTER, M.T. **A Companion to the Nerionian Age**. Blackwell Publishing, 2013. Parte III, respectivamente capítulos 12 e 13. Sobre Lucano e *A Farsália*, ver a introdução de Bourgerly presente em LUCAIN, **La guerre civile: La Pharsale**. Texte établi et traduit par A. Bourgerly. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. vi-xxv.

apreciador dos prazeres. E o que dizia e fazia, quanto mais expedito fosse mostrasse certo descuido de si, tanto mais favoravelmente era recebido como sinal de simplicidade. Contudo, quando procônsul da Bitínia e mais tarde cônsul, mostrou-se eficiente e capacitado para suas funções. Depois, voltando aos vícios ou à simulação de vícios, foi admitido entre os poucos a partilhar da intimidade de Nero, figurando como árbitro da elegância, já que nada parecia agradável ou refinado ao imperador a não ser o que Petrônio tivesse aprovado. Eis a origem da inveja de Tigelino, que acreditou ter diante de si um rival mais hábil no conhecimento dos prazeres. Assim, aproveitando-se da crueldade do Príncipe, diante da qual as demais paixões cediam, lança contra Petrônio o fato de ser amigo de Cevino. E corrompido um escravo para a denúncia, não só lhe fora roubado qualquer chance de defesa como também a maior parte de seus escravos foi atirada às prisões. (*Ann.*, XVI, 18 apud AQUATI, 2008 p. 244-245)⁵⁶.

Esta descrição do *Arbiter Elegantiae* permitiu que a grande maioria dos estudiosos do *Satyricon* pudesse estabelecer a conexão entre o Petrônio comensal de Nero e o autor presente nos códices mais antigos do romance⁵⁷. Essa vinculação também possibilita determinar a datação da obra, entre 62 d.C. e 66 d.C.⁵⁸. Posto isso, outras duas informações presentes no trecho se destacam e nos chamam a atenção.

A primeira, refere-se ao fato de Petrônio aparecer como promissor administrador, o que num primeiro momento parece ser paradoxal, dada sua inclinação aos *vitiorum* (vícios)⁵⁹. Entretanto, essa contradição nos autoriza a inferir que suas atitudes tidas como voluptuosas de um lado, e sua condição de exímio

⁵⁶ “*De C. Petronio pauca supra repetenda sunt. Nam illi dies per somnum, nox officiis et oblectamentis vitae transigebatur; utque alios industria, ita hunc ignavia ad famam protulerat, habebaturque non ganeo et profligator, ut plerique sua haurientium, sed erudito luxu. ac dicta factaque eius quanto solutiora et quandam sui neglegentiam praeferentia, tanto gratius in speciem simplicitatis accipiebantur. proconsul tamen Bithyniae et mox consul vigentem se ac parem negotiis ostendit. dein revolutus ad vitia seu vitiorum imitatione inter paucos familiarium Neroni adsumptus est, elegantiae arbiter, dum nihil amoenum et molle adfluentia putat, nisi quod ei Petronius adprobavisset. unde invidia Tigellini quasi adversus aemulum et scientia voluptatum potioem. ergo crudelitatem principis, cui ceterae libidines cedebant, adgreditur, amicitiam Scaevini Petronio obiectans, corrupto ad indicium servo ademptaque defensione et maiore parte familiae in vincla rapta.*”

⁵⁷ Destes códices oriundos do século XVI e XVII alguns dos mais notórios são, respectivamente, os *SCALIGERANVS*, manuscritos editados por Joseph Scaliger, e o *TRAGVRIENSIS*, descoberto por Marino Statileo; este códice é responsável por conter a *Cena Trimalchionis*, o capítulo mais extenso e completo do *Satyricon*, e, certamente, o mais estudado. Para uma análise mais completa deste e de outros códices ver: ERNOUT. A. Le texte de Petrone. IN: PÉTRONE. **Le Satiricon**. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009.p. XVII-XXXVIII.

⁵⁸ Cláudio Aquati baseia este dado nos escritos dos de Tácito, em 62 d.C. Petrônio é intitulado *consul suffectus* em Roma, momento este provavelmente mais apropriado para iniciar seu romance, uma vez que outrora, entre, 60 d.C. e 61 d.C., ele estava fora da capital do império, atuando como governador da Bitínia. Já a data de 66 d.C. coincide com sua morte, o que abre a especulação de que ele possa não ter terminado sua novela. (AQUATI, In: PETRÔNIO, 2008, p. 243).

⁵⁹ Azevedo assim descreve este estado dicotômico: “A sua vida alternou-se entre os prazeres e os encargos, as virtudes e os vícios, a indolência e o trabalho.” (1962, p. 35).

governante, de outro, se convergem no *Satyricon* em uma crítica ao Estado, ou seja, ao Principado. O refinamento no detalhamento das narrativas perniciosas, um tanto quanto vulgar, mesmo que hiperbolizadas, somente poderia advir de quem tem detém este conhecimento na *práxis* (em seu sentido original). Já a qualidade de gestor público lhe permitiu visualizar, segundo sua compreensão de mundo e/ou sua posição na escala de poder, as mazelas operacionalizadas pelo imperador. Esta análise nos serve de introdução para avaliarmos o segundo ponto de interesse, que refere-se diretamente às causas e consequências da inveja de Tigelino. Para tanto, faz-se necessário recorreremos a outro trecho dos *Anais*:

Casualmente naqueles dias César viajara para a Campânia, e em Cumas, até onde Petrônio tinha chegado, ali este fora detido. E não demorou-se muito entre o temor e a esperança; contudo, não interrompeu repentinamente sua vida, mas abriu e fechou as veias para ao seu alvedrio abri-las novamente enquanto conversava com seus amigos, não sobre assuntos sérios com os quais tivesse a pretensão de alcançar a glória de ter sido corajoso. Ele ouvia o que os demais diziam: nada sobre a imortalidade da alma e as sentenças dos filósofos, mas poemas amenos e versos ligeiros. Alguns de seus escravos ele os tratou com generosidade, a outros ele destinou o açoite. Pôs-se à mesa, pegou no sono, a fim de que, embora forçada, sua morte parecesse fortuita. Nem no testamento como haviam feito a maior parte dos que morreram, ele adulou Nero ou Tigelino ou qualquer outro poderoso. Contudo, sob os nomes de homens perdidos e de mulheres, os abusos do Príncipe e a anomalia de cada crime ele registrou absolutamente tudo, chancelou e enviou para Nero. E em seguida quebrou seu anel, a fim de que mais tarde seu uso não representasse uma fonte de perigos. (*Ann.*, XVI, 19 apud AQUATI, 2008, p. 245)⁶⁰.

É fato que não foi o *Satyricon* que levou a Petrônio a *incisas venas* (abrir as veias), porém explica. É muito provável que a mesma sutileza que Petrônio tivera com a pena, também transcorria em suas ações cotidianas, o que, por sua vez, manifestou a *invidia* (inveja) alheia. Tigelino aproveitando desta postura insurgente de Petrônio, não teve dificuldades para relacioná-lo à conspiração de Pisão. O resultado desse ato, como descrito por Tácito, incide na decisão de pôr um fim à sua vida, e evitar, assim, a condenação que lhe seria imposta pelo imperador. As últimas ações de Petrônio concentram-se em atos prazerosos, relacionados à companhia de amigos e leituras

⁶⁰ “*Forte illis diebus Campaniam petiverat Caesar, et Cumas usque progressus Petronius illic attinebatur; nec tulit ultra timoris aut spei moras. neque tamen praeceps vitam expulit, sed incisas venas, ut libitum, obligatas aperire rursus et adloqui amicos, non per seria aut quibus gloriam constantiae peteret. audiebatque referentis nihil de immortalitate animae et sapientium placitis, sed levia carmina et facilis versus. servorum alios largitione, quosdam verberibus adfecit. iniit epulas, somno indulsit, ut quamquam coacta mors fortuitae similis esset. ne codicillis quidem, quod plerique pereuntium, Neronem aut Tigellinum aut quem alium potentium adulatus est, sed flagitia principis sub nominibus exoletorum feminarumque et novitatem cuiusque stupri perscripsit atque obsignata misit Neroni. fregitque anulum ne mox usui esset ad facienda pericula.*”

agradáveis, o que evidencia seu epicurismo⁶¹ e seu estoicismo, mas não sem manifestar sua inconformidade com os valores morais presentes nos altos escalões da sociedade romana, o que o levou a produzir um codicilo desonrando o próprio Príncipe. Necessário enfatizar, que devemos desvincular qualquer relação desse ultimo documento outorgado a Petrônio com o *Satyricon*, mesmo que tal informação já tenha sido posta por diversos pesquisadores⁶². O que dele podemos extrair é que Petrônio estava em total desacordo com o rumo que o Império tomara, e que sua militância estava acima do seu sentimento de raiva, não fazia parte de seu perfil esse estado beligerante. Tamaña sobriedade se expressa no cuidado que teve em romper seu selo para evitar que outros sofressem a ira de Nero (*Ann.*, XVI, XIX).

Até o presente momento, pudemos avaliar informações referentes à datação do *Satyricon*, o que nos leva a situar a obra no período *neroniano*. Observamos a conjectura cultural no governo de Nero e, por fim, apresentamos *Titus Gaius Petronius – arbiter elegantiae* – como provável autor do *Satyricon*, e sua relação turbulenta com a política do Principado Romano. Infelizmente do referido codicilo nada nos foi transmitido, apenas a sua menção (*Ann.*, XVI, XIX), restando-nos enquanto fonte direta do pensamento de Petrônio alguns fragmentos do seu romance. Concluimos que o *Satyricon* é uma obra que está para além do simples divertimento⁶³, que em suas linhas subentendesse críticas à corrupção dos valores morais, à cultura, à política, enfim, a vários predicados que compõem uma sociedade. Agora precisamos evidenciar até que ponto o seu autor se faz presente na obra. A resolução desta problemática estabelece em que nível o autor, sujeito crítico do seu tempo, se faz transparecer no romance.

⁶¹ Sobre a relação de Petrônio e estas correntes filosóficas ver: AZEVEDO, F. **No tempo de Petrônio: ensaios sobre a antiguidade latina**. Obras completas, v. II. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 31-37.

⁶² A esse respeito Ernout observa, “*A vrai dire, le récit lui-même de Tacite n’est pas sans invraisemblance, et l’on s’imagine mal un homme épuisé par la perte de sang, les veines ouvertes, au seuil de la mort, trouvant, parmi tant d’autres occupations, le temps encore d’écrire tout au long le récit diffamatoire des débauches du prince et de son entourage*”. ERNOUT. A. **L’homme et L’oeuvre**. In: PÉTRONE. *Le Satiricon*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009.p. X.

⁶³ Para uma posição que entende o romance *petroniano* apenas com mero entretenimento, ver SANTADRIÁN, P, R. “**Introducción**”. In: PETRONIUS. *Satiricón*. Madrid: Alianza, 1987. p. 7-24.

2.4 Petrônio no *Satyricon*

Para o filólogo Erich Auerbach, a novela *petroniana* expressa uma forma de narração que tende “[...] mais à crítica de algumas características viciosas ou ridículas.” (2007. p.26)⁶⁴. Entretanto, em meio a esse universo fantasioso onde o sarcasmo e a ironia dão o tom da narrativa, podemos vislumbrar algumas características do vivido ao qual pertencia o seu autor. No que tange diretamente à *Cena Trimalchionis*, este episódio tem o mérito de evidenciar representações, as quais, conforme Roger Chartier, “[...] são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.” (1990, p. 17), ou seja, os representantes. Sendo assim, apresentamos a hipótese de que, a partir das representações dos libertos (os representados) expostas, em geral depreciativas, seu autor tem o interesse de delimitar uma hierarquia de poder, na qual ele se coloca como superior⁶⁵.

Cabe observar que o referido banquete foi elaborado seguindo um protocolo comum à época; os convidados eram dispostos no triclinio conforme sua importância social. *Encolpius*, por exemplo, (personagem protagonista e narrador da história), homem pobre, porém letrado, ficara em uma posição intermediária nesta disposição. Podemos evidenciar que as observações dessa personagem em relação ao evento são, em geral, sarcásticas, irônicas, depreciativas. No texto *Some Observations on the Narrative Technique of Petronius*, Roger Beck discute a ideia de que *Encolpius* apresenta uma dupla personalidade (1973, p. 42-61). Quando ele faz uma referência ao seu passado, geralmente ele se descreve como uma pessoa ingênua, inserida em situações vexatórias. Porém, *Encolpius* narrador é uma personagem racional, provida de equilíbrio e sensatez. Portanto, entendemos que o *Encolpius* narrador

⁶⁴ O autor segue seu texto considerando que a busca por elementos que retratem a realidade cotidiana da sociedade romana seria infrutífera, posto que o realismo antigo estava mais preocupado com os valores morais do que com os quadros históricos. Entendemos aqui a preocupação do filólogo, todavia, enquanto historiadores nossos métodos e trato com as fontes independem apenas do conteúdo do documento primário, nossa análises transitam entre o objetivo e o subjetivo e requerem, quando necessário, o cotejo com outras fontes que possam nos auxiliar no preenchimento de lacunas. Para uma leitura que expõe as problemáticas inerentes ao ofício do historiador mediante documentos da Antiguidade, ver GUARINELLO, N.L. **Memória coletiva e história científica**. In: I CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MG, 1993. S. João Del Rey. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3763. Acesso em: 22 maio 2015.

⁶⁵ Basta observamos novamente o excerto de Tácito (*Ann.*, XVI, XIX), no qual Petrônio aparece como um senhor de escravos, com poderes tanto para agraciá-los quanto para puni-los.

expressava o eu do autor. Posições próximas a esta, encontram eco em outros pesquisadores do gênero, como Auerbach, Sullivan e Niall W. Slater; este último ainda acrescenta qualidade do leitor enquanto sujeito ativo (RIMELL, 2002, p. 5)⁶⁶.

A complexidade em encontrar um sentido mais sóbrio na obra é notória, ainda mais quando tentamos associar as personagens do enredo com indivíduos não ficcionais⁶⁷. Outro obstáculo, não menos importante, encontra-se no fato de não dispormos do romance na íntegra: a falta de linearidade da montagem do texto, por mais que o atual modelo nos permita uma coerência do enredo, tolhe análises que seriam pertinentes para diversos tipos de estudos, por exemplo, questões relacionadas à geografia. Não sabemos em que região começa, nem onde termina a história; a esse respeito podemos apenas especular⁶⁸. Por tais motivos, para dirimir nossas dificuldades, limitamos nossas análises na correspondência Petrônio e *Encolpius* narrador, e em um trecho da obra que se encontra mais completo – a *Cena Trimalchionis*.

Entretanto, análises desta ordem, a exemplo de outros tópicos, geraram controvérsias por parte dos pesquisadores, Farvesani, por exemplo, observa que,

[...] a Petrônio não interessava fazer transparecê-lo devido aos interesses que o moveram para escrevê-la e, assim, tudo se resumirá a opiniões que, de parte a parte, carecerão de suficiente comprovação. Um segundo argumento, de caráter mais genérico, coloca dúvida à necessidade de a obra ser espelho de seu autor. Se a semelhança entre algumas características que se pretende ver na obra e algumas outras que Tácito

⁶⁶ Corroborando com este pensamento, Aquati acrescenta que o “[...] exagero, o absurdo, o cômico, a justaposição de elementos incompatíveis trazem à tona, para o leitor que, portanto, sempre constrói um sentido peculiar para o Satíricon –, a reflexão sobre a realidade.” (In: PETRÔNIO, 2008 p. 233). Em contraposição a esta postura ativa por parte do leitor, Farvesani observa que Petrônio utiliza de recursos que direcionam o olhar do leitor, ora ele clareia uma situação, ora ele retira o foco de um determinado evento (1999, p. 32-33).

⁶⁷ Favresani assim descreve esta situação: “Criam-se personagens que são fruto de características particulares de diferentes indivíduos não-ficcionais. Cada personagem fica um pouco parecido com tudo que é próprio a cada um do grupo de indivíduos que emprestou características sem ser, no entanto, igual a nenhum deles especificamente. Por serem produtos de um montagem, os personagens ridicularizam as pessoas, mas não puderam se vistos como ataque a nenhuma delas especificamente.” (1999, p. 30).

⁶⁸ Aquati, no posfácio da sua tradução do *Satíricon*, apresenta um mapa que descreve o possível trajeto feito pelo protagonista. O início da epopeia seria *Massília* (atual Marselha) e seguiria margeando a costa oeste da península itálica até Crotona, cidade onde se encerra o texto conhecido. Especula-se que *Encolpius* continuaria sua saga até a cidade de Lâmpsaco, local de nascimento do deus *Priapus*, colônia fundada pelos gregos, atualmente região da Turquia (AQUATI, In: PETRÔNIO, 2008, p. 248). Esta posição também é sustentada por Catherine Connors, porém, ela acrescenta a hipótese de que a epopeia de *Encolpius* seja uma forma cômica da saga Eneida associada à Iliada; o herói *petroniano* estaria em peregrinação a Lâmpsaco para expiar sua profanação ao deus *Priapus*. A referência compreende *Encolpius* como Eneias, e *Priapus* como Apolo (1998, p. 29).

apontou para a personalidade de Petrônio podem ser vistas como um indício que o aproxima, afirmar qualquer coisa além, a partir apenas dessas coincidências, parece-nos temerário. (1999, p. 19).

Neste ponto estamos em acordo com a citação do historiador, pois também entendemos que Petrônio não tinha interesse algum de se fazer presente por meio do *Satyricon*, pelo menos não de forma direta. Compreendemos que autor latino desenvolveu sua narrativa de maneira que seu discurso, em relação ao entendimento do mundo, era operacionalizado de forma indireta, não seria prudente afrontar abertamente Nero, e o Principado. Seu estilo de narrativa é ao mesmo tempo ataque e defesa.

2.5 As especificações estilísticas do *Satyricon*

A exemplo de outros assuntos relacionados ao *Satyricon*, definir um gênero para este trabalho também requer um aprofundamento em múltiplas posições postas por diversos especialistas de diferentes áreas do conhecimento. E mesmo após este exame não encontramos uma posição que satisfizesse essa demanda. O que pudemos captar desse debate é que, para essa obra específica, a resposta mais adequada depende daquele que formula a pergunta, ou seja, os interesses são múltiplos e as conclusões também.

Nossa observação baseia-se em pelo menos dois fatos: primeiro, não há paralelo para comparar a obra, isso porque não nos foi transmitido nenhum outro trabalho que reúna as mesmas características para que, a partir de um cotejo, pudéssemos estabelecer uma exegese do texto que contribuísse para sua classificação; segundo, o estado fragmentado que nos foi legado de seus códices, incide de forma negativa em formular um arbítrio sobre o seu estilo. Todavia, cabe observar que para obtermos uma resposta satisfatória devemos seguir um itinerário de pesquisa que consista em entendermos os gêneros literários influentes da época, para que possamos fazer nossa avaliação, e definirmos uma resposta que atenda nosso interesse momentâneo, que é determinamos o *Satyricon* como uma fonte de interesse historiográfico, voltada para questões de caráter socioeconômico de sua época. Vejamos então em que consistia o universo literário de Petrônio.

Em virtude do texto de Petrónio, que para alguns de seus analistas apresenta uma narrativa “[...] carregada de elementos, mágicos, aventureiros, mitológicos e, sobretudo, eróticos, que de maneira alguma pode ser considerado uma imitação da vida quotidiana de então [...]” (AUERBACH, 2007, p. 26), muitos autores preferiram atribuir ao *Satyricon* a definição de um texto do gênero *fabula milesiaca*. Além do caráter descrito pelo filólogo, o referido conceito textual caracteriza-se pela sua composição compacta, voltada para a diversão popular (FARVESANI, 1999, p. 43) – o que, a nosso ver, gera uma incompatibilidade com a proposta de Petrónio diante da extensão de seu romance. Baseados no códice *Tragvriensis* que contém o livro XV, o mais completo do *Satyricon*, no qual reside a *Cena Trimalchionis*, entendemos que o texto final seria composto por 24 livros, dentro dos padrões estilísticos da *Odisseia*⁶⁹.

No tocante aos épicos gregos e latinos, certamente podemos encontrar semelhanças. Todavia, esses atributos destacam-se muito mais no campo estético do que no conceitual. Em relação à estética que entendemos aqui como as características mais tangentes, tais como forma – padrão de composição –, e conteúdo – enredo –, estas são apresentadas geralmente em forma de analogias, tais como, “[...] a *Odisséia* (Priapo persegue Encólpio assim como Posídon perseguiu Odisseu), a *Ilíada* (Encólpio chora a perda de Gitão assim como Aquiles chora a perda de Briseida), a *Eneida* (que figura parodicamente no conto da Matrona de Éfeso) [...]” (AQUATI, In: PETRÔNIO, 2008, p. 231). Entretanto, as semelhanças cessam por aí. No que se refere à parte conceitual, ou seja, as questões que estão implícitas, Petrónio subverte este escopo, enquanto o tradicional épico tende a valorizar, a exaltar virtudes de um povo, em ações gloriosas, no *Satyricon*, é exposto justamente o contrário, são os vícios que são destacados, de forma jocosa.

Alias, nosso autor não utiliza apenas os contos clássicos, apreciados pela elite, para parodiar a sociedade e aqueles que a representam. Em sua obra, podemos encontrar referências a trabalhos voltados aos extratos sociais menos abastados, como os contos *milésios*, expressos nas parábolas “O vidro inquebrável”, relatado no banquete, e “O garoto de Pérgamo”, narrado por *Evmolpos* (AQUATI, In:

⁶⁹ Para um estudo mais detido sobre o referido códice, e sobre sua relação com a extensão do que deveria ter o *Satyricon* em sua plenitude ver, respectivamente, ERNOUT. A. **Le texte de Petrone**. In: PÉTRONE. *Le Satiricon*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009.p. XVII-XXVIII. E, AQUATI, C. **Posfácio**. In: PETRÔNIO. *Satyricon*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. [traduzido por Cláudio Aquati]. p. 227.

PETRÔNIO, 2008, p. 231). A tragédia grega, geralmente encenada, pode ter servido de orientação para alguns episódios do *Satyricon*; a *Cena Trimalchionis* é composta com discursos diretos, representada por libertos *parvenus*, em um linguajar tido como *latim vulgar*, realizada por grupos fora do eixo intelectual das personagens que conduzem a história (AUERBACH, 2007, p. 26; AQUATI In: PETRÔNIO, 2008, p. 230-231) Provavelmente Petrônio intencionava que alguns trechos de sua obra fossem encenados ou recitados⁷⁰.

Isso nos conduz a outra característica, marcante na obra, isto é, à alternância entre verso e prosa. Esta propriedade levou muitos especialistas⁷¹ a classificarem o texto como *sátira menipéia*; para Beck, essa variação de narrativas foi positiva no tocante à coerência do texto (1973, p. 47). Esta posição tem ao seu favor um grupo de notórios estudiosos sobre o tema, e atende praticamente todas as manifestações estilísticas do texto *pretoriano*. Entretanto, Favarsani apresenta uma observação que entendemos ser pertinente, pois expõe uma contradição com alguns elementos da *sátira menipéia* e o *Satyricon* – nesse caso, seria o viés popular em certos trechos do romance.

Buscamos aqui destacar as principais, pelo menos do ponto de vista quantitativo, formas de classificação do *Satyricon*. E concluímos, a exemplo de outros estudiosos do assunto: como Favarsani ao observar que “[...] Petrônio, ao construir um gênero exclusivo, não o fez *ex nihilo*, mas tomou de modelos preexistentes os recursos que lhe parece mais adequado [...]” (1999, p. 36, grifo do autor), e como Aquati, ao inferir que “[...] pode-se dizer que o *Satíricon* tem um caráter multifacetado, e que em cada ângulo pelo qual é possível observá-lo obtêm-se elementos diferentes para conhecê-lo” (In: PETRÔNIO, 2008, p. 233, grifo do autor), que a obra de Petrônio não pode ser inserida em uma corrente específica, ela tem atributos oriundos de diversos gêneros literários, o que demonstra uma erudição notável por parte de seu autor. Ao expressar tantos estilos, e circular em distintos ambientes sociais, a obra está, por sua vez, em vários lugares, e ao mesmo

⁷⁰ Argumentos desta ordem podem ser observados de forma mais problematizada, em: PANAYOTAKIS, C. **Theatrical elements in the Satyricon of Petronius**. Leiden; New York; Köln: Brill. 1995.

⁷¹ Favarsani observa os principais defensores dessa proposta, que seriam Sullivan, Santadrián, e De Gueler. (1999, p. 33). Também podemos inserir neste conjunto de pesquisadores Fernando Azevedo, que observa: “*Não é só no Satíricon, em cuja prosa, ao gosto das sátiras menipéias, entressacha os mais belos versos [...]*”. (1962, p. 34).

tempo em nenhum. Esse deslocamento parece-nos proposital, posto que o seu idealizador desejava expressar sua inconformidade com a deturpação dos valores éticos, morais, e políticos, de sua época, porém não encontrou nos paradigmas tradicionais, formas de dilatar suas angustias. Nesse sentido, aceitamos a hipótese que o *Satyricon* possui um estilo singular.

Seguimos nosso itinerário destacando a transmissão ao longo do tempo até o surgimento do interesse historiográfico pelo seu uso.

2.6 O *Satyricon* e sua relação com tempo

Saber como o romance foi recepcionado, transmitido e utilizado por seus leitores ao longo tempo conduz-nos a entender a pertinência deste documento para os nossos fins. Inicialmente neste capítulo, tratamos de apresentar informações que nos descrevessem o *Satyricon* segundo sua origem, sua autoria, e seu enredo.

No que concerne à sua transmissão, pudemos verificar que sua recepção em diversos momentos da História obteve distintas críticas, ora positivas, ora negativas. Já em seu contexto, não pudemos avaliar como foi à receptividade dada por seus contemporâneos; somente pudemos apreciar, a partir dos *Anais* de Tácito, a relação conturbada de seu autor com as questões políticas de seu tempo.

Como sabido, muitos dos documentos clássicos que nos foram transmitidos, tiveram a influência de religiosos católicos na Idade Média, mas especificamente de monges copistas.

Devido ao minucioso trabalho realizado no *scriptorium*, local onde estes amanuenses realizavam suas cópias, é que o *Satyricon* pode ser preservado. Porém, essa preservação teve um custo imposto por imperativos morais e técnicos próprios do período, o que certamente levou o texto de Petrônio a sofrer significativos cortes, dado seu teor erótico e seu linguajar imoral para os padrões da época, como também sofrera perdas em virtude das más condições de armazenando impostas pela tecnologia do momento (REYNOLDS; WILSON, 1991, p. 110-111). Entretanto, podemos observar que já na Idade Média os textos de Petrônio circulavam pela Europa e despertavam em seus leitores bastante interesse.

Muitos contos e obras do período tiveram clara influência do romancista latino. Para Donato Gagliardi, o texto *Decameron* de Giovanni Boccaccio, composto no século XIV d.C. possui nítidas características da obra de Petrónio, porém não se sabe se Boccaccio teve acesso ao texto original do *Satyricon* ou as inúmeras cópias que circulavam pelo continente (1993, p. 101-102).

É notado também como destaca Farvesani versões do romance com interpolações feitas por terceiros, como se fosse próprias de Petrónio, dentre destas cópias “completas” do *Satyricon*, destaca-se a edição compilada por Nodot em 1691, a qual serviu de base para muitas das edições públicas atualmente (1999, p. 27). Por tais motivos o trato deste material para uso historiográfico tem que passar por rigoroso sistema de reconhecimento da edição, a fim de evitar usar um documento falsificado.

Podemos evidenciar a partir dos eventos acima apresentados e das análises de vários comentadores e estudiosos sobre a os textos de Petrónio, que desde o medievo até meados da modernidade que o *Satyricon* circulava nos grandes centros europeus. Embora conhecido pelos homens de letras, era mediado por um rígido sistema de conduta que os restringiam de manifestarem suas opiniões publicamente. Somente a partir de meados do século XIX e início do XX os críticos literários passam a valorizar a contribuição de Petrónio para a literatura universal.

No que concerne ao seu uso para a historiografia, o *Satyricon* desperta interesse enquanto fonte somente em meados do século XX, quando o interesse por uma história cultural está mais solidificado no campo historiográfico. A *Nova história*, a *Micro-história* e a segunda e terceira gerações dos *Annales* são exemplos de historiografias que, dadas suas concepções teóricas, ampliaram consideravelmente o horizonte de fontes em virtude de seus métodos (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 103-106). A literatura, nesse sentido, passa a ser considerada um próspero campo para a exploração histórica; pensadores como Chartier e Veyne tornaram-se muito respeitados por seus pares mediante suas práticas no trato dessas fontes. Atualmente não é incomum Simpósios, Congressos, entre outras formas de divulgação de trabalhos científicos no campo dos estudos clássicos, a reunião de filólogos, classistas, historiadores, arqueólogos, em prol da resolução de problemas inerentes às suas respectivas áreas, tomando a literatura como fonte.

Mediante tal conjuntura, temos a possibilidade metodológica e documental para avaliarmos a economia do início do Principado Romano, a partir dos extratos sociais tidos como subalternos, ou seja, os pobres, mulheres, escravos e libertos (FAVERSANI, 1999, p. 12). Portanto, a partir das considerações sobre a economia antiga, do paradigma *primitivista-substantivista* baseadas no conceito de *embedded*, podemos enfim obter de diferentes instituições – como a política, a religião, a família –, os diversos componentes que organizam uma sociedade, ou seja, os atributos socioeconômicos. O *Satyricon*, nesse sentido, passa a ser uma fonte providencial para aqueles de desejam explorar esse tema tomando como ponto de partida as classes menos favorecidas, em nosso caso – os libertos. Analisaremos no capítulo a seguir, ante esta perspectiva, a *Cena Trimalchionis*.

CAPÍTULO 3

A CENA TRIMALCHIONIS COMO ESTUDO DE CASO

Os capítulos anteriores nos subsidiaram com informações historiográficas, ou de outras áreas do conhecimento, como a Literatura, Filologia, Filosofia, entre outras, que nos possibilitou examinar nosso objeto de estudo: os libertos do Alto Império Romano, sob uma perspectiva socioeconômica. Pudemos avaliar no primeiro capítulo a constituição da escravidão nesse contexto, as implicações que as guerras de conquista tiveram no aumento da mão de obra escrava, a princípio no campo, culminando em um êxodo rural dos camponeses, seja para engrossar as fileiras do exército no estrangeiro – na esperança de obter recursos com a pilhagem –, ou nas cidades trabalhado no comércio, como proprietários ou empregados, enfim em qualquer atividade que lhes rendessem dinheiro para seu sustento. Paralelamente, as cidades iam requisitando escravos, em virtude do aumento populacional, o que repercutiu na elevação do número de libertos. Essa demanda de libertos teve influências significativas no desenvolvimento socioeconômico dos centros urbanos, influenciando diretamente na organização das relações de poder.

O *Satyricon*, uma obra literária originária do período *neroniano*, composta por Titus Petronio – membro consular do Principado – nos oferece, a partir de seu capítulo a *Cena Trimalchionis*, elementos para que possamos interpretar, segundo critérios historiográficos, a dinâmica socioeconômica dos libertos nesse contexto. Entretanto, não poderíamos dar cabo dessa empreitada sem antes estabelecer parâmetros interpretativos da nossa fonte, posto se tratar de uma obra literária, que segue uma lógica interna própria, sem o compromisso com a verdade. Isso nos condiciona a determinar que toda e qualquer ilação de cunho histórico originado do conteúdo deste romance, carece de ser cotejada com dados semelhantes aos do mundo real a partir de outras fontes não ficcionais. Nesse sentido, elaboramos no segundo capítulo uma compilação de dados extraídos de outros campos do saber com os mencionados acima, que nos conduzisse a determinar a autoria, o gênero, a circulação, e a transmissão da obra.

Dados estes passos, chegamos ao presente capítulo preparados para discorrer sobre os libertos do início do Principado Romano a partir de uma análise da *Cena Trimalchionis*. Queremos com isso mostrar como se constitui a relação dos libertos com o seu meio, seja ele privado ou público; destacar sua relação com o comércio e outras atividades socioeconômicas da cidade; aferir em que quadro social esses libertos estão inseridos, se na plebe ou na aristocracia; como também verificar a permeabilidade destes sujeitos entre esses quadros sociais. Finalizamos com uma descrição do ponto de vista doméstico a relação dos libertos com a *domus*.

3.1 *Ordo Libertinorum*

Segmentar a sociedade romana no tocante à hierarquia de poder é um processo complexo, pois requer do pesquisador análises distintas para cada período. Como posto por Finley (1980, p. 56-57), no período arcaico Roma estava dividida entre plebeus e patrícios, uma expressão de segmentação social – segundo suas observações – simples, na qual o poder emergia dos patrícios, atributo este assegurado por questões legais, hereditárias, e tradicionais. À medida que os romanos foram evoluindo para uma sociedade mais complexa, essa relação dicotômica passou a ser questionada pela parte plebeia, que almejava maior participação nas questões políticas, logo de poder. Em um primeiro momento, em 445 a.C., exigiram o fim das restrições matrimoniais entre os grupos. Com o fim da barreira do casamento, os plebeus adquiriam em 366 a.C. o poder de serem eleitos para postos de comando nos consulados. A dicotomia permaneceu ao longo de todo Império romano, mas reavaliou a composição das ordens, novos critérios e sujeitos passaram a atuar nessa dinâmica.

Segundo Finley, os plebeus e os patrícios constituíam cada qual uma ordem ou estado. Essa ordem – *ordo* – em seu modelo mais simples pode ser instituída por meio da hereditariedade, e conforme a sociedade se torna mais complexa outros critérios passam a vigorar, em especial a legislação, a fim de assegurar os “[...] privilégios e incapacidades formalizadas em um ou mais campos de atividade – governamental, militar, legal, económico, religioso, conjugal – e *situa-se em relação a outras ordens numa relação hierárquica.*” (1980, p. 56, grifo autor). Na fase

Clássica de Roma, temos a divisão das ordens que controlavam o poder em equestres – *equites* – e os senadores, assim temos uma *ordo* senatorial e a *ordo equites* (1980, p, 58). Mas, havia também aqueles que eram comandados, e eles também eram no sentido clássico, entendidos enquanto ordens. Uma dessas ordens, dado nosso objeto de estudo, nos é de interesse, a *ordo libertinorum*. Assim, voltaremos nossas atenções para esse grupo social.

Composta por libertos, essa ordem formava um grupo de cidadãos dentro do Império que – como já vimos na primeira parte desta dissertação – estavam sujeitos a uma série de restrições, mas eram de suma importância para os interesses socioeconômicos do Principado. Essa ordem originada por libertos, por si só, desperta questionamentos que subvertem o próprio conceito de ordem, que institui que um dos princípios básicos de sua existência residem no seu caráter hereditário. Entendemos a hereditariedade, nesse caso, como uma transmissão consanguínea fundada entre familiares, algo semelhante a uma dinastia, e que não pode, de forma alguma, ser estabelecida como critério para a existência de uma *ordo libertinorum*. A hereditariedade estaria para os libertos apenas no campo da utopia, sua condição de liberto não era um patrimônio que pudesse ser transmitido. É fato que os libertos em sua maioria eram cidadãos “[...] portanto, cidadão de segunda classe, [já] seus filhos eram cidadãos plenos.” (JOLY, 2006, p. 47). Nesse sentido, o filho de um liberto estaria na ordem de cidadãos romanos. O único fator que poderia justificar estes libertos, enquanto uma ordem, advém do campo jurídico, uma vez que as instituições – religiosa, cultural, conjugal, militar, governamental –, não constituem elementos aglutinadores para os manumitidos.

Como apresentado, essa situação provocava nos libertos uma sensação de deslocamento social, que era compartilhada entre os membros do grupo, muito embora, essa nova condição fosse um alívio perante a situação anterior de servidão plena. A *Cena Trimalchionis* nos concede a oportunidade de vislumbrar esse vivido, sempre ponderando que a descrição desse evento ficcional é resultado da concepção de seu autor, o qual evidenciamos ter sido um representante da aristocracia do Principado Romano. Todavia, dado os critérios de nossas avaliações, podemos analisá-la sob uma perspectiva historiográfica.

Como já pudemos observar em descrições anteriores, esse suntuoso jantar reúne em um mesmo local diferentes grupos que compõem a plebe. São convidados

homens livres, libertos, além de contar com a participação dos escravos do anfitrião e os da comitiva de certos convidados – vale lembrar que *Giton* vai ao referido evento na condição de escravo (XXVI, 10). No tocante aos libertos fica claro que eles constituem um grupo que se destaca dos demais. O evento em si tem como objetivo estreitar e consolidar a relação de patronato; e os libertos, neste caso específico, compõem a classe – no sentido de grupo – de clientes de *Trimalchio*. Essa situação um tanto peculiar, destaca o encontro entre grupos de cidadãos com estatutos sociais distintos, que evidenciam uma barreira sociológica entre libertos e os homens livres, cujo estatuto jurídico é de ingênuo,

Ingenui sunt, qui ex matre libera nati sunt: sufficit enim liberam fuisse eo tempore quo nascitur, licet ancilla conceptit. Et e contrario si libera conceperit, deinde ancilla pariat, placluit eum qui nascitur liberaum nasci (nec interest iustis nuptiis conceptit an volgo), quia non debet calamitas matris nocere ei qui in ventre est. (Digesto, 1.5.5.2)⁷².

Já exploramos exhaustivamente a controvérsia de *Ascylltos* e *Hermeros*, mas, como exposto, o fato demonstra o senso de união entre os libertos. *Trimalchio* ao intervir na contenda, acalma o companheiro liberto convencendo-o de que não deveria se irritar com os insultos e que sua posição de homem bem sucedido se colocava a seu favor (LIX, 1,2). Isso nos faz retomar nossa posição em relação à ideia de classe, posta no primeiro capítulo, e ressaltar que essa “união” não configura uma classe nos padrões determinados por Rostovtzeff (1937), muito menos aquela entendida por Karl Marx, posto que para Georg Lukács, na Antiguidade “a consciência de *status*... oculta a consciência de classe” (1980 apud FINLEY, p. 64, grifo do autor). *Trimalchio* ao por um fim na discussão, não queria com isso evitar uma situação que pudesse prejudicar o andamento do seu banquete, talvez essa fosse uma das últimas preocupações do anfitrião, basta recordamos o episódio (LXXIV, 10) no qual ele atira uma taça de vinho no rosto de *Fortvnata*, em virtude do ciúme da esposa para com seu escravo. Queremos mostrar com isso que *Trimalchio*, ao se posicionar pedindo para que *Hermeros* não se prolongue no debate, desejasse ressaltar que sua posição estatutária de liberto estava acima de um ingênuo pobre. Cabe observar que em determinado momento *Giton* também

⁷² “Ingênuo são os que nascem de mãe livre: pois basta ter sido livre ao tempo em que nasce, mesmo se como escrava concebeu. E pelo contrário, se tiver concebido estando livre e depois der à luz como escrava, estabeleceu-se nascer livre aquele que nasce (nem interessa se o concebeu em justas núpcias ou vulgarmente). Porque a calamidade da mãe não deve prejudicar aquele que está no ventre.” (Tradução de Hélio Maciel França Madeira).

estava inserido na discussão (LVIII-LIX), isso fazia com que inquietações de *Hermeros* fossem ainda mais sem sentido, aos olhos de *Trimalchio*, uma vez que *Giton* era um “escravo”⁷³.

Para *Trimalchio*, era inconcebível alguém da condição de *Ascylltos* colocar em questão o *status* de um liberto como *Hermeros* – note-se que ele seria um dos convivas mais importantes nesse evento. Ele estava plenamente convencido da sua posição de superioridade nesse contexto, que não poderia ser de modo algum ser afrontada por alguém de uma ordem distinta, situação provada quando um escravo, ao cair acidentalmente sobre ele, imediatamente ordenou que o mesmo fosse libertado “[...] para que ninguém dissesse que um homem daquele naipe houvesse sido ferido por um escravo.” (LIV, 5)⁷⁴. Embora para Veyne (1961, p. 243), *Petrônio* objetivava evidenciar um sentimento de inferioridade por parte do liberto perante aspectos do seu vivido, a sua reação resulta em uma tentativa de autoafirmação. Já para Gonçalves esse sentimento de inferioridade seria demanda por parte dos ingênuos presentes no banquete, em especial *Encolpius*. “Quero dizer com isto que os chamados ‘sentimentos de inferioridade’ tão ressaltados por Paul Veyne, são os sentimentos do narrador. É o narrador que não encontra um ‘lugar’ naquela realidade social.” (1998, p. 247). Seja pela inferioridade ou a superioridade, *Trimalchio* externa esse sentimento a partir do seu *status*.

Entretanto, além da valorização do *status* de liberto, os eventos descritos mostram que a união destes não estava pautada por um sentimento afetivo, ou algo desse teor. Os ataques a *Hermeros* podem ter sido captado por *Trimalchio* como uma afronta à sua figura, muito mais do que a do seu protegido. Isso ajuda-nos a compreender o porquê da ideia de ordem ser mais plausível do que a de classe: a divisão por ordem tem a seu favor aspectos éticos, morais, tradicionais, que dialogam com a ideia de *status* social. Para Veyne (1961) são os valores que mantêm esse grupo, embora Farvesani (1999) indique que a coesão se daria em

⁷³ Outra hipótese bastante plausível para a intervenção de *Trimalchio* defendida por Farvesani seria que o senhor da *domus*, por ter convidado os intelectuais para o evento, tinha como fim que estes representassem o lado erudito do anfitrião, logo desclassificar qualquer membro desse grupo poria em risco o intento do patrono (1999, p. 152). Concordamos com essa afirmação, porém achamos que a atitude de acalmar o comensal referindo ao seu *status* de maior valor também compreende o intento do senhor. Enfim, não seria errado propor que *Trimalchio* tinha um duplo objetivo em sua ação.

⁷⁴ “[...] *ne quis posset dicere, tantum uirum esse a seruo uulneratum.*”

virtude da manutenção da relação de poder. Já a separação por classes confere uma ideia de reconhecimento social a partir do outro, uma alteridade que não estava presente naquele momento histórico. Nesse sentido, somente o aspecto jurídico – que conferia o estatuto de liberto – não era suficiente para que os libertos, de distintas origens, cultura, e religiões, pudessem se entender como classe.

Os eventos da *Cena Trimalchionis* descrevem a relação conflitante entre libertos e ingênuos, apesar de conferir, aos olhos dos analistas, uma relação de interesse mútuo.

Outro ponto que devemos nos ater é que as ordens se relacionam de forma hierárquica, cada uma procurando se estabelecer como superior a outra. Esses ingênuos por mais que sejam pobres, não veem seu *status* social diminuído perante um liberto, mesmo que rico. Por sua vez, os libertos jogando com sua escala de valores, para a qual a riqueza tem um papel importante, entende que sua posição na sociedade é mais relevante, como afirma *Trimalchio*: “Um asse tenhas, um asse valerás; dinheiro tens, prestígio terás.” (LXXVII, 6)⁷⁵.

3.2 O estatuto social da pobreza no Alto Império Romano

No capítulo XLVIII, o anfitrião *Trimalchio* interpela *Agamemnon*: “– Que é um pobre? – Que argúcia! – exclamou *Agamêmnon*, e expôs não sei que debate.” (XLVIII, 5)⁷⁶.

O referido debate demonstra que a resposta à questão era mais complexa do que o senso comum de nosso tempo sugere, ou seja, que os pobres daquele contexto estariam classificados de forma homogênea. Estas posições, empregadas em diversos estudos sobre o período, quando não questionadas adequadamente podem nos levar a uma visão simplista, ou até mesmo

⁷⁵ “[...] *assem habeas, assem ualeas; habes, habeberis.*”

⁷⁶ “*Quid est pauper? – ‘Vrbane’, inquit Agamemnon; et nescio quam trouersiam exposui.*”

anacrônica do conceito⁷⁷. Recuemos nossa atenção para um trecho de um documento que inaugura o pensamento clássico,

'μη δὴ μοι θάνατόν γε παραύδα, φαίδιμ Ὀδυσσεῦ.
βουλοίμην κ' ἐπάρουρος ἔων θητευέμεν ἄλλω,
ἀνδρὶ παρ' ἀκλήρω, ὃ μὴ βίωτος πολὺς εἶη,
ἢ πᾶσιν νεκύεσσι καταφθιμένοισιν ἀνάσσειν. (*Odisseia* XI, 488-491)⁷⁸.

O excerto citado, atribuído a Homero, descreve uma conversa entre *Ulysses*⁷⁹, herói na epopeia, *Odisseia*, com a *psukhé* – menos “alma” do que “sombra” – de Aquiles no Hades (ASSUNÇÃO, 2003, p. 101). O texto nos permite aferir a circunstância em que uma pessoa, com poucos recursos, pode adquirir – sendo ela de menor relevância na escala social para os antigos, ou seja, um servo a serviço de outro homem de origem humilde. Conforme Austin e Vidal-Naquet, esta situação é análoga à condição de um *tetas*, “[...] homem livre mas que nada possui, e que se vê, pois obrigado, para viver, a vender os seus serviços a outrem, colocando-se assim na sua dependência [...]” (1972, p. 54-55), essa condição projeta o nível mais baixo em uma hierarquia baseado em valores morais e éticos.

Extrapolando esse conceito para o contexto do Principado Romano, voltemos à indagação de *Trimalchio: 'Quid est pauper?* Baseados em nossas análises chegamos à conclusão que a resposta dependeria de quem está perguntando. Caso esta mesma questão tivesse sido proferida pelo imperador, que poderia ser Nero – e seria indiferente se fosse qualquer outro, pois o príncipe representaria o Estado –, a resposta que acreditamos ser a mais adequada indicaria a *plebe*, que era composta por ingênuos livres sem recursos, ou até mesmo com recursos mais carentes de *status* nobilitário, além dos libertos – independentes do seu poder financeiro. Aqui retomamos a ideia de que para o Estado a segmentação das classes inferiores era indiferente, bastava que estivessem sob o seu controle, assim os pobres seriam aqueles que não podiam decidir nas questões do Estado.

⁷⁷ Farvesani descreve essa situação destacando que parte significativa da historiografia recai nessa armadilha, evitando estudos, “[...] analítico-conceituais que permitem superá-los.” (1998, p. 80).

⁷⁸ “*Não me consoles da morte, ilustre Ulisses! / Preferiria, sendo um lavrador, alugar meus serviços a um outro, /a um homem sem-lote, que não tem muitos recursos, /do que reinar entre todos os mortos já perecidos.*” (Tradução de Teodoro Rennó Assunção).

⁷⁹ *Ulysses* é a denominação no latim do nome de Odisseu (*Ὀδυσσεῦ*), que é de origem grega.

Agora, suponhamos que *Trimalchio* queira responder à pergunta. Temos que considerar que ele estava na condição de *paterfamilias*, um patrono cercado de clientes, porém dentro de um universo bastante particular em virtude da sua condição de liberto, que o restringia de gozar alguns privilégios. Sendo assim, para um liberto como *Trimalchio*, um pobre seria alguém na condição de *penia*, que obtém seu sustento trabalhando por salário. Nessa condição, um sujeito que depende de outro para sobreviver pouco, ou nada, pode contribuir para os interesses da *domus*. Cabe aqui, observar a validade da máxima do poeta Hesíodo (século VII a.C.): “Dá a quem dá, não dê a quem não dá” (*Os trabalhos e os dias* 355, apud FINLEY, 1980, p. 48-49).

Agora, se *Trimalchio* interpelasse dessa mesma forma um *paterfamilias* convencional de natureza ingênua, um senador, um militar, ou seja, qualquer um membro da real aristocracia romana, ele taxativamente teria como resposta: você. Temos que considerar que o liberto nesta escala de valor, não seria avaliado pelo seu poder financeiro, mas pelo seu *status*.

Dentro de um mesmo contexto temos duas respostas distintas em relação à pobreza. A aristocracia, e aqui incluímos o Estado, que sem fazer qualquer distinção classifica como pobre todos que não fazem parte da elite, a qual é composta por homens livres e ricos, em sua maioria ligados à elite senatorial ou ao poder militar. Essa elite enxerga como pertencentes à plebe todos aqueles que não possuem *status* social para intervir nas questões do Estado, isso implica, os libertos, os homens livres mas pobres, ou quando ricos exercendo funções inglórias, tais como a de agiota, perfumistas, açougueiros, por exemplo.

Já os representantes da plebe determinam uma hierarquia da pobreza mediante o relacionamento do sujeito com a *domus*. Quanto mais próximo o indivíduo estivesse desta organização de poder, melhor seria seu *status*, ou seja, menos pobre seria.

Assim posto, temos que entender o estado de pobreza enquanto um conceito que detém historicidade e é polissêmico quando tratado na Antiguidade, visto que na contemporaneidade, tal termo é observado de forma mais estanque, onde a pobreza é medida a partir de valores relacionados a questões financeiras, em especial nos países que têm sua economia dentro da lógica capitalista. No Brasil, por exemplo,

para órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é comum utilizarem como aferição para obter os índices de pobreza a renda *per capita* da população estudada. É sabido que tais critérios de avaliação não seriam eficazes para determinar os níveis de desigualdades sociais, conseqüentemente de pobreza no mundo antigo. Para nossos padrões de avaliações, *Trimalchio* estaria em situação de plena riqueza, o que não encontra paralelo para os moldes de sua época, e como já observamos sua posição dependeria de quem o avaliasse.

3.3 A hierarquia de poder no mundo dos libertos

Vejamos no esquema a seguir, como essa relação de poder se desenvolvia na prática, a partir da distribuição dos convidados de *Trimalchio* no triclinio⁸⁰.

		MEDIUS				
		<i>Habinnas</i>	<i>Ascyrtos</i> ou <i>Agamemnon</i>	<i>Encolpius</i> (<i>summus in medio</i>)		
I M U S	<i>Fortvnata</i>				<i>Hermeros</i>	S
	e					U
	<i>Scintilla</i>					M
	<i>Procvlvs</i>				<i>Ascyrtos</i> ou <i>Agamemnon</i>	M U
	<i>Diogenes</i> (<i>imus in imo</i>)				<i>Trimalchio</i>	S

⁸⁰ A distribuição dos convivas no triclinio está de acordo com as informações que Cláudio Aquati estabeleceu em seu posfácio da sua tradução da obra de Petrónio. Ele observa que seguiu as orientações de G. Schmeling (AQUATI, In: PETRÔNIO, p. 253). Entretanto, o que nos interessa de imediato é que a disposição dos convidados, juntamente com seu anfitrião, conota uma hierarquia de poder. Regina Bustamante, em seu texto *O banquete romano, comensalidade em tempo de paz*, nos apresenta uma série de rituais e liturgias que conferem o protocolo a ser seguido nas *cenar*; ela destaca o princípio da alocação dos convivas no triclinio como um elemento de prestígio.

Nesta distribuição, temos os convivas alocados conforme sua importância hierárquica. Aqueles que estão compreendidos no primeiro terço do triclinio, à esquerda, conferem aos de menor expressão social – *imus* – nessa relação de poder. Seguindo em sentido horário verificamos os que detêm uma posição mediana – *medius* – até o último terço, onde se situam os melhor estabelecidos na condição hierárquica – *summus*. Verificamos que as mulheres, *Fortvnata* e *Scintilla* estão acomodadas no triclinio, porém suas posições não estabelecem qualquer relação na hierarquia de poder, sua presença ocorre em virtude de serem esposas do anfitrião e de um liberto *Habinnas*, respectivamente. Em relação à *Habinnas*, *Procvlvs* e *Diogenes* cabe observar que são libertos que representam respectivamente alguma relevância para *Trimalchio*, porém de menor importância em relação *Hermeros*, outro liberto. Referente aos demais convidados, *Agamemnon*, *Ascylltos* e *Encolpius*, dada suas origens de homens livres e inseridos no universo das letras, obtêm um maior prestígio ao lado de *Hermeros* perante os demais convidados. Com relação à *Giton*, ele está na condição semelhante à de um *pueri delicati*⁸¹, sua posição nessa hierarquia de poder não configura importância, mesmo não sendo um escravo de fato ele está em condição de servidão à *Encolpius*.

Os banquetes que ocorriam na Antiguidade são muito mais que a simples ação de comer, beber e se divertir; outras atribuições muito mais relevantes estão em foco nestes eventos. “Havia um antigo ditado romano que diz: “Dizes-me o que comes e com quem comes e te direi quem és.” Assim, os romanos expressavam que o ato de comer, mais que mera sobrevivência, possui significado sociocultural” (BUSTAMANTE, 2005, p. 1). A *Cena Trimalchionis* se estabelece nessa lógica, o anfitrião ao destinar lugares de destaques ao trio de intelectuais, *scholastici*, pretende com isto se posicionar como alguém que conhece e se relaciona com o mundo das letras ou das ideais⁸².

⁸¹ O *puer delicatus* estaria na condição de escravo sexual. O anfitrião *Trimalchio* tem um escravo nesta condição, *Croesvs* (LXIV, 5-6). Cabe observar que *Giton* não é um escravo, mas está para *Encolpius* tal como *Croesvs* para *Trimalchio*. A respeito dos escravos sexuais, ver: POLLINI, J. **Slaver-boys for sexual and religious service**. In: BOYLE, A.J.; DOMINIK, W.J. *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 149-166. Outro trabalho que aborda essa discussão no universo de Petrónio, está em: LEÃO, D.F. **Petrônio e a inconstância dos *pueri delicati***. *Humanitas*. v.. 58 (2006). p. 119-131.

⁸² A *Cena* demonstra descreve *Trimalchio* como um *parvenu* que queria se inserir no universo dos eloquentes, ou ao menos, ser conhecedor deste mundo. Petrónio por meio de *Encolpius* a todo o momento demonstra a deficiência do anfitrião nesse intento, todavia os demais comensais também

Mesmo *Encolpius*, *Ascyltos* e *Agamemnon*, não possuindo bens ou fortunas equivalentes a certos libertos, estavam em posição análoga, quanto ao *status*, de pessoas mais poderosas financeiramente, em virtude do ofício que exerciam. Como visto nas considerações que Cícero fez em *De Officiis* (1.150-1), as profissões, quando voltadas para o bom desenvolvimento da sociedade, e realizadas por pessoas com alto grau de inteligência, merecem destaque positivo no *corpus* social. Tamanha era a importância da digna colocação profissional que nem os nobres deixavam de associar seu ofício na apresentação de seus títulos.

O que se escreve, pois, no epitáfio de um notável? Primeiro, as dignidades políticas de que se investiu (veremos que correspondem aos títulos de nobreza do Ancien Régime); depois, eventualmente, as atividades liberais que por gosto, ele transformou em “profissão”, ou seja, às quais se dedicou, como mais tarde se fará profissão de uma vocação monástica; notáveis e nobres se honram consagrando-se à filosofia, à eloquência, ao direito, à poesia, à medicina e, entre os gregos, ao atletismo. (VEYNE, 1992, p. 133).

A relação da profissão com o *status* nesse contexto parece-nos notória. Cícero, na figura de moralista, critica algumas funções, que segundo sua concepção, não possuem prestígio perante a sociedade, ou quando não constituem valor moral, seriam nesse sentido os, “[...] peixeiros, carneiros, cozinheiros, negociantes de galinha e pescadores [...]” (*De officus [sic]* 1.150-1 apud FINLEY, 1980, 52), como também perfumistas, dançarinos e músicos de baixa categoria. Da mesma forma, ele elege algumas atividades como essenciais e dignas de serem exercidas, “[...] a medicina, a arquitectura, ou o ensino [...]” (p. 52). As considerações de Cícero nos ajuda a compreender, segundo os padrões da época, a presença de *Eumolpos*, *Ascyltos*, e *Encolpius*, no banquete, corroborando com posição de Bustamante (2005) de que tal evento vai muito além de um simples ato de comer e beber e se divertir, nele se estabelece uma rede de relacionamentos que dignificam os presentes, pessoas da categoria do trio conferem *status* positivo à ocasião.

libertos parecem não notar as gafes do patrono. Segundo Farvesani, destacar os intelectuais na composição do tricínio corresponde a fortalecer a imagem de *Trimalchio* perante os outros libertos (1999, p. 149). A lógica imperante nesta ocasião é a de fortalecer o patrono no plano das ideias. Temos que considerar que o plano de *Trimalchio* funciona apenas no enredo, ou seja, interno à obra, já para o leitor Petronio descortina tal intendo, mostrando a vulgaridade e ignorância que certos libertos de seu tempo teriam, mesmo quando ricos.

3.4 Os estatutos laborais dos libertos

Jean Andraeu, ao analisar o contexto dos libertos, estabeleceu o conceito de estatutos laborais:

O Estatuto laboral é a relação com o trabalho, no sentido mais lato do termo, quer no plano das instituições, quer no plano das representações. É a organização material da vida activa; o modo da remuneração e a sua influência sobre a noção de dinheiro; a maneira como é concebido o trabalho em relação à vida em seu conjunto, ou enquanto actividade principal, que é uma condição de sobrevivência, ou enquanto actividade facultativa. É forma como se escolheu um determinado trabalho e forma como se pode mudar de actividade e também a relação laboral com o Estado. (1992, p. 157).

A partir da denominação dos estatutos laborais, o historiador pode classificar três estatutos que melhor dialogavam com a conjuntura dos libertos do Alto Império Romano: o estatuto dos notáveis, dos camponeses, e os ofícios. O primeiro – dos notáveis – refere-se aos ricos e poderosos que, em virtude de sua fortuna não trabalhavam, logo não exerciam qualquer ofício. O camponês, apesar do esforço que a agricultura exigia, seu trabalho não configuraria um ofício. E por fim, o estatuto laboral de ofícios, onde figuravam todas as atividades profissionais do Império no meio urbano, como as descritas por Cícero.

Os libertos que compunham o triclinio de *Trimalchio* estavam na categoria de laboral de ofícios, uma provável exceção podia partir de Hermeros, mas no geral todos apresentam como profissionais. Por exemplo, *Habinnas* era marmorista, *Proculus* atuava como agente funerário; também compunha este estatuto *Phileros* na condição de advogado, um ofício que conferia prestígio social, segundo a avaliação de Cícero – importante salientar que este também era advogado. Já os ofícios de marmoristas, agente funerário, como outros de menor valor moral citado por Cícero, não poderiam, de forma alguma, ser tomados como serviços sem importância econômica, ou ser preterido por todos os agentes sociais romanos: sua mácula reside apenas nos princípios morais. Os prestamistas, como fora *Trimalchio*, era uma atividade desprezível, porém sem sua existência a economia romana não se desenvolveria.

Essas profissões consideradas inglórias foram a válvula de escape para os libertos, e em contrapartida os libertos foram o aditivo para a economia. Podemos

depreender dessa relação simbiótica, o resultado prático da expansão do Império. Observamos no primeiro capítulo que as cidades no primeiro século do Principado Romano passaram a receber cada vez mais homens livres que saíam do campo em busca de uma melhor sorte nos centros urbanos, que a mão de obra escrava da cidade também aumentou e, conseqüentemente, passaram a ocorrer mais alforrias naquele período (VEYNE, 1961, p. 222). Essas libertações em massa incidem diretamente na ampliação do poder econômico e político dos patronos. Como também desobstruem gargalos econômicos que existiam devido à rigidez dos costumes morais. O liberto enquanto um cidadão de “segunda classe” era um “mal” necessário para a vida material do Império, embora muitos se opunham à existência massiva dessa *ordo libertinorum*.

3.5 Entre a ficção e a realidade: os libertos da vida real

Como conferem as fontes, apesar das críticas, existiam libertos que movimentavam enormes quantias de dinheiro e eram muito influentes no contexto do Principado, como afirmou Finley sobre o *Satyricon*: “É uma obra que troça e satiriza mas não é *Alice no país das maravilhas*; Trimalcião pode não ser uma figura inteiramente típica da antiguidade mas também não é absolutamente atípica” (1980, p. 44, grifo do autor). E de fato, podemos encontrar libertos citados em documentos da época que sancionam a posição do historiador. Plínio o jovem ficou incrédulo ao ver menções honrosas em inscrições no túmulo do liberto M. Antonius Pallas, que atuou como *a rationibus* do imperador Cláudio (ANDREAU, 1992, p.155-156). O referido liberto em vida foi juntamente com Agripina (mãe de Nero), articulador da união entre as casas Júlia e Cláudia, foi secretário de finanças do imperador Cláudio, além de constituir enormes porções de terras em Hermopolites e no Egito. Em 52 d.C, Pallas foi homenageado por um senador, com um decreto – *senatus consultum Claudianum* – que alegava que a origem do liberto era nobre, oriunda dos reis da Arcádia, e que ele havia abdicado de sua linhagem para servir ao imperador – tal situação guarda certa semelhança com a personagem de Petronio *Hermeros*. A influência desse liberto junto aos poderosos de seu tempo não foi suficiente para que Tácito, Suetônio, e Dião de Cássio, o descrevessem positivamente, mas como

arrogante e soberbo (JOLY, 2006, p. 77-89). Tais características tão marcantes de Pallas pode nos fazer suspeitar que seja um caso único, porém outros relatos evidenciam que não.

Houve situações de libertos que tiveram vida semelhante à de Pallas. Clesipus Geganius, foi um pisoeiro, que na condição de escravo foi comprado por Gegânia, vindo a se tornar o seu favorito e amante. Isto lhe conferiu após a morte da senhora uma suntuosa herança. Sua fortuna lhe propiciou adquirir honrarias que foram creditadas em sua morada pós-vida: *magister, Capitolinorum, magister Lupercorum, e viator tribunicius* (ANDREAU, 1992, p. 152). Já vimos que *Trimalchio* obteve sua liberdade e fortuna em condições semelhantes a esta.

As descrições apresentadas abordam histórias de sujeitos provenientes do mundo real: esses libertos, a exemplo de seus congêneres da ficção, ascenderam ao mundo da escravaria e chegaram ao topo que suas possibilidades permitiam. A riqueza para eles era uma forma de superar, mesmo que vã, a barreira dos estatutos morais, reforçada por dispositivos legais. Essa ascensão diante do mundo dos livres encontrava restrições que impossibilitava de exercê-la em sua plenitude, como vivenciava a aristocracia, apenas no campo da utopia a liberdade era viável. Apesar de sua importante atuação para o desenvolvimento de certos setores, como o da economia, os libertos sempre conviveram com a desconfiança no tocante à sua lealdade e seu senso de valor, taxados invariavelmente como gananciosos por setores da aristocracia. Leis, como *Aelia Sentia* (4 d.C.)⁸³ e *Visellia* (24 d.C.)⁸⁴ foram efetivadas para conter o poder e controlar a ordem de libertos. Podemos acrescentar também como obstáculos limitadores da liberdade, o *obsequium* e a *operae*, que já discutimos anteriormente.

A possibilidade de vivenciar a liberdade, à semelhança da elite romana, era utópica, isso não quer expressar que seja impossível, mas apenas limitada ao universo das ideias, que de certa maneira, podia ser concretizada no mundo privado da *domus*. A *Cena Trimalchionis* seria nesse sentido uma representação desse ambiente. Em certa medida, a alegoria *petroniana* dialoga com a *Alegoria da*

⁸³ “[...] permitia desterrar o liberto para além de centésima milha de Roma ou condená-lo a trabalhos forçados.” (ANDREAU, 1992, p. 152).

⁸⁴ Essa lei excluía os libertos das magistraturas municipais e dos conselhos dos decuriões. (Idem, p. 159).

Caverna de Platão (*República*, VII): essa relação concerne na visão de mundo que ambas as obras tentam apresentar – o conflito entre o mundo real e o imaginado. *Trimalchio* sai, de certo modo, da caverna, e ao retorná-la encontra dificuldade em expressar sua visão reconfigurada de mundo para seus pares. Mas, à sua maneira, tenta vivenciar o mundo dos aristocratas, na condição de patrono. A exemplo de Pallas, ou Clesipus, *Trimalchio* chegou à posição de notável na expressão que o termo pode sugerir, ele não exercia qualquer função, não estava mais no estatuto dos ofícios, na qual figura por exemplo *Habinnas* como marmorista. O banquete revela que todos os presentes estão rendendo seu *obsequium* para com o anfitrião, ou seja, um típico patrono.

3.6 A lógica da economia da *domus*

O relacionamento entre *Trimalchio* e seus convidados caracteriza a relação de *dom* e *contradom*. Assim, o *paterfamilias* manifesta seu poder mediante sua rede de relacionamentos, não seria interessante manter vínculos com quem tem pouco a oferecer. Evidencia-se uma economia baseada na distribuição e na retribuição⁸⁵, entretanto, sem a busca pelo lucro; a equidade nestas trocas seria a regra principal.

Em semelhante universo, quem dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal (em vez de parecer uma ingenuidade ou um absurdo) e de obter o reconhecimento (sob forma de *contradom* ou de gratidão) de quem foi beneficiado, sobretudo porque todos os outros agentes que participam desse mundo e que são moldados por essa necessidade também esperam que assim seja. (BORDIEU, 1996, p. 9).

Os ganhos com esta forma de relacionamento entendida como clientelismo estavam no campo do poder, não somente financeiro, mas político. Essa rede formada por libertos e clientes confere ao patrono prestígio, algo mais valioso que dinheiro no mundo do início do Principado Romano. Em contrapartida, os protegidos do *paterfamilias* se beneficiavam por tal vínculo, uma vez que,

[...] a *domus* (casa) como elemento de integração política. Mulheres, como a Agripina e Acte, e libertos, como Epafrodito e Políclito, assumiram funções públicas ou uma visibilidade pública por estarem integrados a *Augusta*

⁸⁵ O antropólogo e sociólogo francês Marcel Mauss, ao estudar a relação das trocas em sociedades “primitivas”, extrapola esse conceito (retribuição) para as organizações sociais da Antiguidade. Essas considerações estão presentes em sua obra *Ensaio sobre a Dádiva*.

domus, que se situava acima das demais casas aristocráticas. (JOLY, 2006, p. 107).

O excerto também nos confere outra dinâmica importante nesse cenário que era a hierarquização das casas. Quanto mais clientes e libertos uma *domus* tivesse sobre seu domínio, maior seria sua expressão de poder. Essa preocupação cabia a *Trimalchio*, mesmo ciente de que sua fortuna era incomensurável, isso não lhe permitiu ficar alheio ao poder de outros patronos de sua estirpe, fato que pode ser conferido quando o anfitrião pergunta a *Habinnas* o que havia comido no banquete oferecido por outro liberto, *Scíssa* (LXVI, 1). Vale lembrar que os alimentos postos aos convidados diz muito respeito do poder de quem promove o evento. *Trimalchio* oferece aos presentes no tricínio um vinho centenário *Falernum Opimianum*⁸⁶, e acrescenta: “– Ah!... então o vinho vive mais que o pobre do homem. Por isso devemos é tomar um porre. Vida é vinho. Estou oferecendo um opimiano autêntico. Ontem não servi um tão bom, e ceavam pessoas muito mais importantes.” (XXXIV, 6-7)⁸⁷.

O texto de Petrônio nos permite declarar que *Trimalchio* estaria no topo dessa ordem hierárquica, não havia outro liberto com poderes maior ou mesmo igual ao dele. Para Veyne, *Trimalchio* poderia possuir o título de *Princeps Libertinorum*, ou seja, o primeiro entre os libertos (1961, p. 241), a exemplo do conferido à *Fabius Eupor*, *Princeps Libertinorum*, e *Gli Elementi Guidaci in Pompei* (CIL, IV, 117;120). Embora, o próprio *Trimalchio* desejasse que em seu epitáfio constasse:

AQUI JAZ C. POMPEU TRIMALQUIÃO MECENACIANO FOI ESCOLHIDO COMO SÉRVIRO AUGUSTAL MESMO DURANTE A SUA AUSÊNCIA. PODIA ESTAR EM TODAS AS DECÚRIAS DE ROMA, MAS NÃO QUIS. RELIGIOSO, CORAJOSO, FIEL. VEIO DO NADA, DEIXOU TRINTA MILHÕES DE SESTÉRCIOS. E NUNCA ESCUTOU UM FILÓSOFO, DESCANSE EM PAZ – TU TAMBÉM. (LXXI, 12)⁸⁸.

As referências que o liberto faz de si destaca seu empenho em vencer as dificuldades da pobreza e da escravidão. Partiu do nada, para ao final da vida deixar

⁸⁶ Vinho considerado de excelente qualidade produzido na época do Consul Opímio, em 121 a.C. (AQUATI In: PETRÔNIO, 2008, p. 50, [nota de rodapé]).

⁸⁷ “*Eheu, inquit, ergo diutius uiuit uinum quam homuncio. Quare tangomenas faciamus. Vita uinum est. Verum Opimianum praesto. Heri non tam bonum posui, et multo honestiores cenabant.*”

⁸⁸ “*C. Pomeius Trimalchio Maecenatianus hic requiescit. Huic seuiratus absentis decretus est. Cum posset in omnibus decuriis Romae esse, tamen noluit. Pius, fortis, fidelis, ex paruo creuit, sestertium reliquit trecenties, nec unquam philosophum audiuit. Vale. – Et tu.*”

uma imensa herança – trinta milhões de sestércios –, acumulou títulos honoríficos como o de servo do imperador, além de ressaltar a suas virtudes: corajoso, forte, e fiel, qualidades que enobrece seu *status*.

3.7 A liberdade cerceada

Contudo, essas menções não eram suficientes pra romper as barreiras inerentes à sua condição de liberto. No plano privado, não poderia estabelecer um relacionamento mais íntimo com membros da ordem equestre, ou senatorial. Relações dessa natureza estavam submetidas ao crivo da tradição, ou melhor, das obrigações, para com seu patrono. Uma liberta não podia constituir matrimônio com um senador, nem com seus filhos, nesta situação podia apenas ser uma concubina, e caso o pretendente fosse de outra origem ela teria que obter a autorização do seu tutor para poder se casar. Em algumas situações o senhor, antes de conceder a manumissão, determinava em contrato que o beneficiado (a) não poderia se casar, para que na ocasião de sua morte o patrono pudesse exigir sua herança. E quando o liberto morresse, parte de sua herança era destinada ao seu patrono, e se este não fosse mais vivo, teria direito dessa parte os filhos ou netos do senhor. (ANDREAU, 1992, p. 153-154). Essas restrições parecem-nos suficientes para demonstrar quão era forte o vínculo entre liberto e patrono. E eram raros os casos em que um liberto, ou liberta, conseguia subverter esse estado.

Faecenia Hispala, uma liberta viúva, conseguiu como recompensa do senado a permissão para escolher um novo tutor, e poder casar novamente. Essa excepcional decisão foi concedida em virtude de a liberta ter denunciado um magistrado por envolvimento em bacanais (ANDREAU, 1992, p. 154). O que acontecia comumente era o liberto, que por não cumprir uma ordem de seu patrono, ser castigado, às vezes com a mesma rigidez que se punia um escravo – esse foi o caso do liberto Asiático que foi crucificado, após a derrota de seu senhor Vitélio em 69 d.C., e que foi narrado por Tácito (*Histórias*, 4, 11,10 apud ANDREAU, 1992, p. 156). Há que se ressaltar que esse tipo de condenação era reservada a escravos.

3.8 O liberto independente

Trimalchio, nesse sentido, seria um privilegiado: ele pertence a uma classe rara de liberto, um liberto sem senhor (GUARINELLO, 2006, p. 241-242). Recordemos que seus patrões morreram e lhe deixaram uma suntuosa herança: “[...] graças aos deuses, eu me tornei patrão de minha própria casa, e eis que acabei tomando o lugar do cabeça-oca do meu próprio patrão. Que mais? Ele me fez co-herdeiro de César, e recebi um patrimônio digno de um senador.” (LXXVI, 1, 2)⁸⁹. Um liberto independente (ANDREAU, 1992, p. 164), seria o ápice da inexorável trajetória do forro, via a liberdade dos ingênuos. Sem um tutor a quem devesse o *obsequium*, *Trimalchio*, se fez patrono de outros libertos, e exerceu sobre eles o direito que lhe era devido. Soube como um *paterfamilia* administrar sua casa, coibia com severidade a infidelidade servil, haja vista que em dado momento da narrativa (LIII, 3), um dos seus secretários anunciou para todos os presentes no banquete que um dos seus escravos foi crucificado por desrespeitar o nome do *Gaio*. Mas, também mostrou ser benevolente, um verdadeiro filantropo⁹⁰, ao conceder em seu testamento a liberdade aos seus escravos, assim ele anuncia:

– Amigos, não só os escravos também são homens como beberam igualmente do mesmo leite, apesar de um mau destino tê-lo oprimidos. Entretanto se depender de mim, cedo vão beber a água da liberdade. Em suma: eu liberto todos eles no meu testamento. (LXXI, 1)⁹¹

Foi um negociante honrado; segundo Cícero (*De officis*, 1.150-1), esse ofício somente podia atingir tal patamar quando realizado em larga escala. *Trimalchio*, por intermédio do comércio e como prestamista, ampliou sua fortuna e conquistou terras. Tamanhas eram suas posses que ele declarou que desejava comprar terras na Sicília para que quando fosse para África navegasse em seus domínios (XLVIII, 3). Obviamente que aqui se trata de um caso imaginário, temos que ponderar que

⁸⁹ “[...] *quemadmodum di uolunt, dominus in domo factus sum, et ecce cepi ipsimi cerebellum. Quid multa? coheredem me Caesari fecit, et accepi patrimonium laticlauium.*”

⁹⁰ A *philanthropia* (amor pelo homem) era nesse contexto entendida como um ato divino, praticado em geral por homens de alto prestígio social, governantes, magistrados. Quando uma pessoa se sentia injustiçada pedia a intervenção desses homens apelando para o benefício *philanthropon*, que era concedido na forma de: isenção, asilo, anistia, em favor do requisitante (FINLEY, 1980, p. 47).

⁹¹ “*Amici, inquit, et serui homines sunt et aequae unum lactem biberunt, etiam si illos malus fatus oppresserit. Tamen me saluo cito aquam liberam gustabunt. Ad summan, omnes illos in testamento meo manu mitto*”

Trimalchio é um personagem ficcional, e que o gênero do *Satyricon* dialoga com as coisas burlescas, e que o exagero utilizado por Petronio é uma figura de linguagem que além de conferir um teor cômico à obra, deprecia a figura deste *parvenu*. Todavia, quando Finley, entre outros pesquisadores, declara que: “*Trimalção é efetivamente um porta-voz perfeitamente qualificado*” (1980, p. 80) para representar os libertos de sua época nos vêm à mente os libertos que as fontes do período retratam: Pallas, Clesipus, Fabius, Epafrodito, Epitecto, enfim, sujeitos não ficcionais que, de certo modo, encontram correspondência com *Trimalchio* ou qualquer outro liberto descrito na *Cena*.

3.9 A necessidade da manutenção da riqueza

O escrutínio do conceito de *ordo libertinorum* possibilita avaliarmos a importância socioeconômica dos libertos, em virtude de conferirem destaque a sujeitos históricos provenientes de uma elite de libertos. Fica claro que os documentos da época como, os *Anais*, *Histórias*, no que confere a Tácito, em geral apresentam representantes desse grupo e que tiveram destaques em seu ofício ou em sua relação com os poderosos; é o caso do liberto Quinto Rémio Palemone que se sobressaiu no mundo da escravaria até tornar-se gramático. Como liberto adquiriu terras em grandes extensões, o que lhe conferiu a posição de notável, assim descrito por Plínio o Velho (*História natural*, 14, 49-51 apud ANDREAU, p. 158).

Contudo, como acabamos de evidenciar, há um maior volume de fontes voltadas para a existência de libertos ricos e poderosos, o que torna plausível a figura de *Trimalchio*. Já, no tocante à parcela pobre – aqueles libertos desprovidos de bens materiais –, geralmente inseridos no estatuto laboral de ofício, em funções de pouco prestígio social, as fontes à nossa disposição são menos generosas nos detalhes e em sua maioria generalizante. Horácio cita um tal Prisco que vive em condições de penúria perambulando pela cidade em locais que um liberto desce não os visitaria (ANDREAU, 1992, p. 151). A *Cena Trimalchionis*, nesse sentido, também dá importância aos libertos bem sucedidos. Caso de exceção seria o de *Proculus* (XXXVIII, 11-16) que fora muito rico, mas devido à sua má gestão nos

negócios perdera sua fortuna, vivendo a partir de então da ajuda alheia: isso explica a sua posição de *imus* na disposição do tricínio.

Situações como a de *Proculus*, ou Prisco, nos oferecem a oportunidade de verificar que a manutenção da fortuna nesse contexto era algo levado em consideração. Um sujeito, por mais rico que fosse, não podia manter sua estabilidade financeira sem a devida gerência de seus bens – para tanto existiam manuais de gestão como o *Oikonomikos* de Xenofontes, o qual já mencionamos anteriormente. O que queremos evidenciar, por mais que estejamos discutindo sobre economia em uma sociedade aparentemente estamental, é que as rígidas barreiras sociais nem sempre proporcionam uma estabilidade financeira. Contrariamente a essa ideia, observamos que se um notável recorresse a empréstimos de outro da mesma ordem, ele poderia se sujeitar, para além dos tantos deveres ao seu fornecedor, a ter que cumprir também obrigações políticas.

[...] a época de Cícero foi anormalmente complicada: as exigências da política tal como ela então se praticava e os gastos conspícuos, que eram um elemento em política, envolviam a nobreza, e outros, em empréstimos de dinheiro numa escala formidável. Subornos eleitorais, um estilo de vida dispendioso, jogos públicos extravagantes e outras formas de generosidade pública tinham-se tornado ingredientes necessários de uma carreira política. Para os homens cuja fortuna era a terra, as pressões eram exacerbadas por falta de dinheiro líquido. Por conseguinte muitas manobras política incluíam uma rede complicada de empréstimos e garantias. (FINLEY, 1980, p. 69).

Uma provável forma de se esquivar dessa rede de empréstimo seria recorrer a sujeitos ricos da plebe, mas o *status* suspeito desses agentes podia macular a imagem de um notável. Entretanto, haveria uma terceira via, os libertos.

Isso nos remete a um dado importante, pois a ordem dos libertos tinha acesso indireto ao extrato social dos aristocratas: essa permeabilidade, a partir da relação de patronato, permitia que um liberto bem sucedido ajudasse seu patrono em dificuldades.

A peculiaridade social do liberto, no contexto do Alto Império Romano, pode parecer, à primeira vista, desprezível, posto que boa parte da aristocracia romana enxergava os libertos como um problema social, o que acreditamos não ser de todo certo, pois o que estava em questão em vários casos, que colocava o liberto à prova, era referente à sua fidelidade para com seu patrono. Assegurar esse direito resguardava o senhor dos infortúnios que poderia acontecer. Recorrer a outros

agentes da plebe em caso de necessidade financeira, poderia depreciar o *status* de um notável, mas fazer valer seu direito, enquanto patrono, de requisitar esse auxílio ao seu liberto seria mais conveniente.

É sabido que *Trimalchio* herdou grande fortuna, embora ele próprio atente que por obra do destino perdeu uma grande parte dessa herança, quando uma frota sua foi a pique levando consigo uma considerável quantia de mercadoria. Esse fato não o fez esmorecer, e sim investir mais dinheiro e recursos em novos navios e mercadoria, o que lhe rendeu, em um primeiro momento, dez milhões de sestércios em lucro, um terço do que havia perdido. Mesmo com sua inclinação positiva para os negócios, o liberto viu a oportunidade de maximizar seus ganhos entrando no estatuto laboral dos *faeneratores* (LXXVI, 3-9). Ao emprestar dinheiro aos libertos, *Trimalchio* tornou-se o liberto mais rico e poderoso da região, quiçá o homem mais rico de Puzzuoli, passando a se tornar um grande latifundiário – o que lhe proporcionou ascender da dinâmica dos estatutos até a posição de notável.

3.10 A falta de prestígio social dos libertos

Como observou um dos seus clientes libertos (provavelmente *Hermeros*) a *Encolpius* a respeito do seu patrono: “E não vá pensar que ele compra alguma coisa. Tudo nasce em seus domínios: lã, limões, pimenta. Leite e galinha, se você procurar, vai encontrar.” (XXXVIII, 1)⁹². Situação que certamente conferia a *Trimalchio* o estatuto de notável posto sua condição de autossuficiência, um *paterfamilia*, mais não era um notável enquanto seu *status*. Era um patrono de libertos, seus protegidos eram ingênuos da raia miúda, como *Agamemnon*, *Encolpius*, e *Ascyltos*, homens sem recursos que preferiam viver à custa de um senhor (*alimenta*) a ter que trabalhar por salário. As convenções sociais do período não permitiam que libertos compartilhassem a sua mesa com ingênuos notáveis, senadores, ou nobres cavaleiros.

⁹² “*Nec est quod putes illum quicquam emere. Omnia domi nascuntur: lana, credrae, piper: lacte gallinaceum si quaesieris, inuenies.*”

Interessante notar que o narrador *Encolpius* recorrentemente apresenta seus juízos de valor sobre o evento, em considerações sempre depreciativas no tocante à pessoa do anfitrião, enquanto o *Gaio* é aplaudido pela escravaria, seus clientes libertos, e adutores como *Agamemnon* (LII, 7), *Encolpius* descreve seu sentimento de repulsa e indiferença para com as ações do liberto e seu evento (XXX, 6; LXXI, 8), a ponto de aproveitar uma situação propícia e se evadir do festim sorrateiramente (LXXVIII, 8).

Apesar de questionável entre pesquisadores do *Satyricon* a ideia de que *Encolpius* seja uma representação de Petrônio, não podemos nos privar de achar pelo menos plausível tal hipótese. Certamente *Encolpius* descreve um sentimento aristocrata perante o liberto, impressões dessa natureza podem ser observadas nos comentários de Cícero sobre os libertos, que invariavelmente os tratava como *servus* e não *libertinus* (ANDREAU, 1992, p. 155); ou mesmo Plínio o Jovem, como já vimos, que ficou incrédulo ao ter noção das honrarias destinadas a Pallas (p.155); a descrição de Tácito sobre os libertos não deixa de transparecer sua indignação quanto à falta de fidelidade e a ganância destes manumitidos (JOLY, 2004). Não são poucos os exemplos nesse sentido: se para Finley, *Trimalchio* é um perfeito representante dos libertos, para nós *Encolpius* representa à altura os aristocratas.

O mundo privado de um liberto não era um espaço digno para um homem da alta classe romana frequentar, apesar desse cenário – *Cena Trimalchionis* – não oferecer uma nítida distinção do que é público e do que é privado. Compreendemos que o banquete se estabelece no limiar desses dois universos e dessa posição, podemos então vislumbrar algumas conveniências próprias do espaço privado do liberto, a começar pela constituição familiar de *Trimalchio*.

3.11 A vida privada dos libertos

Trimalchio era casado com *Fortvnata* – sobre ela nos deteremos mais adiante. O texto indica que não possuía filhos, pois em seu testamento declara deixar seus bens para sua esposa. Interessante perceber que *Trimalchio*, por não possuir patronos, é um liberto independente – um *libertinus*, diferentemente do liberto convencional – um *libertus* –, que tem a obrigatoriedade de deveres com para

seu tutor (VEYNE, 1961, p. 223). Isso indica que *Fortvnata* seria beneficiária única de sua herança, não tendo que ceder qualquer quantia a um tutor. Em dado momento do banquete (LXXIV, 13) o liberto revela que comprou sua esposa que estava com cabeça à venda, para lhe fazer sua mulher na condição de esposa, provavelmente a partir do *connubium*. Importante salientar que quando o marido de uma liberta morresse, ela para se casar novamente deveria solicitar um novo tutor para poder autorizar seu casamento (ANDREAU, 1992, 153-154). Não era muito comum, como ressalta Andreau (1992), que os libertos casassem com ingênuos, e o inverso também, em geral os relacionamentos entre ingênuos e libertas ficavam no plano do concubinato.

No que confere a seus escravos, a exemplo de outros *paterfamilia* ingênuos, a origem escrava de *Trimalchio* faz com que se reconheça a dureza da vida de cativo, mas não se opõe à escravidão, mantém a disciplina por meio da violência; contudo, valoriza os mais aplicados:

Beije esse rapaz de excelente caráter, não por sua beleza, mas porque tem caráter: sabe dividir por dez, pega um livre e lê com facilidade; economizou sua ração diária e comprou uma roupa de trácio; como o que vem poupando, comprou uma dessas cadeiras de encosto arcado e dois pequenos vasos de verter vinho. Ele não merecer ser minha menina-dos-olhos? (LXXV, 4)⁹³.

Essas virtudes servis podiam render ao senhor ganhos futuros com o empreendimento, por exemplo, do *peculium*. No primeiro capítulo observamos que *Epafrodito* investiu na carreira de *Epicteto* por motivos semelhantes, vindo esse a se tornar um prestigiado tutor e filósofo, situação semelhante a do

[...] célebre gramático Quinto Rémio Palemone, nascido escravo em Vicenza, onde passou a juventude, é um excelente exemplo de tudo isso. Depois de ter sido tecelão, dedicou-se ao ensino, porque a sua senhora o encarregava de acompanhar o filho à escola: um belo exemplo de estatuto laboral escravo. Depois de ter sido libertado e de se ter celebrado na direção de uma escola que Quintiliano e Pérsio frequentaram, passou a fazer uma vida de notável. (ANDREAU, 192, p. 158).

Conduzir um escravo à liberdade poderia ser muito rentável, além de ampliar sua rede de clientes e protegidos. *Trimalchio* em seu triclinio está cercado de

⁹³ “*Puerum basiaui frugalissimum, non propter formam, sed quia frugi est: decem partes dicit, librum ab oculo legit, thraecium sibi de diariis fecit, arcisellium de suo paraiut et duas trullas. Non est dignus quem in oculis feram?*”

libertos dessa natureza, *Habinnas* e *Hermeros*, homens bens sucedidos em suas funções, e por tal motivo estão em posição de destaque no evento, aliás, muito dos libertos presentes ao banquete foram parceiros do anfitrião quando escravo (XXXVIII, 6). Esse grupo de libertos aproveitava a ocasião para compartilhar suas experiências, sejam elas negativas, como foi o caso de *Proculus*, o qual oferecia jantares tão suntuosos como o que estava, mas que não soube controlar seus gastos chegando a bancarrotas. Ou positivas, como declarou *Hermeros*, sobre como comprou sua esposa e a sua própria liberdade:

[...] comprei minha mulher de volta, para que ninguém enxugasse as mãos nela; paguei mil denários pela minha própria cabeça; fui nomeado séviro augustal e nem precisei pagar nada; espero morrer assim: que eu não passe vergonha depois de morto. (LVII, 6)⁹⁴.

Em diálogos informais, presentes entre os capítulos XLII e LXX, podemos extrair detalhes da vida desses libertos no plano íntimo: casavam, comumente tinham filhos, e formalizam amizades que iam além das relações de negócios. *Selevcus*, expressa com pesar a morte do amigo *Chrysanthvs*, homem voltado aos prazeres da vida, como aos negócios, que antes de morrer libertou seus escravos, entretanto a esposa mal se ressentia pela perda do marido (XLII, 3-7). Outra versão menos digna oferece *Phileros* sobre o defunto, alegando que o irmão a quem não deixara nada de herança, é que era um sujeito respeitável, já o falecido era um desaforado, sem respeito, e ganancioso (XLIII, 2-6). Não somente as histórias da vida privada eram assuntos entre os libertos, mas também fábulas populares, como a do “vidro inquebrável” contada por *Trimalchio* (LI); contos de terror sobre pessoas que viravam lobisomens, narrados por *Niceros* (LXI; LXII), ou sobre bruxas que roubavam crianças de dentro de suas casas, registrado pelo anfitrião, (LXIII; LXIV, 1). Essas histórias de vidas, as narrações fantasiosas, além dos jogos lúdicos, como o que *Trimalchio* jogava quando trio de intelectuais chegava ao evento (XXVII, 2, 3), revelam situações cotidianas de foro privado, embora nos apresente apenas uma parte deste contexto. Para que essa análise seja mais abrangente devemos observar como era essa relação para a mulher liberta.

⁹⁴ “[...] *contubernalem meam redemi, ne quis ni illius <sinu> manus tergeret; mille denarios por capite solui; seuir gratis factus sum; spero, sic moriar, tu mortuus non erubescam.*”

3.12 O caso *Fortvnata*

Fortvnata é um raro exemplo da posição desse gênero na rotina da *domus*, não somente como a figura ilustrativa da esposa do patrono, mas como agente ativo na dinâmica socioeconômica daquele contexto.

Talvez se fizéssemos um exame rápido, descuidado, sem a devida atenção sobre a questão de gênero na Antiguidade, seríamos taxativos quanto às mulheres estarem em uma posição social de inferioridade perante os homens. E não estaríamos errados em supor isto. Porém, para que tal suposição garanta uma melhor credibilidade, a partir de um exame mais cuidadoso verificaríamos que tal hipótese careceria de uma extensa nota de rodapé. É fato que diversas figuras femininas tiveram papel crucial no desenvolvimento do mundo antigo. Não podemos de deixar de mencionar Agripina Menor (15 d.C - 59 d.C), uma das pessoas mais influente ao longo da governança da então dinastia Júlio-claudiana. Ou mesmo para nos aproximar do tema dos libertos, citamos o caso de *Epicáris*, liberta que estava inserida na Conspiração de Pisão, e que devido ao seu empenho em tornar possível a sublevação, Tácito a descreve positivamente, algo raro vindo desse historiador para com um (a) liberto (a).

[...] Foi um memorável exemplo desta mulher liberta que, em tamanha necessidade, protegera estranhos e desconhecidos, enquanto homens livres, cavaleiros e senadores, ficaram incólumes entregando aos tormentos pessoas que lhes eram caras. (*Ann.*, XV, 57, 47 apud JOLY, 2004, p. 78).

Petrônio, representante deste universo, observou de perto o poder de certas matronas, e outras mulheres, o que provavelmente influenciou em sua obra ao descrever esse gênero, “[...] preso às mudanças sociais do final da República e primeiros tempos do império, em especial no que tange à figura feminina nos quadros sociais, Petrônio não deixa de dar indícios desta mudança.” (SILVA, 2001, p. 108). Pierre Grimal, observa que as personagens femininas do *Satyricon* são ativas, cientes de que desempenham um papel providencial dentro do seu contexto (1972, p. 297-310). Como já destacamos, a *Cena* nos oferece um caso paradigmático a partir da esposa do anfitrião, e para que possamos compreender melhor essa personagem, cremos ser pertinente conferir a situação de *Fortvnata*

com outras personagens femininas presentes no *Satyricon*, matronas ingênuas, e cotejar com o que a bibliografia referente ao tema pode trazer.

Em um dado momento no jantar, uma mulher passa a chamar à atenção dos convivas, em especial de *Encolpius*, que se interessou em saber quem era a tal senhora que organizou a *Cena*? Como resposta ouviu de um dos presentes no triclínio:

– A esposa de Trimalquíão – disse ele. – Chame-se Fortunata, pois conta dinheiro a rodo. E ainda agorinha o que ela era? Teu gênio me perdoe, mas você não aceitaria da mão dela nem um pedaço de pão. E agora, sem mais nem porquê, está nas alturas, e é tudo para Trimalquíão. No fim das contas, se ela disser para ele que meio dia em ponto está escuro, ele vai acreditar. (XXXVII, 2-5)⁹⁵.

Podemos depreender a partir da fala do convidado, que mulher em questão, *Fortvnata*, esposa de *Trimalchio*, possui um *status* respeitável dentro daquele universo. Por mais que percebamos certa petulância por parte do convidado na descrição da senhora, entendemos que ele, por fazer parte daquele meio, posto ser um protegido de *Trimalchio*, indiretamente presta alguma admiração à anfitriã. Todavia, seus comentários deixam revelar que os valores morais, nesse contexto, estão abaixo dos valores materiais (AUERBACH, 2007, p. 21-42). O convidado segue seu discurso descrevendo a imensa fortuna de *Trimalchio* e como sua esposa detém o controle sobre ela.

Segundo Veyne, competia à senhora da *domus* tarefas relacionadas à organização do lar (*cura*), e também era comum o esposo fornecer as chaves do cofre-forte, como forma de demonstração de confiança (1992, p. 82). É fato que Veyne ao realizar essa análise teve com referencial a mulher ingênuas, esposa de um patrono aristocrata. O que temos que considerar dessa abordagem é o fato de *Fortvnata* agir dentro dos mesmos padrões, ou seja, como qualquer outra matrona. Não há diferenças significativas entre *Fortvnata* e uma senhora ingênuas dentro dos limites da casa.

No que confere ao casamento, algumas diferenças são mais evidentes. Para uma mulher liberta que se casa com um homem ingênuo em justas núpcias, o que era incomum no período do Alto Império Romano, no campo legal ela teria os mesmo

⁹⁵ “*Vxor, inquit, Trimalchionis, Fortunata appellatur, quae nummos modio metitur. Et modo, modo quid fuit? Ignoscet mihi genius tuus, noluisse de manu illius panem accipere. Nunc, nec quid nec quare, in caelum abiit et Trimalchionis topanta est. Ad summam, mero meridie si dixerit illi tenebras esse, credet.*”

direitos que uma mulher ingênua, mas do ponto de vista moral, não, uma vez serva teria que levar essa mácula para o resto de sua vida. Essa máxima se concretiza, por exemplo, no epitáfio do marido de uma liberta onde constaria um enunciado: senhor e marido. O *status* de servidão tem de vir, em primeiro lugar (VEYNE, 1992, p. 86), diferente de como apontou Auerbach anteriormente: os valores morais nesse contexto são mais importantes. Isso posto, mais comum um homem livre que quisesse desposar uma liberta preferir estabelecer uma relação de concubinato, o que legalmente era aceito, porém com algumas restrições, como o fato de não poder dar o nome do pai aos filhos, constituindo uma família de filhos bastardos.

No tocante ao gênero feminino na obra *Satyricon*, em geral é apresentado mediante os rígidos valores morais do período. O conto *A Matrona de Ephesi* (XI-CXII), expressa a deturpação desses valores ao olhar censurador do autor. Nesse episódio, Petronio usou de elementos trágico-cômicos para tecer uma crítica às posturas das mulheres da alta sociedade, ao representar uma matrona que cede à tentação da carne em vez de respeitar o marido que acabara de ser sepultado.

Já capítulo CXL, *Philomena* é uma matrona que ganhava a vida com casamentos arranjados, e que na velhice oferece seu filho e filha para senhores ricos sem herdeiros, para que estes ajudassem na instrução dos jovens, o que na verdade era um esquema para ganhar dinheiro com os filhos a partir de favores sexuais. Situação até certo ponto evidente entre os romanos, em muitos casos as mulheres se divorciam dos maridos para casarem com outros homens que lhe proporcionassem mais comodidades (VEYNE, 1992, p. 51).

Fortvnata, por sua vez, destaca outro viés condizente ao estatuto de matrona, mais próxima do tipo ideal, segundo os padrões culturais de sua época, “[...] a esposa não passa de um dos elementos da casa, que compreende igualmente os filhos, os libertos, os clientes e os escravos.” (VEYNE, 1992, p. 30). No entanto, em dois momentos da *Cena*, a matrona se mostra independente: o primeiro no momento em que *Trimalchio* perde boa parte de sua herança por causa do naufrágio de sua frota comercial, *Fortvnata* o surpreende cedendo roupas e joias para que o liberto se recuperasse do infortúnio (LXXVI, 7-8). O outro, quando *Trimalchio* beija um rapaz aos olhos de todos os presentes no banquete, e a ação faz com que *Fortvnata* exija o

respeito que lhe é de direito⁹⁶ (LXXIV, 8-9). O ato intempestivo da senhora para com seu marido, não parece ser um caso exclusivo e isolado, há que se considerar *Scintilla*⁹⁷, esposa de *Habinnas*,— ela também uma matrona liberta —, que teve uma atitude certamente não tão vibrante, mas de igual censura para com o esposo que adulava e tecia comentários copiosos para um de seus escravos: “— É claro que nem todas as ‘habilidades’ desse escravo ordinário você conta... Um alcoviteiro, isso sim; mais eu cuido dele, e vai ser na base do ferrete.” (LXIX, 1)⁹⁸. Enfim, *Fortvnata* confere um dos poucos casos que temos à disposição sobre libertas do período *neroniano*. Sua posição como uma matrona na narrativa, nos possibilitou estabelecer uma correspondência com as senhoras da elite do Principado; como resultado percebemos que as matronas convencionais estavam inseridas entre dois mundos: o econômico e social. O casamento, nessa situação, era uma forma de aumentar os bens dos pretendentes a partir do dote, como também ascender financeira e politicamente (VEYNE, 1992, p. 47). Já para as libertas dificilmente um pretendente iria conseguir tais benesses, muitas libertas eram casadas devidamente com libertos, que normalmente já havia uma relação anterior de concubinato.

O casamento para *Trimalchio* não era formatado nos padrões aristocráticos; do ponto de vista dos negócios, não havia equidade financeira, ou relação de poder, mas *Fortvnata* fazia muito bem as vezes de esposa, uma matrona, mesmo que figurativa, que não deixava a desejar com tal. Isso para *Trimalchio* parecia suficiente para seu intento de se diferenciar.

⁹⁶ Na transição da República para o Principado a ideia do casamento monogâmico passou a ser mais forte na sociedade, e competia ao marido manter essa relação estável (VEYNE, 1992, p. 47-48).

⁹⁷ *Scintilla* acompanhava o marido nesse evento, ela propriamente não era uma convidada direta de *Trimalchio*, nem mesmo *Fortvnata* participava do tricínio antes de sua chegada. O banquete era uma boa oportunidade das matronas poderem exercer um relacionamento mais íntimo, embora essa situação somente pudesse ocorrer por intermédio do esposo, ou alguém de respeito: [...] a única coisa clara é que a senhora, bem acompanhada, tem o direito de visitar as amigas. (VEYNE, 1992, p. 50).

⁹⁸ “ [...]’ *Plane inquit, non omina artificia serui nequam narras. Agaga est; at curabo stigmam habet*”

3.13 *Trimalchio*

No que concerne diretamente a esse liberto, pouco sabemos sobre sua origem, seus pais, se nasceu livre ou escravo – *vernae*. Sua representação confere seu momento presente, onde se diferenciar dos seus pares libertos do seu passado parece ser seu intuito maior. Não bastava a ele se um escravo qualquer se destacou entre os seus e subiu na hierarquia da escravaria, o que não era recorrente naquele contexto, segundo Farvesani (1999, p. 139). Para que a oportunidade de ascensão fosse viável, o servo deveria primeiro ter a sorte de ser reconhecido por seu senhor, em geral essa possibilidade como já vimos era restrita aos escravos da *domus*, ou do imperador. E quando mais próximo do senhor melhor, ser um *pueri delicatis*, não era desonroso, ante as vantagens que se poderia conseguir. Como podemos observar, o motivo da querela de *Trimalchio* com *Fortvnata* tem como pivô um jovem que atendia a essas qualidades, a exemplo de *Croesvs* o *deliciae suae* do patrono (LEÃO, 2006, p.119).

A ambição de *Trimalchio* não foi saciada apenas com a manumissão. Na condição de liberto, não ficou satisfeito com a herança deixada por seus senhores, passou a comerciar, foi agricultor e prestamista, ofício que fez se destacar na ordem dos libertos. Após conhecer diferentes estatutos laborais chegou ao desejado *status* de notável. E é nesta condição que o encontramos na descrição da *Cena*.

Isto pode sugerir que *Trimalchio* não desejaria mais nada, apenas usufruir dos seus bens e dos *status* que sua condição permite. Mas, estaríamos enganados em supor isso, *Trimalchio* oferece esse evento com a intensão de se destacar ainda mais dos libertos. Sabemos que o estatuto de liberto é indelével, e *Trimalchio* também sabia. Isso o condiciona a procurar novos patamares mesmo que dentro da *ordo libertinorum*. Queria ele ser um *Princeps Libertinorum*. A dinâmica do banquete confere esse intento de situar-se na escala máxima das relações direta de poder entre os libertos, que,

[...] concretizam-se através da troca de benefícios, mas não pode ser confundidas com uma relação de mercado. Trata-se de uma relação entre indivíduos que, quando a estabelecem, pretendem que seja estável. Desse modo, a estabilidade dos agentes, em especial a do que toma a posição superior na relação, é algo essencial. (FARVESANI, 1999, p. 144).

Trimalchio toma essa posição para si; suas ações no evento tendem à manutenção deste *status*. Fato que explica compartilhar com outros libertos a presenças de intelectuais, como *Agamemnon*, *Ascylltos* e *Encolpius*. *Trimalchio* espera com isso instigar a admiração de seus clientes, a partir da sua erudição.

Mas não podemos ainda dar por finalizada a caminhada rumo à ascensão do liberto; sua preocupação com o futuro é algo que ele leva em consideração. Não guarda esforços para manter seu *status* digno, que incide na sua preocupação com a imagem pós-morte chegando ao ponto de solicitar a *Habinnas*, que em seu túmulo fosse colocado um relógio para que quem fosse saber das horas tivesse que necessariamente saber de quem era aquela morada, assim o liberto determinou: “Depois, você pode esculpir uma urna quebrada, e sobre ela um escravo chorando. No meio, um relógio, para que quem vá ver as horas, queira ou não leio meu nome. (LXXI, 11)⁹⁹.”

Não queria *Trimalchio* que o tempo apagasse sua imagem. Interessante notar que ele usa o tempo como guardião da sua memória.

3.14 Considerações finais do capítulo III

Este capítulo nos possibilitou cumprir um ciclo de estudo e análises pertinentes para que pudéssemos evidenciar que o mundo dos libertos do Alto Império Romano apresentava uma dicotomia no que tange à sua liberdade. A partir dos dados levantados na primeira seção desta pesquisa, evidenciou-se que a liberdade para os antigos significava possuir o poder de decidir sobre as questões políticas, sobre os interesses do Estado. Esse direito era exercido em foro público por cidadãos devidamente qualificados, o que abrangia no século inicial o Principado Romano a aristocracia. Em virtude dos arranjos jurídicos que limitavam o exercício da cidadania dos libertos, esses sujeitos estavam marginalizados nos que se refere à política.

Baseados nessa circunstância voltamos nossa atenção para a posição social dos libertos nesse contexto, e para tal intento tomamos como fonte o *Satyricon*, uma

⁹⁹ “*Et urnam licet fractam sculpas, et supera aem puerum plorantem. Horologium in medio, ut quisquis horas inspiciet, uelit nolit, nomen meum legat.*”

obra liberaria que por meio da satirização dos costumes dos grupos subalternos – termo cunhado pelo historiador Fábio Farvesani (1999) – que aborda a vida dos menos afortunados, pobres, escravos, e libertos, no contexto do Alto Império Romano. A validade das informações que este romance pode nos oferecer para uso historiográfico, partiu de um exame minucioso, realizado no segundo capítulo, mediante suas características estilísticas.

Providos deste embasamento teórico sobre os libertos do Alto Império Romano, e de uma fonte qualificada situada na mesma conjuntura, tivemos os elementos necessários para constituir nossas análises presentes neste capítulo.

A *Cena Trimalchionis* descreve com riqueza de detalhes o universo dos libertos, na sua dinâmica social, cultural, e econômica. O conteúdo apresentado nesta parte do *Satyricon*, contribuiu para que do ponto de vista historiográfico pudéssemos determinar a existência de uma ordem de libertos – *ordo libertinorum* – assunto destacado por Finley (1980, p. 43-80) quando da sua discussão sobre a pertinência da divisão social dos gregos e romanos, em seus períodos clássicos, em ordem e *status*.

Nesse sentido, avaliamos os dados dispostos no banquete com uma bibliografia, assinadas por especialistas no tema e período, como Paul Veyne, Jean Andreau, Norberto Guarinello, Fábio Farvesani – os citamos apenas como ilustração, visto que destacar todos incorreria em um lista muito extensa –, e concluímos que: o conceito de ordem para classificar os libertos era o mais apropriado, em detrimento da proposta de classes apresentada por Rostovtzeff; o banquete evidencia uma relação direta de poder, na qual *Trimalchio* seria o patrono de um grupo de clientes libertos; a necessidade dos libertos em atuarem nos estatutos laborais de ofício, em especial nas atividades de menor prestígio social, mas que eram de suma importância para o desenvolvimento econômico da cidade; no tocante às relações de foro privado, pudemos avaliar que os libertos podiam formar instituições análogas às dos ingênuos, como casamento e família, embora pontuadas por uma série de restrições jurídicas e sócias que, por fim, objetivam manter esse liberto o mais próximo possível sob domínio do seu patrono; concluímos que *Trimalchio*, não era um caso apenas da ficção, mas que haviam “Trimalchios” no mundo romano, ou seja, desconsiderando os aspectos hiperbólicos da personagem de Petronio, encontramos no mundo do Principado, libertos tão ricos quanto um senador, como os libertos Pallas, ou Clesipus.

Enfim, estas foram apenas algumas conclusões que obtivemos na análise deste capítulo, que somada com as do primeiro e segundo capítulos, nos condiciona a realizarmos nossas avaliações finais, ou seja, discutir sobre os objetivos inerentes à nossa pesquisa. Veremos esses resultados na conclusão.

CONCLUSÃO

Esta dissertação teve com escopo discutir a dinâmica socioeconômica dos libertos no contexto do Alto Império Romano, a partir das seguintes questões: teria o *Satyricon* elementos que demonstrassem a dinâmica dos libertos na hierarquia social? Em que medida o liberto *Trimalchio*, personagem central da *Cena Trimalchionis*, representa seu referencial do mundo real?

Em busca das soluções pertinentes para as respectivas perguntas, tratamos inicialmente de definir nosso referencial teórico no tocante à concepção de economia antiga, o que invariavelmente nos conduziu para discussão sobre seu entendimento. Não nos detivemos na historicidade desse conceito, apenas é pertinente destacar que optamos em conduzir nossas análises mediante a ideia de que o econômico, para os antigos, não estava dissociado de outras instituições sociais, como a política, a família, a cultura, enfim diversos elementos que constituem a sociedade, o que confere o seu caráter peculiar em comparação à sua versão moderna pensada a partir das concepções do *laissez faire*. Com isso, queremos mostrar que pensar a economia para os romanos do Alto Império é, ao mesmo tempo, considerar, o *paterfamilia*, a *domus*, a *ciuitas*, a *urbs*, o *imperium*, atuando de forma integrada, o que o historiador e antropólogo Polanyi denominou de *embedded*.

A inserção desse paradigma sobre a economia antiga nos permite abordar o tema mediante fontes que não apenas versam sobre estatísticas, valores de bens, inventários, ou seja, dados que em geral são escassos para os estudos clássicos, porém possibilitam identificar o econômico em outras plataformas, como a arte, a política, ou, a literatura. Nesse sentido, identificamos na obra *Satyricon* a possibilidade deste diálogo, a partir da participação dos libertos na dinâmica socioeconômica do primeiro século do Principado Romano.

Todavia, discutir questões socioeconômicas tomando como fonte uma obra literária, requer alguns procedimentos indispensáveis para este tipo de pesquisa. Gonçalves alerta para o fato do *Satyricon* não ser um documento que por si só possa apresentar dados para uso historiográfico (1998, p. 245). O trato com fontes dessa natureza necessita de um exame minucioso sobre sua constituição, ou seja, um levantamento sobre as condições de escrita do autor, a intencionalidade da obra,

a audiência a que se destina, seu aspecto estilístico, enfim uma série de informações indispensáveis para se proceder um estudo histórico – trabalho este que nos dedicamos a realizar em nosso segundo capítulo, cujo desenvolvimento passou por um arcabouço teórico e conceitual sobre os elementos que devíamos analisar diante de nossa fonte – os libertos e sua relação com socioeconômica no contexto do Alto Império Romano.

Nesse sentido, nosso primeiro capítulo objetivava descrever e entender conceitualmente os libertos do início do Principado Romano. Apoiados em uma historiografia pertinente ao tema iniciamos nossas análises com uma investigação sobre o sistema escravista, visto que não existe liberto que não tenha sido escravo.

Isso nos revelou informações importantes que incidiam sobre a multiplicidade étnica e cultural deste grupo de manumito, uma vez que, neste período em particular, o crescente Império arregimentava nas guerras de conquista a mão de obra escrava necessária para atuar na produção agrícola e nos centros urbanos. Em relação aos escravos urbanos, estes, atuavam em diversas atividades cotidianas, desde o comércio a educação, e também estavam presentes nos trabalhos domésticos na *domus* e a serviço do Estado.

O crescente número de escravos ocasionou em um expressivo aumento nos casos de libertação, marcando esse período com os das libertações em massa. Existiam algumas vias para se conseguir esse benefício que dependia nos casos dos escravos particulares da aceitação do senhor. Em geral, isso ocorria por meio de um acordo financeiro, o *peculium*, que consistia em uma importância financeira concedida pelo senhor ao seu escravo para que este pudesse negociar por conta própria – o lucro obtido com esta atividade era dividido entre as partes, e com esses ganhos o cativo podia comprar sua liberdade e se tornar um liberto. A liberdade também podia advir por outros meios: caso o senhor tivesse prestes a morrer era comum conceder a liberdade a alguns escravos; ou se o escravo estivesse em vias de morte o senhor poderia libertá-lo para que morresse livre. Havia também os escravos do imperador que, dependendo do serviço prestado, podia receber do Estado a sua alforria.

A liberdade era uma condição social juridicamente definida e irrevogável, mas sujeita a um conjunto de restrições que limitava a liberdade do forro. Esses libertos

tinham que manter um relacionamento de submissão para com seu senhor, como o *obsequium* e a *operae*. No caso dos escravos do Império, quando libertos deveriam render constantes homenagens ao imperador. Em suma, deixavam de ser escravos, para tornarem-se libertos do seu senhor. A concessão da liberdade exigia deste sujeito a sua eterna fidelidade.

Definida a situação dos libertos, buscamos no *Satyricon*, elementos que dialogassem com esses dados, e essa relação se mostrou plenamente satisfatória, uma vez que a datação do romance indica que seu enredo e sua composição datam como do século I d. C., mais precisamente no período *neroniano*, e que seu potencial autor seria *Titus Gaius Petronius – arbiter elegantiae* – membro consular do imperador Nero e participe da conspiração de Pisão, que objetivava destituir o imperador do seu cargo.

Como já informamos no que tange à questão dos libertos, a periodização é muito importante, pois a validade das nossas informações não seria produtora em outro contexto da Antiguidade, por ser um momento em que as libertações em massa incidiam diretamente na sociedade daquela época, seja no campo cultural, religioso, político, ou econômico. Cabe observar que modificações no campo jurídico foram adotadas para manter sob controle dessa crescente parcela da sociedade: por exemplo, as leis, *Aelia Sentia* (4 d.C.) e *Visellia* (24 d.C.).

Já a partir da autoria, podemos concluir que as estruturas social e política passavam por um período conturbado. Evidências dos *Anais*, de Tácito, nos dão conta que Petrônio estava insatisfeito com o rumo que o Império tomava. Considerando Petrônio como autor do *Satyricon*, seria plausível que o enredo fosse permeado de escárnio, de deboche, externando esse sentimento de descontentamento social. A corrupção dos valores morais são expressos constantemente no romance, e nesse sentido, a *Cena Trimalchionis* reflete, por meio da sátira, uma crítica já presente junto à aristocracia romana em relação aos libertos, em especial os ricos e influentes.

O sarcasmo com que Petrônio retrata a vida de *Trimalchio* denota como os valores éticos e morais estavam acima do poder financeiro. O próprio enredo da obra destaca essa afirmação, visto que o protagonista *Encolpius*, um ingênuo, a todo

momento do banquete comenta sua inquietação perante a vida dos libertos, ele não se sente à vontade naquele meio, que descreve como imoral e inculto.

É evidente que a relação social entre libertos e ingênuos se estabelece em meio a uma tensão constante. A princípio, o estatuto de liberto não retira desse sujeito sua natureza servil, logo o forro tem que estar condicionado à vontade alheia, a servidão nesse contexto seria um condição ontológica do escravo, que a liberdade não apaga.

Trimalchio, subverte essa condição em virtude de ser um liberto sem senhor, livre de prestar reverência a qualquer pessoa, um liberto independente. A peculiaridade estatutária deste manumitido aliada a seu enorme poder financeiro, o faz ser um patrono que tem como seus clientes outros libertos.

A *Cena Trimalchionis* descreve com riqueza de detalhes a *ordo libertinorum*. A narrativa desse evento nos traz informações que encontram respaldo em fontes não ficcionais. Os libertos mencionados no banquete são descritos como marmoristas, agente funerários, advogados, prestamistas, uma série de funções que o historiador Jean Andreau (1992) classificou de estatuto laboral de ofício. Segundo esse historiador os estatutos laborais, são hierarquizados, tendo no topo dessa divisão o estatuto laboral dos notáveis, ao qual *Trimalchio* pertencia. Apesar da peculiaridade de *Trimalchio* como notável, ele não era um caso particular da ficção; havia, conforme documentos do período, libertos com poderes semelhantes aos de *Trimalchio*, com riqueza análoga a de senadores, como era o caso dos libertos Pallas e Clesipus.

Quanto à condição de patrono que *Trimalchio* ostenta, interessante notar que tal posição está de acordo com conceito de *paterfamilia*. O seu gerenciamento da *domus* ilustra um empreendimento que transcende as fronteiras domésticas, valorizando as relações interpessoais de clientelismo baseadas na ideia de dom e contradom. Ao ter sob seu domínio libertos de diferentes ofícios, ele amplia consideravelmente sua oferta de prestação de serviço, podendo negociar sua influência com outros patronos e assim obtendo maior poder. Por esse motivo podemos observar trechos da *Cena* em que *Trimalchio* e outros libertos valorizam a ideia de conceder a liberdade a escravos que tenha potencial de crescimento

financeiro, visto que quando libertados estariam por obrigação a serviço do seu ex-senhor.

Destacamos nesta conclusão as informações mais significantes que se relacionam diretamente com nossos questionamentos iniciais. E podemos, ante nossos levantamentos e conclusões, afirmar que o *Satyricon* pode ser analisado sob uma perspectiva socioeconômica, não somente dos libertos, mas também de outros extratos sociais, como os ingênuos pobres. No tocante aos libertos na dinâmica da hierarquia social, consideramos que estes estão inseridos como componentes da plebe, porém verificamos que existe uma permeabilidade desses sujeitos no contexto da aristocracia. Quando são libertos bem sucedidos, seja financeiramente, ou por meio da sua influência na esfera de poder, percebemos que havia uma maior aceitação desses indivíduos no meio aristocrático – vale lembrar a influência que o liberto Pallas teve na constituição da união entres as casas Júlia e Cláudia. Todavia, quando observamos do ponto de vista do *status*, estavam fadados a serem cidadãos de segunda classe, sem possibilidades de decidir sob os interesses dos Estados.

Este estudo também nos revelou que os libertos têm outras funções primordiais na estabilidade social. A liberdade que esses indivíduos conseguem serve para manter a esperança dos escravos de um dia poderem usufruir desse destino, bastando apenas que se mantenham fieis aos seus senhores, o que evitaria convulsões sociais; por outro lado, os libertos também dão suporte financeiro aos seus patronos, além de ampliar sua rede de relacionamentos, que influi diretamente no poder político destes senhores.

Finalizamos, certos de haver cumprido nossa proposta de pesquisa, que somente foi possível a partir da iniciativa de pesquisadores brasileiros que se propuseram a enfrentar a difícil tarefa de consolidar os estudos clássicos em território nacional. Esperamos que nossos resultados e reflexões possam subsidiar outros estudos, que não somente a História Antiga. Entendemos que esta dissertação pode auxiliar na reflexão da nossa própria história, uma vez que nossa identidade tem sua origem também num passado escravocrata que ainda tem fortes reflexões na sociedade contemporânea.

FONTES

Primárias

PÉTRONE. **Le Satiricon**. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009. (Texte établi et traduit par Alfred Ernout).

PETRÔNIO. **Satíricon**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. [traduzido por Cláudio Aquati].

Secundárias

ARISTÓTELES, **Política**. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bk000426.pdf>. Acesso em 24/10/2015

DIGESTO DE JUSTINIANO, **Liber Primus**: Introdução ao Direito Romano, 3ª ed, Edição bilíngue: Latim-Português. Tradução: Hécio M. F. Madeira. Editora Revista dos Tribunais, Osasco SP, 2005.

HOMERO, **Odisséia**. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0135%3Abook%3D11%3Acard%3D486>. Acesso em 04/09/2015.

SUETONIO. **A vida dos dozes Césares**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo, Martin Claret, 2005. (*Nero XII*)

TACITO, C. **Annales**. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris: Les Belles Lettres, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANDREAU, J. “**O Libertos**”. In. GIARDINA, Andrea. *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 147-165.

AQUATI, C. **Posfácio**. IN: PETRÔNIO. *Satíricon*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. [traduzido por Cláudio Aquati].

ARENDT, H. **Entre passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ASSUNÇÃO, T. R. **Ulisses e Aquiles repensando a morte (Odisséia XI, 478-491)**. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 44, n. 107, p. 100-109, June 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2003000100008#ast2. Acesso em 04/09/2015.

AUERBACH, E. **Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo, Perspectiva, 2007.

AUSTIN, M. e VIDAL-NAQUET, P. **Economia e Sociedade na Grécia Antiga**. Lisboa, Edição 70, 1972.

- AZEVEDO, F. **No tempo de Petrônio: ensaios sobre a antiguidade latina**. Obras completas, vol II. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- BECK, R. “**Some Observations on the Narrative Technique of Petronius**”. *Phoenix* 27, 1973.
- BOURDIEU, P. **Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom**. *Mana*, Rio de Janeiro. v.2, n.2, p.7-20, Oct. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v2n2/v2n2a01.pdf>. Acesso em 24/10/2015.
- BOURGERY, M.A. **Le poeme de Lucain**. In: LUCAIN, La guerre civile: la Pharsale. Livres I-V. 7. ed. Paris,: Les Belles Lettres, 2003.
- BÜCHER, C. **Industrial Evolution**. 3th ed. New York, NY: Holt.1927.
- BUCKLEY, E; DINTER, M. T, (eds). **A Companion to the Neronian Age**. Blackwell Publishing, 2013.
- BUSTAMANTE, R. **O Banquete Romano Comensalidade em tempo de Paz**, ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.
- CAMPUZANO, L. **Las ideas literarias en el Satyricon**. Ciudad de La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas, 1984.
- CANFORA, L. “**Antiquisants et marxisme**”. *Dialogues d’histoire ancienne*, Vol. 7, 1981. p. 429-436.
- CARVALHO, A. G. (org.). **A Economia Antiga: Historia e Historiografia**. UESB: Vitória da Conquista. 2011.
- _____. **Historiografia e Paradigmas: A Tradição Primitivista-Substantivista e a Grécia Antiga**. Rio de Janeiro. 2007. Tese (Doutorado em História social – Universidade Federal Fluminense).
- CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CONNORS, C. **Petronius the poet: verse and literary tradition in the Satyricon**. Cambridge, Cambridge University Press,1998.
- CONSTANT, B. “**Da liberdade dos antigos comparada à liberdade dos modernos**”. In: *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. São Paulo: Departamento de Filosofia – Universidade de São Paulo, nº 1, 1999.
- DE GUERLE, J.N.M. “**Recherches sceptiques, sur le Satyricon et son auteur**”. In: PÉTRONE. *Oeuvres Complètes de Pétrone*. Paris: Ganier Fères, 1861. (Traduit par M. Héguin de Guerle).
- DUNUCCI, A; JULIEN, A (Org). **Epicteto: Fragmentos e Testemunhos**. Sergipe: UFS, 2008.
- ENGEL, Jean-Marie; PALANQUE, Jean-Rémy. **O império romano**. São Paulo: Atlas, 1978.
- ERNOUT. A. **L’homme et L’oeuvre**. In: PÉTRONE. *Le Satiricon*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009. p. VII-XVI.
- _____. **Le texte de Petrone**. In: PÉTRONE. *Le Satiricon*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. 14. ed. Paris: Les Belles Lettres, 2009. p. XVII-XXVIII.

- FAVERSANI, Fábio. **A pobreza no Satiricon, de Petrônio**. Ouro Preto, Editora UFOP, 1999.
- FINLEY, M. I. **A economia antiga**. Porto, Afrontamento. 1980.
- _____. **Usos e Abusos da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- _____. **História antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FUNARI, P. P. A. **Linguística e Arqueologia**. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. Impresso), São Paulo, v. 15, n.1, p. 161-176, 1999.
- _____. **A vida Quotidiana na Roma Antiga**. São Paulo, Annablume, 2003.
- GAGLIARDI, D. **Petronio e il Romanzo Moderno: La fortuna del Satyricon attraverso i secoli**. Scandicci (Firenze): La Nuova Italia, 1993.
- GARRAFFONI, R.S; FUNARI, P. P. A. **Gênero e conflito no Satyricon: O caso da dama de Éfeso**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 48/49, p. 101-117, 2008.
- GONÇALVES, C. R. **Classe e Cultura no Alto Império Romano: os Libertos de Paul Veyne**. Boletim do Centro de Pensamento Antigo, Campinas, v. 5/6, p. 235-256, 1998.
- GRIFFIN, M.T. **Nero: The end of a dynasty**, London. 1984.
- GRIMAL, P. **Une intention possible de Pétrone dans le « Satiricon »**. In: Bulletin de l'Association Guillaume Budé, n°3, octobre, 1972. p. 297-310.
- GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- _____. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no Mundo Romano**. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 227-248, 2006.
- _____. **A Economia Antiga e A Arqueologia Rural**. Clássica, São Paulo, v. 7/8, p. 271-283, 1995.
- _____. **Memória coletiva e História científica**. In: I Congresso de ciências humanas das universidades federais de MG, 1993. S. João Del Rey. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3763. Acesso em: 22/05/2015.
- HARTOG, F. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- HINGLEY, Richard. **Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa**. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (org.). Repensando o Mundo Antigo. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2002.
- HOPINKS, K. **Conquistadores y Esclavos**. Barcelona: Ediciones Península, 1981.
- JOLY, F; GUARINELLO, N. L. **“Ética e ambiguidade no Principado de Nero”**. In: FUNARI, P. P. A. (Org.); HECTOR, B. (Org.). Ética e Política no Mundo Antigo. Campinas: IFCH-UNICAMP/FAPESP, 2002.
- JOLY, F. **Tácito e a metáfora da escravidão**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Libertate opus est Escravidão, Manumissão, e Cidadania à Época de Nero.** São Paulo. 2006. Tese (doutoramento em história – Universidade de São Paulo).

_____. **“Epicteto um filósofo entre escravidão e a liberdade”.** In: DUNUCCI, A; JULIEN, A (Org). Epicteto: Fragmentos e Testemunhos. Sergipe: UFS, 2008.

LEÃO, D. F. **Petrônio e a inconstância dos pueri delicati.** Humanitas. Vol. 58 (2006). p. 119-131.

_____. **Amor e amizade no Satyricon de Petrônio.** Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8338.pdf>. Acesso em: 24/10/2015.

MARINELLI, R. E. **Representação da morte e suas expectativas na visão de Petrônio: uma leitura sobre o Satyricon.** Dissertação de Mestrado apresentada na UNESP/Franca, 2007.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** In: Sociologia e Antropologia.v. II. São Paulo: Edusp. 1974.

MEYER, E. **El historiador y la historia antigua.** Mexico/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1955.

_____. **Kleine Schriften: Zur Geschichtstheorie und Zur Wistchaftlichen und Politischen Geschichte des Altertums.** 1910. Disponível em: <http://archive.org/stream/kleineschriften00meyegoog#page/n2/mode/2up>. Acesso em: 09/07/2015.

NIEBUHR, B.G. **Kleine historische und philologische schriften.** 1928.

PALMEIRAS, M. S. **Moses Finley e a “economia antiga”: A produção social de uma inovação historiográfica.** São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em história – Universidade de São Paulo).

PANAYOTAKIS, C. **Theatrical elements in the Satyrica of Petronius.** Leiden; New York; Köln: Brill.1995.

POLLINI, J. **Slaver-boys for sexual and religious service.** In: BOYLE, A.J; DOMINIK, W.J. Flavian Rome: Culture, Image, Text. Leiden; Boston: Brill, 2003. p. 149-166.

QUENEAU, R. **Apresentação.** In: PETRÔNIO. *Satíricon.* São Paulo: Cosac Naify, 2008. [traduzido por Cláudio Aquati].

REYNOLDS, L. D; WILSON N. G. **Scribe and Scholars: a guide to the transmission of Greek and Latin literature.** Oxford University press, 1991.

RIMELL, V. **Petronius and the Anatomy of Fiction.** Cambridge. Cambridge univerity press, 2002.

ROSE, K.F.C. **The Date and Author of the Satyricon.** Leiden, 1971.

_____. **The Petronian inquisition: an Auto-Da-Fe.** Arion, Vol. 5, No. 3 (Autumn, 1966).

ROSTOVITZ, M. **História Social y Económica del Imperio Romano.** Madrid: Espasa-Calpe, 1937, Tomos I e II.

_____. **História de Roma.** Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SANTADRIÁN, P, R. **“Introducción”**. In: PETRONIUS. Satiricón. Madrid: Alianza, 1987.

SILVA, G. J. **História antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Aspectos da cultura de gênero na Arte de amar de Ovídio e no Satyricon de Petrônio: representações e relações**. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada na UNICAMP, 2001.

TOSI, G. **Aristóteles e a Escravidão Natural**. Boletim do CPA, Campinas, nº 15, jan./jun. 2003. p. 71-100.

VEYNE, P. **“O Império Romano”**. In. _____ (org.) História da Vida Privada. I. Do Império Romano ao Ano Mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **“Vie de Trimalcion”**. Annales E. S. C., 1961, 2, p. 213-247.

VOLTAIRE. **Discours académique prononcé le 9 mai 1746: Des effets de la poésie sur le génie des langues**. Académie Française, 1746. Disponível em: <http://www.academie-francaise.fr/discours-de-reception-de-m-voltaire>. Acesso em: 11/02/2015.